



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
BRASILEIRA**

**REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA PACTUADA NOS
AGROPÓLOS DO CEARÁ: O CASO JAGUARIBE-APODI**

Lêda Vasconcelos Carvalho

**FORTALEZA
2005**

Lêda Vasconcelos Carvalho

**REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA PACTUADA NOS
AGROPÓLOS DO CEARÁ: O CASO JAGUARIBE-APODI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Ana Maria Dorta de Menezes

**FORTALEZA
2005**

Lêda Vasconcelos Carvalho

**REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA PACTUADA NOS
AGROPÓLOS DO CEARÁ: O CASO JAGUARIBE-APODI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 01 / 07 / 2005.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Ana Maria Dorta de Menezes
(Orientadora)

Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio

Prof. Dr. Ricardo Luiz Lange Ness

*À minha mãe, companheira em todas as
minhas lutas.*

*Aos trabalhadores e às trabalhadoras do
campo que, apesar de tudo, não desistem
de lutar.*

AGRADECIMENTOS

À professora Dra. Ana Maria Dorta de Menezes, pela capacidade impar de dialetizar a relação orientador-orientando dando-nos a necessária confiança e autonomia na construção e na análise de nosso objeto de investigação, contudo segurando-nos com firmeza a mão, quando nos deparávamos com nossas dificuldades, fragilidades e limitações teórico-práticas.

Aos professores e companheiros Eudes Baima Bezerra e Hidelbrando Soares que, nos últimos cinco anos, nos serviram de referência, com suas contribuições teórico-práticas, para problematizarmos a realidade social do Baixo Jaguaribe, numa visão de totalidade.

Aos professores e companheiros Hélio Girão, Nádja Almeida, Regina Stella do Nascimento, Ozirene Maria Vidal, Ricardo Ness, Fernando Vasconcelos e Wagner Vasconcelos com quem pude compartilhar minhas inquietações e dúvidas no percurso de nossa pesquisa.

À Lenúcia Moura e Glória Vasconcelos Góes pelo incentivo e ajuda nas horas mais difíceis de nossa produção.

Ao professor Dr. José Jesus Lemos pelas sugestões iniciais para o encaminhamento da pesquisa

Aos meus alunos e alunas da FAFIDAM/UECE pelo apoio e estímulo ao longo da construção desse estudo.

À Jarbas Clementino, ex-aluno e técnico agrícola, que nos acompanhou em vários momentos da pesquisa.

Aos pequenos produtores do Projeto Irrigado Jaguaribe-Apodi e aos Trabalhadores Rurais do Grupo Del Monte Fresh por viabilizarem parte dessa pesquisa com suas valiosas informações.

Ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Limoeiro do Norte, parte importante para fechar os dados indispensáveis desse estudo.

Aos trabalhadores técnico-administrativos do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da FACED/UFC pela atenção e apoio ao longo do mestrado.

À minha família com quem dividi minha ansiedade e sem a qual jamais teria concluído este estudo.

QUIXERÉ QUE FAÇO AGORA?

Quixeré que faço agora?
Tu és tão pequenina
Como te defenderei
Dessa gente, ó menina?
Todos querem se apossar
De tua serra que é linda.

A Chapada do Apodi
Entre todas as mais bela
Terra rica e frutífera
Todos olham para ela
Suspirando e desejando
Ah! Se eu fosse dono dela.
Muita gente de fora
Aqui já se instalou
E com suas grandes firmas
O povo escravizou
Hoje quem era patrão
Chama-o de senhor.
Sei que muitos benefícios
Essas firmas nos trouxeram
Mas a exploração
É demais e sou sincera
Prefiro ver Quixeré
Virar um cemitério.

Não é com egoísmo
Que falo desses abusos
É porque a escravidão
Já passou e é absurdo
Ver meu povo escravizado
Como se fosse surdo-mudo.

Antes, nossa cidadezinha
Era uma tribo bem singela
Mas os índios que a habitavam
Tinham carinho por ela
Lutavam com entusiasmo
Ninguém se apossava dela.

Hoje, o nosso povo
Não a defende com ardor
É triste ver o estrangeiro
Ser chamado de senhor
E também ver nossas riquezas
Serem levadas sem pudor.

Quixeré, que faço agora?
O meu grito eu já dei
Porém ele é bem pequeno
E na verdade não sei
Se ele vai ecoar
Ou vai se calar de vez.

RESUMO

Neste estudo, ocupamo-nos em analisar a reestruturação produtiva no semi-árido cearense, adotando como foco de análise as práticas partilhadas de poder ou “práticas de consertação”. Centramos nas políticas e estratégias de desenvolvimento rural implementadas pelo Governo do Estado do Ceará entre os anos de 1998 a 2003, privilegiando as articulações político-institucionais, as parcerias e as “alianças estratégicas” que movimentam o agronegócio na agricultura de irrigação. Para efeito de nossa investigação empírica destacamos o Arranjo Produtivo Local (APL) da fruticultura irrigada do Projeto Irrigado Jaguaribe-Apodi, no Agropólo Baixo Jaguaribe, posto pelas instâncias governamentais como uma das experiências mais exitosas de práticas pactuadas de poder sob a ótica do agronegócio. Durante as análises documental e empírica constatamos que: A agricultura irrigada, proclamada pelas instâncias governamentais como núcleo agrícola eficiente de irradiação do crescimento econômico com desenvolvimento social, não vem se traduzindo na melhoria do desempenho social dos municípios cearenses, inclusive das áreas de concentração do agronegócio. As reais condições de vida dos trabalhadores rurais contrastam com o “oásis” que o poder estatal preparou para o capital agroindustrial nas áreas semi-áridas irrigadas cearenses; Ao contrário da eliminação do trabalho agrícola e a sua imediata relação com a desqualificação – argumento que ganha ênfase nos documentos governamentais e empresariais para justificar o desemprego/subemprego no campo – o que se evidencia nos espaços rurais é uma radicalização da dependência do trabalho agrícola aos grandes complexos agroindustriais e a proletarianização no campo, sob a base da precarização das relações de trabalho, da concentração de renda e da mercantilização da terra; As “práticas de consertação” visam fragmentar os trabalhadores e suas lutas, a fim de tentar conter a “explosão” de conflitos sociais que a reestruturação produtiva mundial do capital provoca, contando com o Estado que, nesse processo, permanece premido entre o agravamento das condições de vida das classes trabalhadoras, sobretudo da força humana que trabalha a terra, e suas reais possibilidades de reduzir os conflitos decorrentes.

PALAVRAS-CHAVE: Reestruturação Produtiva, Poder Partilhado, Agricultura irrigada

ABSTRACT

We occupy ourselves in this study in order to analyze the productive reorganization structural in the cearense semi-arid, adopting as focus of analyze the practices of partition of power or “practices to conciliate”. We centralize in the politics and strategies of rural development performed by government of Ceará state between the years of 1998 to 2003, improving the articulation political-institutionals, the partner ships and the “strategics alliance” which keep in motion the agrarian-business in the agriculture of irrigation. We emphasize to purpose our empirical research, the local productive arrangement (LPA) of the fruit-growing irrigable of the irrigated project jaguaribe-apodi, in the agrarian polo of the low jaguaribe, assured by government as one of the best experiencies of practices of partition of power under the view point of agrarian business. We confirm during the documental and empirical analyzes that: The economic growth concentrated in the agriculture of irrigation, announced by governamentals of irradiation of economic growth with social development, does not come it self to improve the performance of cearenses cities (inclusive in areas of concentration of agrarian business. Indeed the life conditions of the rurals labores contrast with the “oasis” that the state power gotready towards the industrial agrarian capital in the area semi-arid irrigated from Ceará; Other wise of elimination of the agricultural labor with regard to desqualification – argument that gets emphasis in the governamentals and undertakers documents in order to justify the unemployment/underemployment in the rural area – it seems to evidence in the rural space is a radicalism about the dependence of the agricultural labor towards the great complex agrarian-industrials and an increase of the proletariat in the rural area, about reason of the precariousness with regard to labour, concentration of income and the mercantilism of the land; The “practices to conciliate” aim to breakup the labores and their contextations in order to try to anstain an “explosion of socials conflicts that a productive reorganization structural of the capital in the world is able to incite, with aid of the public power wich in this process it reain pressed between the aggravation of the life conditions of the labours classes, mainly the human force that works in the land and the possibility material in order to reduce the decurrents conflicts.

KEY-WORDS: Productive reorganization structural, partition of power, agriculture irrigated

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	11
LISTA DE QUADROS	12
LISTA DE GRÁFICOS	13
LISTA DE TABELAS	14
LISTA DE ABREVIATURAS	15
INTRODUÇÃO	19
1 PACTO DE COOPERAÇÃO OU “PODER PARTILHADO”: AS NOVAS BASES DO “DISTENCIONAMENTO” DO CONFLITO FACE À CRISE MUNDIAL DO CAPITAL	31
1.1 Desenvolvimento Sustentável: a busca do consenso para a “Governança Global” do Capital	52
1.1.1 O pacto político-econômico nacional pela “Boa Governança”	57
1.1.2 Desregular os Estados-Nação para liberar o mercado mundial: a “agenda comum” para a sustentabilidade	64
1.1.2.1 “O Outro” Estado: a esfera pública não-estatal e a “nova agenda” de recomposição dos princípios do “novo” liberalismo econômico	68
1.1.3 Desenvolvimento Local Sustentável no contexto de competição intercapitalista: fragmentar para melhor governar	75
1.1.4 Redes Globais de Organizações de Pobres: a estratégia da “Comunidade de Doadores” para os países ditos em desenvolvimento	79
1.1.5 Capital Social Comunitário, Associativismo/Cooperativismo e Alianças Estratégicas: “amálgamas para manter coesos Estado, Capital e Trabalho”	83
2 PACTO PARA A SUSTENTABILIDADE NO CEARÁ: O (DES) EQUILÍBRIO NA CORRELAÇÃO DE FORÇAS ENTRE “OS PARCEIROS DO DESENVOLVIMENTO”, OU QUANDO UNS SÃO MAIS “CIDADÃOS”	90
2.1 O Pacto de Cooperação no Ceará: a parceria Governo-Empresário	90
2.1.1 O pacto pela sustentabilidade na nova dinâmica produtiva dos espaços agrícolas	92
2.2 “Crescimento Econômico com Desenvolvimento Social”: dos belos discursos à dura realidade	106
2.2.1 Miséria pactuada nos espaços agrícolas cearenses	110

3	AGROPÓLOS DO CEARÁ: A “TERRA PROMETIDA” AO CAPITAL	122
3.1	A “Terra Prometida”	127
3.2	Agropólos: a promessa (des) integradora	134
3.3	A “empresarialização” dos programas públicos de irrigação no “novo” modelo “integrado” de desenvolvimento	138
3.3.1	Arranjos Produtivos Locais: os “arranjos especiais” de sobrevivência das pequenas unidades produtivas	141
4	(DES) EQUILÍBRIO PACTUADO – O CASO DO APL DA FRUTICULTURA IRRIGADA DO PROJETO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO JAGUARIBE-APODI	148
4.1	O Agropólo Baixo Jaguaribe	150
4.2	O Projeto Irrigado Jaguaribe-Apodi: o “oásis” do capital agroexportador	167
4.2.1	O APL da Fruticultura Irrigada: o (des) equilíbrio pactuado entre os “atores do desenvolvimento”	173
4.2.1.1	Alianças Estratégicas em uma comunidade de unidades produtivas particulares isoladas	176
4.2.1.2	O reordenamento político-ideológico do capital e o reagrupamento da força humana que trabalha à terra	185
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	189
	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL	194

LISTA DE FIGURAS

FIGURA	1	Produção do melão no Brasil e nos Agropólos do Ceará	103
FIGURA	2	Áreas de conflito no Ceará, ano de referência 2000	108
FIGURA	3	Rede de Cidades Estratégicas (hierarquia das cidades). Ceará, 2003	132
FIGURA	4	Agropólos do Ceará (áreas de concentração do agronegócio)	138
FIGURA	5	Distribuição dos Perímetros Públicos de Irrigação do Ceará, de acordo com os municípios	140
FIGURA	6	Distribuição espacial dos arranjos produtivos locais do Ceará, de acordo com os municípios	143
FIGURA	7	Mapa do município de Limoeiro do Norte e Programas de Irrigação do Agropólo Baixo Jaguaribe	155
FIGURA	8	Projeto Irrigado Jaguaribe-Apodí. Chapada do Apodi, Limoeiro do Norte, Agropólo Baixo Jaguaribe	168

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Indicadores de Desenvolvimento Municipal. Ceará, posição 1997-2002	111
QUADRO 2	Indicadores de Desenvolvimento Municipal (1997-2002), de acordo com os Agropólos do Ceará	112

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Percentuais de agendas 21 Locais em andamento, por Região. Brasil, Posição 2003.	53
GRÁFICO 2	Participação do setor público e do privado no crescimento econômico do Ceará. Posição 1985 a 1996	95
GRÁFICO 3	Participação do setor público e do privado no crescimento econômico do Ceará. Posição 1985 a 2000	96
GRÁFICO 4	Participação do agronegócio nas exportações cearenses. Posição 2002.	102
GRÁFICO 5	Evolução da participação das cadeias produtivas da agricultura irrigada na exportação. Posição 1998 a 2003	104
GRÁFICO 6	Número de propriedades rurais, segundo as classes de área total. Ceará. Posição 1995, 1999 e 2000	115
GRÁFICO 7	Área das propriedades rurais, segundo as classes de área total. Ceará, posição 1995 a 2000	116
GRÁFICO 8	Dinâmica (verticalizada) de sobrevivência dos APL's em relação ao acesso ao mercado e às inovações tecnológicas	146
GRÁFICO 9	Dinâmica (horizontalizada) das articulações político-institucionais e de parceria, em relação aos APL's	147
GRÁFICO 10	Patamares para a inovação e competitividade na fruticultura brasileira	147

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Número e área das propriedades rurais, segundo as classes de área total. Ceará, posição 2000	114
TABELA 2	Evolução do número e área das propriedades rurais. Ceará, posição 1995 a 2000	115
TABELA 3	Número e área das propriedades rurais por classes de área, segundo os Agropólos do Ceará (áreas de concentração do agronegócio). Posição 2000.	117
TABELA 4	Distribuição das áreas irrigadas (implantadas) de cinco dos principais programas públicos de irrigação no Ceará, por agropólos e tipo de unidades produtivas. Posição 2000	118
TABELA 5	Número total de unidades produtivas e área total ocupada, segundo o tipo de produtor. Projetos Públicos Irrigados Jaguaribe-Apodi e Tabuleiro de Russas	155
TABELA 6	Número e área de imóveis rurais de até 5 e mais de 500 hectares, segundo os municípios do Agropólo Baixo Jaguaribe. Ceará, posição 2000.	158
TABELA 7	Evolução do número de trabalhadores rurais assalariados ocupados, segundo os municípios do Agropólo Baixo Jaguaribe. Ceará. Posição 2002.	160

LISTA DE ABREVIATURAS

ANA	Agência Nacional de Águas
APL	Arranjo Produtivo Local
APPCC	Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste
BPA	Boas Práticas Agropecuárias
CEBDS	Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
CED	Centro de Estratégias de Desenvolvimento do Ceará
CENTEC	Instituto Centro de Ensino Tecnológico
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
CIC	Centro Industrial do Ceará
CIPP	Complexo Industrial e Portuário do Pecém
CNA	Confederação Nacional da Indústria
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética
CODENO	Conselho de Desenvolvimento do Nordeste
COELCE	Companhia Energética do Ceará
COGERH	Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTPIF	Comissão Técnica de Produção Integrada de Frutas
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CVT	Centro Vocacional Tecnológico
D.C.N.	Diário do Congresso Nacional
DN	Diário do Nordeste
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
D.O.U.	Diário Oficial da União
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA	Estados Unidos da América
EUREPGAP	Euro Retailer Produce Working Group / Good Agricultural Practtice

FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FAPIJA	Federação dos Produtores do Projeto Irrigado Jaguaribe-Apodi
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FDI	Fundo de Desenvolvimento Industrial
FETRAECE	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará
FIEC	Federação da Indústria e Comércio do Estado do Ceará
FIPP	Federação Internacional da Imprensa Periódica
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
GEVJ	Grupo de Estudos do Vale do Jaguaribe
GMA	Grupo Integrado de Produtores da Fruticultura de Aracati
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias
IDACE	Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDM	Indicadores de Desenvolvimento Municipal
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
IGP-M	Índice Geral de Preços de Mercado
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
IOCS	Inspetoria de Obras Contra as Secas
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
IPLANCE	Instituto de Planejamento do Ceará
IVA	Instituto do Vale do Acaraú
MEC	Ministério da Educação e do Desporto
MI	Ministério da Integração Nacional
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
NAFTA	Acordos do Tratado de Livre Comércio da América do Norte
NPL	Núcleo Produtivo Local
NUTEC	Núcleo de Tecnologia do Ceará
OED	Departamento de Avaliação de Operações do Banco Mundial
OIT	Organização Internacional do Trabalho

OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Trabalho do Atlântico Sul
PEQ	Programa Estadual de Qualificação Profissional
PIB	Produto Interno Bruto
PIF	Produção Integrada de Frutas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PPHO	Procedimentos Padrões de Higiene Operacional
PROCEAGRI	Programa Cearense de Agricultura Irrigada
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PROVIN	Programa de Atração de Investimentos Industriais
PT	Partido dos Trabalhadores
RAC	Regulamento de Avaliação da Conformidade
REDESIST	Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
SDE	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural e Vinculadas
SEAGRI	Secretaria de Agricultura e Pecuária
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECITECE	Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará
SEDUC	Secretaria de Educação Básica
SEINFRA	Secretaria da Infra-Estrutura
SEJUS	Secretaria de Justiça
SEPLAN	Secretaria de Planejamento e Coordenação
SESA	Secretaria de Saúde
SETAS	Secretaria do Trabalho e Ação Social
SETE	Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo do Ceará
SETUR	Secretaria de Turismo
SOHIDRA	Superintendência de Obras Hidráulicas do Ceará
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
T.C.U.	Tribunal de Contas da União

UECE	Universidade Estadual do Ceará
USP	Universidade de São Paulo
UNE	União Nacional dos Estudantes
UVA	Universidade do Vale do Acaraú

INTRODUÇÃO

Neste estudo ocupamo-nos em analisar as práticas locais partilhadas de poder ou “práticas de consertação”¹ que sustentam, política e ideologicamente, a reestruturação produtiva no Estado do Ceará, especificamente no semi-árido cearense: espaço sócio-econômico e geográfico, que, ainda não tendo superado o trabalho estritamente necessário à satisfação de seus níveis tradicionais de produção e de consumo, é cada vez mais aprisionado às forças neoliberalizantes do sistema mundial, livre de restrições territoriais.

Nosso foco de análise são as articulações político-institucionais, as parcerias público-privado e as alianças econômico-estratégicas que mobilizam os Agropólos (áreas de concentração do agronegócio) especificamente o Arranjo Produtivo Local – APL² da Fruticultura Irrigada do Projeto Público de Irrigação Jaguaribe-Apodi, no Agropólo Baixo Jaguaribe, área proclamada pelas instâncias governamentais como aquela que reúne as

¹ Graziano Silva caracteriza as “práticas de consertação” como “processos participativos que têm por objetivo formar consensos”. Para o autor, o desenvolvimento local estaria a requerer um reordenamento político-institucional visando novas estruturas de poder que descentalizem as atuais políticas públicas do país, integrando o que ele chama de “reais protagonistas dos processos de transformação de seus lugares”. Para maiores detalhes sobre esta classificação ver SILVA, L. G. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento? In: Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento. José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário / Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável / Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2001, p. 24-51.

² Os APL's são estratégias metodológicas vinculadas à idéia de gestão integrada do desenvolvimento local. Situados num território geográfico delimitado, os Arranjos são definidos como aglomerações produtivas em seu estado de organização social e institucional, comportando quatro elementos articulados: capital social, organização produtiva, articulação político-institucional e articulação comercial-empresarial. Têm como objetivo estimular as pequenas e médias unidades de produção a lidarem com problemas relacionados à tecnologia, a logística e ao marketing, visando a busca da competitividade. Sobre esta classificação ver IPECE/CEARÁ. Arranjos produtivos locais. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Fortaleza, 2004^a. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/estudos/setoriais/ArranjosProdutivos/ArranjosAnalizados.1>. Acesso em: 06 nov.2004, p. 1. Ver Também LASTRES, H.M.M. et. al. Núcleos e Arranjos Produtivos Locais: casos do Ceará. Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. Universidade Federal do Rio de Janeiro, setembro, 2002, p. 5-18.

experiências mais exitosas de práticas partilhadas como estratégia política para o desenvolvimento local, sob a ótica do agronegócio.

Recortamos os anos de 1998 a 2003, período que marca a consolidação do Pacto de Cooperação entre governo e empresários na formulação da política cearense e, como efeito, a intensificação da reformulação das relações governo-sociedade, do redesenho das ações finalísticas das instituições estatais e da racionalização da participação do estado na economia amparando-se no modelo de desenvolvimento que mundialmente se convencionou chamar de sustentável.

O objeto de estudo aqui projetado emergiu de nossa inquietação com o rumo que toma as políticas de desenvolvimento rural no Ceará com a progressiva inserção de grandes complexos agroindustriais de capital nacional e, sobretudo transnacional, em áreas públicas anunciadas como estratégicas para fortalecer as pequenas unidades produtivas e superar a histórica dependência do semi-árido cearense às vicissitudes da natureza.

À luz das investigações teórico-práticas é inegável o impacto que a reestruturação produtiva e neoliberal do capital mundial está acarretando, seja nos países de economia central, seja quando de sua expansão às diversas regiões e países do globo. Dentre as manifestações mais evidentes desse fenômeno destacamos a desnacionalização das economias com o seqüestro direto da mais-valia produzida pelos países capitalistas economicamente dominados, inclusive dos espaços agrícolas. Contudo, como bem analisa Antunes (2002b), o processo de mundialização, quando de sua transferência para os mais variados espaços nacionais, sofre adaptações e tem efeitos particulares face às condições econômicas, sociais, políticas e ideológicas de cada região, país ou setor. É esse entendimento que nos leva a concordar com Teixeira, quando diz que, no cenário de mundialização das economias, não podemos negligenciar a dimensão política quando da análise dos elementos objetivos que constituem esse fenômeno. Esse movimento, diz o

mesmo autor, sendo um fenômeno produzido, possui uma base política não sendo, portanto, exclusivamente objetivo, “isto é, uma força externa que se impôs à sociedade, independente da vontade dos partidos políticos e da vontade dos governos” (1999, p. 11).

Talvez seja exatamente esse fenômeno que estaria justificando o número maior de estudos, que, com os recortes mais diferentes, vêm se debruçando sobre os efeitos da reestruturação produtiva ou ajuste estrutural do capital mundial nos Estados-Nação, especialmente na agricultura brasileira³. Sendo mais uma dentre tantas outras pesquisas que se debruçam sobre esta temática geral, o que talvez justifique a nossa incursão nesse setor de estudos é o fato de nos dirigirmos a um dos componentes por nós considerado indissociável desse fenômeno mais amplo e que, com suas particularidades, se manifesta nas áreas periféricas dos oligopólios mundiais, qual seja a construção, pelos governos nacionais, de um ambiente de consenso e de ações conjuntas entre capital e trabalho, eufemisticamente chamado de práticas de consertação, ao tempo em que propiciam ambientes econômicos e geográficos atraentes para o Capital, dentre os quais destacamos os Programas Públicos de Irrigação, especificamente o APL da fruticultura irrigada do Programa Jaguaribe-Apodi, na micro-região do Baixo Jaguaribe no Ceará.

O Baixo Jaguaribe, micro-região na qual se insere o nosso ambiente empírico de investigação, corresponde a uma das distribuições geográficas do Estado do Ceará em Agropólos – áreas de concentração do agronegócio. Os Agropólos, de acordo com a definição da Secretaria de Agricultura e Pecuária – SEAGRI (2003a), são instrumentos da população rural para capacitar, desenvolver a região e coordenar os elementos de

³ Destacamos os trabalhos de Ariovaldo de Oliveira, que buscam analisar as contradições do desenvolvimento capitalista no campo; as contribuições de José Graziano da Silva, que abordam o novo paradigma da agricultura sustentável vinculado ao chamado novo movimento social, e, aquelas mais diretamente direcionadas à reestruturação produtiva na agricultura cearense, vinculadas aos estudos de Denise Elias, Hidelbrando Soares, dentre outros. Ver sobre o assunto: OLIVEIRA, A.U. de. A agricultura camponesa no Brasil. 3ª. Ed. – São Paulo: Contexto, 1997; SILVA, J.G. da. Tecnologia e agricultura familiar. – Porto Alegre: Ed: Universidade/UFRGS, 1999. MODERNIZAÇÃO EXCLUDENTE / Denise Elias, José Levi Furtado Sampaio, organizadores; Aldiva Sales Diniz...[et. Al.] – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

desenvolvimento locais sustentáveis. Para administrá-los foi criado, em 2002, o Instituto Agropólo do Ceará, organização social de caráter privado, cuja missão seria atrair investidores, fomentar negócios e promover a aproximação entre pequenas, médias e grandes unidades de produção.

Atualmente são 7 (sete) Agropólos, que abrangem 80 (oitenta) municípios e um terço da população do estado. Dos 7 agropólos existentes, o do Baixo Jaguaribe é considerado o maior em cultivo de irrigação do Ceará, com ênfase na fruticultura tipo exportação. Ocupa uma área total de 14.000 km² do território cearense e tem uma população aproximada de 345.669 mil habitantes, distribuídos em 15 municípios ⁴.

Nos programas de irrigação implantados pela SEAGRI e com uma infra-estrutura montada pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas – DNOCS, são reservadas grandes áreas com projetos públicos e privados para a produção de frutas, flores e grãos. Nessas áreas, apenas as empresas Del Monte, de capital transnacional, e uma das maiores produtoras de frutas do mundo, detém cerca de 2,0 mil hectares de área plantada, entre melão, melancia e abacaxi, completando, desta forma, a política “modernizadora” impulsionada pelo governo “mudancista”,⁵ focalizada no programa de atração de investimentos e no agronegócio.

O Projeto Público de Irrigação Jaguaribe-Apodi integra o contexto de reanimação (reestruturação produtiva) da agricultura cearense centrado no agronegócio. Cercado por

⁴ Os municípios que compõem o Agropólo Baixo Jaguaribe são Aracati, Icapuí, Itaiçaba, Palhano, Jaguaruana, Russas, Quixeré, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Ibicuitinga, Tabuleiro do Norte, São João do Jaguaribe, Alto Santo, Jaguaretama e Nova Jaguaribara. Lembramos que o Ceará comporta outras formas de distribuição geográfica, variando quanto aos municípios. Para efeito deste estudo optamos pela distribuição do Estado em Agropólos – áreas de concentração do agronegócio.

⁵ Na formulação de Bezerra, o “mudancismo” no Ceará é entendido pelos “elementos ideológicos e político-administrativos que marcam o discurso de campanha e a prática governamental do grupo de empresários que chegou ao Governo do Ceará nas eleições de 1986. Para o autor, o “mudancismo” (o “novo”) aparece como um contraponto político-ideológico que o grupo Tasso Jereissati faz ao modelo de gestão anterior, “estigmatizado como o “velho””. Ver BEZERRA, J. E. B. A intenção e o gesto. 1996, 350 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, Ceará, p. 15.

“gigantes” da agroindústria, em seu interior, encontra-se uma diversificada cadeia produtiva impulsionada pelas pequenas unidades de produção, organizadas no APL da fruticultura irrigada, que, sob circunstâncias diversas, mantém articulações político-institucionais e de parceria com as instituições governamentais, com as instituições científico-tecnológicas e, especialmente, com as chamadas “empresas-integradoras”, “empresas-âncoras” ou ainda “empresas-mãe”,⁶ de economia local, nacional e transnacional. Está localizado na parte cearense da Chapada do Apodi, no Limoeiro do Norte, município que compõe, segundo a hierarquização das cidades feitas pelo Governo, a rede de cidades estratégicas indutoras de mudanças tanto, na espacialização das atividades econômicas, como na construção de ofertas de serviços. São cidades que, ainda segundo as instâncias governamentais no Ceará, estariam mobilizando outras atividades que não as diretamente vinculadas aos bens originários da terra, integrando na sua dinâmica produtiva, a agropecuária moderna, baseada em *commodities* e articuladas às agroindústrias; as atividades não agrícolas ligadas à moradia, ao lazer; as atividades industriais e de prestação de serviços, e as “novas” atividades agropecuárias localizadas em nichos de mercado. Enfim, cidades com capacidade de absorver a força de trabalho “liberada” da atividade diretamente agrícola, leia-se força de trabalho agrícola desempregada.

Convivendo lado-a-lado com os grandes projetos de irrigação públicos e privados, também se encontram no Agropólo as áreas destinadas a agricultura de sequeiro. Nessas áreas, de tecnologia rudimentar, a produção costuma ser dizimada por constantes estiagens, restando-lhe, na maior parte do ano, como única fonte de água, os carros-pipa, que é também uma das poucas medidas de apoio fornecidas pelas instâncias governamentais às

⁶ As empresas citadas são àquelas que se destacam como líderes de mercado, sendo responsáveis pela maior parte da exportação de frutas a partir do território cearense. Na relação com os Arranjos, sua missão seria dotar as pequenas e médias unidades produtivas vinculadas ao setor fruticultor de capacidade produtiva e de comercialização (matérias primas, insumos, tecnologias). Ver sobre o assunto Frutiséries 2 Ceará: melão, Ministério da Integração Nacional – MI, Brasília, Setembro, 2003,

áreas não irrigadas. Vale ressaltar que são também nessas áreas em que as unidades de produção vinculadas à agricultura irrigada, especialmente os grandes complexos agroindustriais, costumam encontrar a força de trabalho vulnerável necessária para garantir a rentabilidade que o agronegócio requer.

São crianças, jovens, homens e mulheres que, especialmente em épocas de pico-de-colheita, passam a se confundir com a diversificada e fragmentada força de trabalho, que, na condição de assalariados (permanentes, precarizados e sazonais), torna o Agropólo Baixo Jaguaribe uma das mais exitosas experiências agrícolas para os grandes complexos atraídos pelo programa governamental de investimentos.

E nesse cenário que se insere o nosso objeto de investigação empírico. É a partir dele que pretendemos analisar as formas de manifestações que o ajuste estrutural do capital assume nas áreas periféricas ao mercado mundial, contando para tal empreendimento com o apoio de seus sócios metropolitanos que tem, no “Governo das Mudanças”, no Estado do Ceará, uma das mais destacadas expressões.

Partimos das seguintes indagações: Como pode-se falar de reestruturação produtiva pactuada, quando estamos falando da invasão de nosso território por “gigantes” da agroindústria que submetem aos desígnios do lucro a força humana que trabalha a terra? Como pode-se falar de “práticas de conserto”, num contexto histórico mundial de desregulamentação dos Estados Nacionais em favor do sistema de mercado mundial, livre de restrições territoriais? Enfim, como pode-se falar de gestão compartilhada, de poder partilhado ou de pactos de cooperação, quando estamos falando de políticas de desenvolvimento que separam a estrutura fundiária da economia agrícola, os resultados do trabalho agrícola das condições de vida, de trabalho e de salários dos trabalhos rurais agrícolas e assalariados?

A necessidade de nos posicionarmos mais concretamente frente a essas questões emergiu quando assumimos a coordenação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA/UECE Campus Limoeiro do Norte, a Coordenação da Reforma Curricular do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará Unidade Limoeiro do Norte, e quando acompanhamos a reformulação curricular da Faculdade Centro de Ensino Tecnológico – CENTEC Unidade Limoeiro do Norte: Instituições de Ensino Superior fortemente pressionadas a integrarem seus currículos e programas às exigências do ajuste estrutural mundial, que, com a conivência dos governos nacionais e locais, se processa nas áreas rurais do semi-árido cearense.

Adotando como aporte teórico o materialismo histórico-dialético insistimos na análise de que a principal contradição dessa época ainda é aquela apontada por Marx, que marca distintivamente a sociabilidade capitalista, qual seja, o caráter social da produção e a forma privada de apropriação, a oposição crescente entre o nível de desenvolvimento técnico-científico da produção e o aprofundamento da alienação, da miséria material e espiritual dos produtores, materializados nos antagonismos de classe. Nesta perspectiva, as especificidades nacionais e/ou locais, das cidades e do campo não negam esses pressupostos, mas ganham novas proporções frente à crise sem precedentes do sistema produtor de mercadorias.

Com esse entendimento, defendemos, no decorrer desse estudo, que:

- 1) As “práticas de consertação” associada ao “paradigma” do desenvolvimento local sustentável integram as estratégias político-ideológicas do capital visando “fatiar” as tensões e conflitos sociais provocados pelo ajuste estrutural e pelas políticas neoliberalizantes, contando com o Estado que, nesse processo, permanece, mais do que nunca, premido entre o agravamento das condições de vida das classes trabalhadoras e suas reais possibilidades materiais de atenuar os conflitos daí decorrentes.

2) A reestruturação produtiva em curso nos Estados-Nação associada às parcerias público-privado e às alianças estratégicas entre Estado, Capital e Trabalho integra o movimento mundial de desregulamentação/fragmentação dos Estados Nacionais. Serve ao processo de privatização dos serviços públicos e produz a radicalização da dependência das políticas econômicas nacionais, submetendo, inclusive a produção agrícola, à compulsão econômica do sistema de comércio mundial.

3) Ao contrário da eliminação “pura e simples” do trabalho agrícola e da sua imediata relação com a desqualificação, argumento que ganha ênfase nos documentos governamentais e empresariais para justificar o desemprego/subemprego no campo, o que se evidencia nos espaços rurais é o aprofundamento da dependência do trabalho agrícola ao grande capital nacional e transnacional atraído pelo programa governamental de “investimentos”, que conta com a colaboração do Poder Público Estatal. Este, por sua vez, embora desregulamentado, ainda não pode ser dispensado. No contexto de ataques brutais contra as conquistas históricas dos trabalhadores, dentre elas a garantia e a estabilidade do emprego, o Estado ainda continua sendo o “penhor das condições, das relações sociais, do capitalismo, e o protetor da distribuição cada vez mais desigual da propriedade que esse sistema enseja” (BRAVERMAN, 1987, p. 242).

A fim de demonstrar essas hipóteses e alcançar nossos objetivos, os procedimentos gerais buscaram valorizar as informações obtidas na literatura, nas fontes documentais e no ambiente empírico de investigação procurando confrontá-los durante todo o desenvolvimento da pesquisa.

Quanto às fontes documentais, analisamos os documentos oficiais que tratam das políticas, estratégias e planos de desenvolvimento sustentável direcionadas à agricultura, especificamente à agricultura irrigada. Recortamos o período de 1998 a 2003,

procurando destacar as bases político-ideológicas nas quais se sustenta a reestruturação produtiva no semi-árido irrigado cearense.

Quanto ao ambiente empírico de investigação, buscamos analisar as relações internas e externas ao APL da fruticultura irrigada. No que diz respeito às relações internas, analisamos os mecanismos de cooperação entre as pequenas unidades de produção, valorizando o contato com os produtores vinculados ao setor fruticultor, a Federação dos Produtores do Projeto Irrigado Jaguaribe-Apodi – FAPIJA e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Limoeiro do Norte. Quanto às relações externas, nossa análise centralizou nas parcerias e alianças estratégicas entre o APL e as instituições públicas, privadas e o setor empresarial, destacando: 1) os mecanismos de participação na organização da produção, na circulação e na distribuição dos resultados da produção (salário e lucro); 2) a dinâmica de participação nos processos produtivos e de comercialização; 3) as ideologias que circulam nos processos de produção, circulação e distribuição dos resultados da produção, destacando ainda a relação entre as atividades produtivas, o desempenho econômico e a escolarização/qualificação dos produtores; a relação entre as pequenas unidades produtivas entre si e a força de trabalho assalariada absorvida no APL; as articulações político-institucionais (com o setor público estatal); e as alianças estratégicas estabelecidas entre o Projeto Irrigado Jaguaribe-Apodi, especificamente o seu setor fruticultor, e as “empresas-Integradoras”, dentre elas a Fazenda Frutacor (de capital local) e os Grupos Del Monte (de capital transnacional).

O contato com os pequenos produtores do APL tomou como base de amostra os produtores locais distribuídos na Quadra 2 do APL da Fruticultura Irrigada. De forma periférica, nos dirigimos, ainda, aos trabalhadores rurais assalariados vinculados às pequenas produções e às “empresas-integradoras” destacadas acima.

No contato com a organização sindical dos trabalhadores rurais, buscamos identificar suas relações com os pequenos produtores e com os trabalhadores rurais vinculados ao Projeto Irrigado Jaguaribe-Apodi, particularmente com o APL da fruticultura irrigada e os trabalhadores rurais assalariados vinculados às “empresas-integradoras”.

Os resultados da pesquisa foram distribuídos em 4 (quatro) capítulos, da seguinte forma:

Capítulo 1 – *Pacto de Cooperação ou “Poder Partilhado”: as novas bases do “distencionamento” do conflito face à crise mundial do capital*. Com este capítulo tentamos discutir os princípios conceituais que sustentam política e ideologicamente o ajuste estrutural do capital mundial, materializado na descentralização da esfera pública estatal, no “paradigma” do desenvolvimento sustentável e nas práticas “partilhadas” de poder. Sustentamos que a formatação das políticas que serve de apoio à reestruturação produtiva nos países ditos em desenvolvimento, sobretudo nos espaços agrícolas, está submetida à lógica do movimento mundial do capital, de desregulamentação dos Estados-Nação, de privatização dos espaços públicos, de fragmentação das organizações dos trabalhadores e, como efeito, de fragmentação das contradições e conflitos sociais provocados pelo ajuste estrutural que o sistema mundial, hoje, completamente livre de restrições territoriais, organiza em escala planetária.

Capítulo 2 – *Desenvolvimento Sustentável no Ceará: o (des) equilíbrio na correlação de forças entre os “parceiros do desenvolvimento”*. Neste capítulo, ocupamos da análise das políticas de desenvolvimento do Governo do Estado do Ceará. Recortamos os anos de 1998 a 2003, período que compreende a intensificação de estímulos à atração de investimentos (nacionais e internacionais), a ampliação dos programas em obras estruturantes, a interiorização da indústria e a aceleração da transferência da

condução de setores econômicos estratégicos, inclusive de comercialização agrícola, para a gerência privada e, como efeito direto, o aprofundamento da subordinação do trabalho agrícola aos grandes empreendimentos agroindustriais privados e a deteriorização das condições de vida da maioria da força de trabalho que vive da atividade agrícola, assim como de suas localidades.

Capítulo 3 – *Agropólos do Ceará: a “Terra Prometida” ao Capital*. Neste capítulo buscamos localizar o fenômeno de privatização do território cearense nos Agropólos, áreas político-econômicas, sociais e geográficas que concentram as experiências mais exitosas de gestão pactuada entre o Estado e o Capital. Destacamos os dispositivos político-ideológicos acionados pelo “Governo Mudancista” para integrar e entregar o destino dos espaços sócio-econômicos e geográficos do Ceará, especificamente dos espaços agrícolas nas “mãos” da sociedade privada e das mega-corporações atraídas pelo programa governamental de atração de investimentos. Privilegiamos, para efeito do estudo a “integração” dos grandes empreendimentos agroindustriais e do agronegócio aos Projetos Públicos de Irrigação; e b) o “pacto”, ideologicamente construído entre os APL, o Estado e as “Empresas-Integradoras”, também denominada, pelas instâncias governamentais, como “Cadeia Sistêmica”.

Capítulo 4 – *O (des) equilíbrio pactuado – o caso do APL da fruticultura irrigada do Projeto Jaguaribe-Apodí*. Neste capítulo, nossa ênfase recai nas práticas locais partilhadas de poder no APL da fruticultura irrigada do Projeto de Irrigação Jaguaribe-Apodí. Ao analisarmos o Arranjo, destacamos as interações e as articulações econômicas e político-institucionais que movimentam o setor fruticultor, os mecanismos de participação do Estado, do Capital e do Trabalho Agrícola e as ideologias que circulam, quando na definição dessa participação na organização da produção, da circulação e da distribuição dos resultados da produção (salário e lucro) entre os chamados “atores territoriais”. Ou

seja, buscamos localizar os elementos políticos do desenvolvimento econômico local, que, articulados às parcerias, às alianças estratégicas e ao associativismo, criam as condições para o Estado negociar a institucionalidade organizacional necessária para a adequada inserção do grande capital agroindustrial nas áreas públicas focais de desenvolvimento agrícola.

Enfim, com este estudo reafirmamos o caráter fantasioso das teses paradigmáticas de modelo de desenvolvimento pactuado enquanto estratégia para projetar a economia dos países ditos em desenvolvimento, em bases sustentáveis. A realidade social objetiva nos ajuda a concluir que a economia local uma vez aprisionada ao comportamento da política econômica mundial, corporificada no ajuste estrutural, provoca e amplia as contradições entre Capital-Trabalho.

No Ceará, dado o caráter fundamentalmente ideológico das práticas partilhadas de poder, o sucesso das parcerias e das alianças estratégicas entre estado, Capital e Trabalho traz consigo contradições importantes que ameaçam as políticas de distencionamento social e as bases mesmas das políticas “mudancistas” de modernização agrícola, focadas na agricultura tipo empresarial. Na “modernização” restrita dos espaços agrícolas, o governo do Estado do Ceará, autodenominado “das Mudanças”, transfere a arbitragem da reestruturação produtiva ao capital que, no seu movimento de mundialização, não guarda nenhum compromisso com o desenvolvimento estadual.

CAPÍTULO 1 – PACTO DE COOPERAÇÃO OU “PODER PARTILHADO”: AS NOVAS BASES DE “DISTENCIONAMENTO” DO CONFLITO FACE À CRISE MUNDIAL DO CAPITAL

O Pacto de Cooperação Mundial ou Poder Partilhado associado à descentralização da ação estatal, as alianças econômico-estratégicas e à parceria público-privado tem, particularmente, a partir da década de 90, sido posto como elemento basilar na definição de políticas e programas das mais diversificadas instituições mundiais, nacionais e locais. Não seria exagero afirmar que, no plano das idéias, nunca o “mundo civilizado” alcançou tão amplo consenso nas saídas locais partilhadas (pactuadas) como estratégicas para acelerar o desenvolvimento dos países ditos em desenvolvimento e “resolver” os históricos conflitos capital-trabalho. Diríamos mais. Nunca o mundo civilizado foi tão longe na ruptura com a noção de representação política emergida da revolução democrática do século XVIII, nem tão manipulatório nos dispositivos político-ideológicos para dissolver e submeter os trabalhadores e suas organizações em favor do grande pacto de cooperação mundial pela “Boa Governança”⁷: estratégia sistematizada no mundialmente proclamado paradigma do desenvolvimento humana sustentável.

Com este capítulo pretendemos demonstrar que os princípios conceituais fundamentais que dão sustentação às políticas, às estratégias e aos programas (mundiais, nacionais) de desenvolvimento centrado nas práticas locais partilhadas de poder integram o movimento político-ideológico mundial do capital de liberalização, sem medida, do

⁷ A palavra “governança” não deve ser aqui entendida como a organização política que dirige o aparelho estatal. A governança pressupõe uma espécie de autoridade global a ser construída. Nesse sentido foi criada, pela Organização das Nações Unidas – ONU, em 1996, uma Comissão de Governança Global, cuja função é gerir os negócios públicos e privados, acima e de forma independente dos Estados Nacionais. Para maiores detalhes sobre esta classificação ver NOSSA COMUNIDADE GLOBAL – relatório da Comissão sobre Governança Global. Ed. da FGV, Rio de Janeiro, 1996. Ver também sobre o assunto GOVERNANÇA GLOBAL E CULTURA DA PAZ. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Brasília – DF, 2000.

mercado mundial, de desregulamentação dos Estados-Nação e de fragmentação dos conflitos sociais, provocados pelo ajuste estrutural que o sistema de comércio mundial, liberalizado, organiza no globo.

Esclarecemos, porém, que não é nosso propósito recuperar o complexo movimento de reestruturação econômica e neoliberal do capitalismo nesta etapa histórica de mundialização da economia de mercado. Pretendemos apenas situar alguns vínculos conceituais que, no nosso entendimento, ligam às “práticas de consertação” e a mundialização do capital, aqui entendida como um movimento específico de internacionalização do mercado, intensificado na década de 70, com as políticas de liberalização, de privatização e de desmantelamento das conquistas sociais e democráticas arrancadas pelos trabalhadores em mais de um século de lutas contra o capital.

Nosso foco de análise são os princípios e estratégias de desenvolvimento consagrados na Agenda 21⁸ – um dos mais significativos documentos formulados a partir de fóruns mundiais “consensuados” – que, nos últimos 13 (treze) anos, serve de instrumento basilar para formulação de políticas e planos de ação das mais diferentes instituições e organizações sociais nacionais, sejam elas governamentais, não governamentais, empresariais, religiosas, sejam sindicais e partidárias.

Especificamente, este capítulo serve de base para entendermos os fundamentos das políticas de desenvolvimento implementadas, particularmente, nos últimos oito (oito)

⁸ A Agenda 21 reúne as resoluções aprovadas por ocasião da ECO-92 (Conferências das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento), realizada no Rio de Janeiro (Brasil). Em suas resoluções recupera princípios consagrados na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano (Estocolmo, 1972), onde anuncia pela primeira vez propostas de mudanças na natureza e na direção dos modelos de desenvolvimento. No documento “Nosso Futuro Comum”, a Conferência de Estocolmo relaciona a sustentabilidade com um tipo de desenvolvimento que satisfaça as necessidades premente sem comprometer as gerações futuras. Princípios reproduzidos nas Agendas Nacionais e Locais, após a ECO-92. Em âmbito nacional, suas resoluções foram incorporadas aos Planos Plurianuais do Governo Fernando Henrique Cardoso e no Plano Plurianual do Governo Luis Inácio Lula da Silva – PPA 2004-2007. Ver sobre o assunto > AGENDA 21. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992: Rio de Janeiro) : de acordo com a resolução n. 44/228 da Assembléia Geral da ONU, de 22-12-89, estabelece uma abordagem equilibrada e integrada das questões relativas a meio ambiente e desenvolvimento: a Agenda 21. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995. Ver também Agenda 21 Brasileira: ações prioritárias / Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. 2ª. Ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

anos, pelo “Governo das Mudanças” no semi-árido cearense: espaço sócio-econômico e geográfico, que, ainda não tendo superado o trabalho estritamente necessário à satisfação de seus níveis tradicionais de produção e de consumo, é cada vez mais aprisionado às forças neoliberalizantes do mercado mundial e, como efeito, submetido aos dispositivos político-ideológicos rotulados de pacto de cooperação, poder partilhado ou “práticas consertativas”.

Em primeiro lugar, consideramos necessário salientar que, para nós, falar de políticas de desenvolvimento pressupõe falar de políticas que asseguram a qualidade de vida de homens e mulheres que trabalham. Pressupõe a implementação de políticas que se orientam para a satisfação das necessidades materiais e espirituais daqueles que trabalham. Daí que, concordando com Marx, o primeiro pressuposto para prover às necessidades humanas é, pois, a produção dos meios que permitem os indivíduos à satisfação de suas necessidades elementares, como “comer, beber, ter habitação, vestir-se e outras coisas [...]”. Ou seja, o primeiro pressuposto para possibilitar a melhoria da qualidade de vida da força humana que trabalha é a garantia da produção da própria vida material, uma condição histórica, “que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprida todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos...” (1991, p. 39). Mas, o capitalismo que, como nenhuma época histórica precedente, possibilitou o estímulo de gigantes meios de produção e de troca só entende uma lei: a lei da acumulação de capital. Mas acumular capital pressupõe acumular miséria, aniquilar o conteúdo do trabalho humano, enfim, submeter à força humana que trabalha ao rolo compressor do capital, movimento que nega aos trabalhadores mesmo às condições elementares para prover as suas necessidades fundamentais, como o direito de apropriar-se dos resultados do seu trabalho e do próprio trabalho.

Com a indústria moderna e a aplicação da ciência à técnica em função do lucro, o mundo é tomado pela radicalização dos mecanismos de expropriação da propriedade privada em função de um número reduzido de grandes capitalistas, que, organizados em redes de mercado mundial, criam o aumento da miséria, da opressão, da exploração, e, igualmente os dispositivos ideológicos necessários para reprimir as revoltas da classe trabalhadora e submetê-la à lógica societal do capital, que, com suas especificidades nacionais e organizativas, se manifestam em escala mundial.

Nas palavras de Marx,

O capitalista declara em alta voz que a máquina é a inimiga do operário, e é com propósito deliberado que ele se serve dela nele sentido. Ela se torna a arma mais poderosa de guerra visando reprimir as revoltas periódicas e as greves operárias dirigidas contra o domínio do capital. Segundo Gaskell (Londres, 1833), a máquina a vapor foi desde o início a antagonista da 'força humana', permitindo ao capitalista acabar com as pretensões crescentes dos operários, que ameaçavam levar a uma crise o sistema fabril nos seus inícios. Poder-se-ia escrever toda uma série de invenções, feitas após 1830, que não tiveram outra finalidade senão a de servir ao capital como meio de guerra às manifestações operárias. Em seu depoimento ante uma Comissão Parlamentar de Inquérito, Masmyth, inventor do martelo-pilão, descreve os aperfeiçoamentos que introduziu na máquina devido à extensa e longa greve dos operários em 1851: [...] Outrora, eu ocupava quatro crianças ao invés de um mecânico. "Graças às minhas novas combinações mecânicas, ocupo apenas 750 homens no lugar de 1.509, daí o grande aumento de meus lucros" (1967), p. 119-120).

Assim, os apologistas da liberalização da força de trabalho pela máquina mostram seu talento mistificador. O problema do desemprego, por exemplo, deixa de ser resultado da forma como o capitalista se apropria da máquina para aumentar a sua rentabilidade, para tornar-se culpa da máquina em si. Assim exemplifica Marx, reportando-se ao discurso do economista burguês em pleno liberalismo clássico: "É como efeito o raciocínio do famoso degolador Bill Sykes: Senhores Jurados é verdade que este caixeiro-viajante teve a goela cortada, mas não foi culpa minha. Foi da faca". Vale salientar que

esses mecanismos acionados pelo capitalista não conseguem conter as contradições que a revolução técnica associada ao lucro enseja. Afinal,

...a máquina considerada em si reduz o tempo de trabalho, facilita o trabalho, permite ao homem dominar as forças naturais, aumenta a riqueza do produto, mas, devido ao emprego capitalista, prolonga a jornada de trabalho, aumenta a intensidade do trabalho, sujeita o homem às forças naturais, empobrece o que produz [...] (Marx, 1967, p. 127).

Com efeito, a revolução gloriosa não só revolucionou a técnica, os espaços agrícolas, as relações do homem com o mundo natural e entre si, ela também foi promotora de contradições teórico-práticas que o capitalismo e a ideologia que o sustenta não conseguiram resolver, nem mesmo em seu momento progressivo.

Na história do desenvolvimento das forças produtivas, as relações sociais capitalistas alteram, como em nenhuma época precedente, as relações que historicamente se formaram entre os homens no processo de produção dos bens materiais. O homem liberta-se do jugo do mundo natural e das velhas instituições feudais, a ciência é introduzida à técnica fornecendo novos estímulos ao desenvolvimento das forças produtivas, contudo na base dessa nova formação social está a propriedade privada dos meios de produção, e, como efeito, a expropriação do produtor independente de seus meios de subsistência.

Na análise de Marx,

[...] Na medida em que, no interior do trabalho, a propriedade privada se defronta com o trabalho, ela se desenvolve partindo da necessidade da acumulação e, inicialmente, ainda apresenta bastante a forma de comunidade; mas, em seu desenvolvimento ulterior, aproxima-se cada vez mais da moderna forma de propriedade privada. Através da divisão do trabalho, já está dada desde o início a divisão das condições de trabalho, das ferramentas e dos materiais, e, como isso, a fragmentação do capital acumulado entre diferentes proprietários; e, com isso, a fragmentação entre capital e trabalho, bem como as diferentes formas de propriedade (1991, p. 101-102).

Nesse processo, o trabalho como atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriação dos elementos naturais para adequá-los às necessidades humanas, torna-se propriedade do capitalista, para o qual a produção dos valores-de-uso só interessa por ser e enquanto for substrato material, detentora de valores-de-troca. Essa é a lei fundamental que historicamente rege a produção de mercadorias no capitalismo, no interior da qual a força de trabalho não é apenas uma mercadoria, mas uma mercadoria essencial consumida pelo capitalista a fim de criar valor do qual ele se apropriará: a mais-valia ⁹.

Dito de outra maneira, a divisão social do trabalho, que, com a ascensão do capitalismo, se generalizou e se aprofundou, não permite mais a cada ser humano a produção de objetos dos quais têm necessidade para viver. Destituído dos seus meios de produção e de subsistência o trabalhador não pode vender mercadorias em que encarne o seu trabalho. Como todos os outros progressos históricos trazidos pela produção capitalista, a racionalização da agricultura e a redução do trabalho agrícola ao absurdo da propriedade rural, começa por realizar-se reduzindo à miséria os produtores imediatos. Constitui-se, pois, na primeira negação da propriedade privada individual fundada no trabalho pessoal. Estando o produtor privado dos seus meios de subsistência para adquirir os objetos que necessita, terá que vender a única mercadoria que possui e que só existe

⁹ Para Marx (1976), a substância formadora do valor é o trabalho, porém, distingui o trabalho concreto, que é uma forma determinada da atividade humana (o do carpinteiro, o do tecelão), criador de valores-de-uso, do trabalho abstrato, criador de valores-de-troca. A lei da troca, na economia capitalista é orientada pela quantidade de trabalho abstrato incorporado nas mercadorias, ou seja, o tempo de trabalho socialmente necessário que se emprega na produção. Lembramos, porém, que nessas relações sociais, o trabalho considerado na produção de uma mercadoria, não é o trabalho gasto por cada indivíduo isoladamente para realizar o trabalho que transforma matéria-prima em produto, base das relações do pequeno produtor independente. Na economia capitalista, a força de trabalho em movimento, além de reproduzir o seu próprio valor, ela precisa produzir a mais-valia, valor suplementar que resulta de uma sobra quantitativa de trabalho na duração prolongada do mesmo processo de trabalho. A mais-valia forma o excedente de valor do produto acima dos instrumentos consumidos (meios de produção e da força de trabalho) que é expropriado pelo capitalista. Dito de outra maneira, os pequenos produtores independentes são pessoas que trabalham com os seus próprios meios de produção e vendem os seus produtos no mercado, o resultado dessa venda pertence ao pequeno produtor, cujos valores surgem do seu próprio trabalho e volta-se para o atendimento das suas necessidades imediatas. Com o surgimento das grandes oficinas e fábricas os meios de produção passam a pertencer ao capitalista. Nesse momento os meios de produção não podem ser postos em ação por um indivíduo isolado, sendo necessário a colaboração de um grande número de trabalhadores. O produto obtido é, pois, resultado do trabalho coletivo, porém que se apropria da maior parte do valor criado não são os produtores, mas sim os proprietários dos meios de produção.

nele mesmo: a sua força de trabalho, cujos custos a ela atribuída são sempre inferiores à sua produção.

Ainda segundo Marx

O processo que abre caminho para o sistema capitalista não pode ser senão o processo que toma do trabalhador a posse de seus meios de produção; um processo que transformará, de um lado os produtores imediatos em trabalhadores assalariados... O produtor imediato, o trabalhador, só podia dispor de sua pessoa depois de libertação do solo e depois que deixasse de ser escravo, o servo, dependendo de outrem. Para tornar-se um livre vendedor de sua força de trabalho, que leva sua mercadoria a qualquer lugar onde encontre mercado, ele precisava livrar-se antes do regime de corporações, de suas regras para aprendizes e jornaleiros, e de restrições dos regulamentos de trabalho... Esses novos libertos só se tornaram vendedores do próprio trabalho quando se viram destituídos de seus meios de produção e de todas as garantias de vida proporcionadas pela velha organização feudal. E a história disso, de sua expropriação, é escrita nos anais da humanidade em letras de sangue e fogo.

A história dessa desapropriação assumiu coloridos diversos, percorreu várias fases e em seqüência diversa, percorreu épocas distintas e em diferentes países, regiões ou setores, porém a base de todo o processo foi a expropriação do produtor rural, do camponês que ficou assim privado de suas terras. Esse processo teve início com a cooperação simples, desenvolve-se na manufatura e completa-se na indústria moderna, “que faz da ciência uma força produtiva independente de trabalho, recrutando-a para servir ao capital” (MARX, 1985, p. 831; 1971, p. 413-414).

Essa contradição intrínseca ao modo capitalista de produção atinge seu ponto alto no final da década de 60, no século XX, com o esgotamento do padrão de acumulação taylorista-fordista – forma mais avançada da racionalização capitalista no processo de trabalho, cujo desenvolvimento perdurou durante quase todo o século XX¹⁰. Assim como os pequenos ocupantes de terra foram súbita e violentamente arrancados de suas terra, o sistema fabril divorciou o trabalhador dos meios de produção e, como efeito, do controle

¹⁰ O taylorismo foi a organização científica do trabalho dentro da empresa visando dobrar a produtividade média do operário. Representa a racionalização do processo de trabalho, mediante um conjunto de técnicas e de organizações para aumentar ao máximo o rendimento das empresas isoladamente ou em grupo. A organização racional do trabalho articulou-se com a produção em série, denominada fordista.

do processo e do resultado da produção. Nesse movimento, ressaltam Marx e Engels, a nacionalidade e a atmosfera natal do operário foram resumidas a atmosfera da fábrica, ao trabalho, ao escravo livre, a venda de si próprio. Seu governo, por sua vez, não podia ser outro do que o governo do capital para o capital (S/D, p. 39).

Com a produção em série, denominada fordista e com o cronômetro taylorista o capital encontra técnicas para aumentar a sua rentabilidade e prever o comportamento do trabalho no novo padrão de acumulação. Assim, a adaptação do trabalhador ao modo capitalista de produção deve pouco aos esforços dos manipuladores práticos e ideológicos.

Com as palavras de Braverman

Muito da história econômica e política do mundo capitalista, durante o último século e meio, ocupa-se desse processo de ajustamento, dos conflitos e derrotas que o acompanharam (...). Um só exemplo, o da primeira linha de montagem numa esteira móvel completa, bastará como ilustração de que a retirada violenta dos trabalhadores de suas condições anteriores e seu ajustamento às formas de trabalho projetado pelo capital é um processo básico no qual os principais papéis são desempenhados não pela manipulação ou bajulação, mas por condições e forças socioeconômicas (1997, p. 129).

Nesse sentido, esclarece Antunes

Uma linha rígida de produção articulava os diferentes trabalhos, tecendo vínculos entre as ações individuais das quais a esteira fazia as interligações, dando o ritmo e o tempo necessários para a realização das tarefas. Esse processo produtivo caracterizou-se, portanto, pela mescla da produção em série fordista com o cronômetro taylorista, além da vigência de uma separação rígida entre a elaboração e execução. Para o capital, tratava-se de apropriar-se do *savoir-faire* do trabalho, “suprimindo” a dimensão intelectual do trabalho operário, que era transferida para as esferas da gerência científica. A atividade do trabalho reduzia-se a uma ação mecânica e repetitiva (2002a, p. 37).

Contudo, o padrão de acumulação em curso não é capaz de conter as contradições das relações sociais capitalistas. Nos anos 30, época de estagnação, depressão e desemprego, uma onda de revolta contra o trabalho fabril culmina na sindicalização em

massa da classe operária desvelando as contradições e os antagonismos de classe que estão na base do modo de produção. O compromisso keynesiano emerge dessas contradições. Segundo esse compromisso, o trabalhador abriria mão da sua luta histórica contra a dominação capitalista em troca de algumas concessões de direitos sociais asseguradas pelo Estado. Assim, a luta da classe trabalhadora, através de suas organizações de extração social-democrata, é reduzida à ação pela melhoria das condições salariais, de trabalho e de seguridade social, requerendo do Estado as condições que garantissem e preservassem essas conquistas.

Com bem analisa Braverman

No seio das nações capitalistas, miséria e insegurança tornaram-se aspectos mais ou menos permanentes da vida social, e aumentaram para além da capacidade das filantropias privadas de controlá-las. Uma vez que essas e outras fontes de descontentamento são concentradas nas grandes cidades e, a persistirem sem melhoria, ameaçam a própria existência da estrutura social, o governo intervém para manter a vida e aliviar a insegurança (1987, p. 244).

Dito de outra forma, na circunstância histórica de predominância do processo de trabalho taylorista-fordista e da revolta do operário-massa ganham impulso estratégias de integração do trabalhador ao processo de reprodução do capital. Ao lado do padrão produtivo baseado no trabalho parcelar, fragmentado e na decomposição de tarefas, emerge a recomposição keynesiano do capitalismo opondo-se em alguns aspetos ao liberalismo clássico¹¹. Para Keynes, economista inglês, a economia de mercado não seria capaz de solucionar por si só problemas relacionados as crises econômicas, do crescimento e de emprego, nesse sentido defende que o Estado deve assumir o papel de regulador da vida

¹¹ O keynesianismo é uma das grandes escolas do pensamento econômico contemporâneo da burguesia, amplamente utilizado nos EUA como saída para as crises de 1919-1930. Serviu ainda de base para a política da maioria dos governos após a 2ª. Guerra Mundial e estendendo-se até o final dos anos 70. Esse período histórico ficou conhecido como os “trinta gloriosos”. Dentre os governos precursores estão os EUA, com o “New Deal”, do Governo Roosevelt.

econômica e social, aumentando suas despesas, mediando os conflitos sociais e garantindo o estímulo do crédito como fatores de crescimento econômico.

Em decorrência, ressalta Antunes (2002a,) converte-se o movimento operário numa espécie de gestor da engrenagem do poder capitalista. Sob a base ilusória de que o sistema de metabolismo social do capital, inaugurado com o Welfare State (Estado do bem-estar social), pudesse ser efetiva, duradouro e definitivamente controlado e regulado, são estabelecidos os mecanismos de compromissos entre capital e trabalho, atribuindo ao poder político estatal um sentido arbitral acima e independentemente daquelas forças historicamente antagônicas.

Foi desse modo que, durante o período fordista, os organismos sindicais e políticos tentaram canalizar a conflitualidade do proletariado, propondo e/ou impondo-lhe objetivos e saídas compatíveis com os termos do dito compromisso, combatendo violentamente toda tentativa de transbordamento desse compromisso (ANTUNES, 2002a, p. 39).

Contudo, concordando com Boron (1999), esgotado esse período, “certamente o mais esplendoroso em toda a história do capitalismo”, os acontecimentos que marcam o início da década de 60 são testemunhos do caráter ideológico do clima triunfalista que se apossou da burguesia ao anunciar o “fim das ideologias”. Quando se pensou que a convivência entre capital e trabalho era relativamente simples e que os velhos conflitos tinham sido definitivamente superados, as “velhas rixas e as conhecidas incompatibilidades saltaram mais uma vez para o primeiro plano”.

É que as possibilidades de harmonizar mercados e democracia assentavam-se sobre dois pressupostos muito caros à matriz do pensamento neoliberal: um era relativo às características da estrutura social do capitalismo; outro, referido à própria eficácia das instituições democráticas para corrigir as tendências mais desorganizadoras ou desequilibradoras dos mercados [...] (BORON, 1999, p. 28-29).

De fato, como o próprio Marx analisou há mais de 150 anos, quando da elaboração do Manifesto Comunista (1848), o capitalismo, o regime burguês de propriedade, "... assemelha-se ao feiticeiro que já não pode controlar as potências internas que pôs em movimento com suas palavras mágicas". O resultado desse movimento é a radicalização de suas crises, tornando-as mais extensas e mais destruidoras.

De que maneira, então, o capitalismo, consegue resolver suas crises? Ainda com as palavras de Marx

De um lado, pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas; de outro lado, pela conquista de novos mercados e pela exploração mãos intensa dos antigos. A que leva isso? Ao preparo de crises mais extensas e mais destruidoras e à diminuição dos meios de evitá-las (1998, p. 36-37).

Marx justifica sua afirmativa: "O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio".

Há dezenas de anos, a história da indústria e do comércio não é senão a história da revolta das forças produtivas modernas contra as modernas relações de produção e de propriedade que condicionam a existência da burguesia e seu domínio. Basta mencionar as crises comerciais que, repetindo-se periodicamente, ameaçam cada vez mais a existência da sociedade burguesa. Cada crise destrói regularmente não só uma grande massa de produtos já fabricados, mas também uma grande parte das próprias forças produtivas já desenvolvidas. Uma epidemia, que em qualquer época teria parecido um paradoxo, desaba sobre a sociedade – a epidemia da superprodução. Subitamente, a sociedade vê-se reconduzida a um estado de barbárie momentânea; dir-se-ia que a fome ou uma guerra de extermínio cortaram-lhe todos os meios de subsistência; a indústria e o comércio parecem aniquilados. E por quê? Porque a sociedade possui demasiada civilização, demasiados meios de subsistência, demasiada indústria, demasiado comércio. As forças produtivas de que dispõe não mais favorecem o desenvolvimento das relações de propriedade burguesa; pelo contrário, tornam-se por demais poderosas para essas condições, que passam a entravá-las, e todas as vezes que as forças produtivas sociais se libertam desses entraves, precipitam na desordem a sociedade inteira e ameaçam a existência da propriedade burguesa (1998, p. 36-37).

Os últimos trinta anos, inaugurados entre as décadas de 60-70 com a reestruturação produtiva e neoliberal do capital, retratam a dimensão da crise do sistema capitalista e, como efeito, retratam a dimensão que assume a avareza e a compulsão econômica do sistema produtor de mercadorias. Essa compulsão, na atual circunstância histórica, se liga intimamente a uma crise estrutural sem precedentes na história das sociedades fundadas na propriedade privada dos meios de produção. Depois de quase meio século de ilusão criada do poder indestrutível das relações sociais capitalistas, os acontecimentos das três últimas décadas desvelam o que Marx previra: a diminuição cada vez maior da possibilidade do capital de solucionar suas próprias crises.

Na contextualidade a crise das relações capitalistas de produção, assume proporções de agonia. Como analisa Mészáros não “se trata de uma crise cíclica, mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas de uma crise estrutural, profunda, do próprio sistema do capital” (2002, p. 7). Decorre da incapacidade das principais potências capitalistas mundiais de conter o rendimento decrescente de capital, provocado pela acelerada expansão da produção e pela retração do mercado consumidor e, como efeito um processo também acelerado de valorização parasitária do capital especulativo, cuja raiz remonta pelo menos há um século.

Em decorrência dessa crise, inicia-se um amplo movimento mundial visando recompor o capital e seu sistema político-ideológico de dominação. Contudo, na nossa avaliação, essa reorganização, não representa uma nova fase de prosperidade do modo de produção capitalista, no interior da qual os países periféricos e os trabalhadores de uma maneira geral poderiam de alguma forma participar. Ao contrário, o que assistimos é o seqüestro direto da mais-valia produzida pelos países capitalistas economicamente dominados, intensificado na década de 70 através do ajuste estrutural. Suas regras e efeitos são bastante conhecidos: desnacionalização das economias, valorização parasitária do

capital especulativo, ampliação do desemprego e do subemprego, desregulamentação dos direitos trabalhistas, privatização e redução dos custos orçamentários direcionados a saúde, a educação e a habitação. Fenômenos esses que se associam as atividades mafiosas controlando governos inteiros, o fortalecimento do mercado cativo (drogas e armamentos) e o acirramento dos conflitos mortais, destruindo as forças produtivas e a principal delas: a força humana que trabalha sem a qual o capital não pode gerar capital produtivo.

O quadro de desagregação mundial é confirmado pelas próprias instituições que compõem a chamada “Comunidade Internacional”. Passado 13 (treze) anos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que convocou o mundo à construção de um grande pacto de cooperação mundial¹² para acelerar o desenvolvimento das nações, o Relatório da ONU de 2003 registra este ano como um dos mais violentos acompanhados de maior tensão internacional, de medo do terrorismo e do agravamento das condições de vida dos povos.

Os primeiros anos do novo século são marcados por um estado de guerra permanente traduzido na decomposição de todas as formas institucionais e de todas as garantias que até então o Estado regulava para manter “equilibrada” as tensões relações entre as classes sociais e entre as nações¹³.

Sob a base da desagregação das nações, entramos em um período de instabilidade generalizada, onde as políticas implementadas pelo capitalismo em escala

¹² O referido Pacto integra as deliberações da Agenda 21. Suas bases sintetizadas em 14 páginas da Seção I, do Capítulo 2, foram aprovadas por unanimidade pelos 178 governos dos países signatários, dentre os quais o Brasil.

¹³ o período pós 11 de setembro é um fenômeno exemplar de um quadro evolutivo global que o capitalismo, em crise crônica, engendra. As guerras “anti-terrorismo” empreendidas no Afeganistão, depois do Iraque integra os objetivos do capitalismo, sob o comando estadunidense, de desagregar as nações e dominar o mundo sobre as ruínas da civilização humana. O Secretário Geral da Casa Branca, Andrew Cord, nos ajuda a entender que o capitalismo não caminha para um avanço radical da globalização produtiva, pois como afirma Cord “Washington não exclui o recurso às armas nucleares” (APL, 26 de janeiro de 2003). Esse é um dos elementos que no campo político-ideológico diferencia a política keynesiana da política armamentista em curso. O keynesianismo, mesmo através de meios artificiais, buscava uma relação com o setor produtivo. Visava reanimá-lo. A política armamentista ao contrário busca impulsionar de forma artificial a economia capitalista utilizando-se de forças destrutivas, cuja fatura é paga com a destruição das conquistas sociais e democráticas e com a destruição das bases mesma da civilização.

mundial – originárias de sua própria crise – acrescentam e aprofundam a sua contradição histórica e, em decorrência, a instabilidade e a decomposição das nações, não poupando nem mesmo os países concentrados nos chamados centros oligopólicos mundiais¹⁴.

Conformando esse quadro, em 1996, a ONU anunciava que nos 15 anos seguintes, em cerca de 100 países onde vive um terço dos 5,6 bilhões de habitantes do mundo, as condições de vida dos povos iriam se agravar (PNUD, 1996). Cinco anos depois, o Relatório do Banco Mundial “Desenvolvimento Mundial 2000-2001 – Luta Contra a Pobreza”, anunciava que 2,3 bilhões de pessoas – quase a metade da população mundial – vivem com uma renda inferior a dois dólares por dia, e 1,2 bilhão com menos de um dólar por dia. A África e a Ásia, diz o mesmo relatório, figuram entre os mais pobres. A América Latina, no que diz respeito à pobreza relativa (que leva em conta o “abismo” entre ricos e pobres), ficou numa situação pior do que a África e a Ásia. De acordo com os indicadores mundiais de 1998, o continente latino-americano entrava no *ranking* mundial com 52,4% da população vivendo com menos da terça parte do consumo nacional médio, enquanto o continente africano registrava 50,5% e o Sul da Ásia, 32,1 (BIRD, 2001a).

Compondo essa paisagem econômico-social, o mundo chega ao segundo ano do novo milênio com mais de 28 milhões de pessoas extremamente pobres, cuja maior concentração está nas áreas rurais (PNUD, 2003). Validando esses números, o Banco Mundial, no documento intitulado “O Banco Mundial no Brasil – uma parceria de resultados” registra que, no Brasil, cerca de 43% dos pobres estão nas zonas rurais. Segundo o documento, o “problema é especialmente grave na Região Nordeste, que detém a maior concentração de pobreza rural da América Latina”. Aproximadamente metade (ou

¹⁴ Chesnais define o oligopólio como um espaço de rivalidade, delimitado pelas relações de dependência mútua de mercado entre um pequeno número de grandes grupos industriais (de tecnologia genérica comum) que detêm o controle do mercado mundial. “O oligopólio é um lugar de concorrência encarniçada, mas também de colaboração entre grupos” que dominando o mercado mundial, servem também de barreira à entrada de outros grupos no mercado. (1996, p. 92-93).

49%) da população rural do nordeste é carente" (BIRD, Departamento do Brasil, 2000, p. 14).

No centro dinâmico da economia de mercado a realidade não é menos ameaçadora para a economia baseada na propriedade privada dos meios de produção. Em 29 de março de 2004, a Revista do grande capital *Business Week* admite que a economia mundial esteja longe de um "ciclo econômico normal". Admite ainda que a rápida expansão econômica dos EUA dos últimos anos não tem atingindo o resultado esperado. Na sua análise o déficit crônico não pára de crescer e a manutenção do fluxo de sua economia liga-se a política de pilhagem do mundo, assim mesmo mantendo-se em precárias condições. O fenômeno econômico expansionista, diz a revista, estaria escondendo o fato de que "baseia-se em uma substancial política de estímulo e de empréstimos maciços vindos do mundo inteiro". Partindo desses dados, acrescenta: "Nem um nem outro desses elementos pode se manter no nível atual".

Diz ainda a mesma revista que, nos primeiros 36 meses do Governo Bush, "as perspectivas orçamentárias para dez anos se deterioraram em cerca de 10 trilhões de dólares, o que é uma virada sem precedentes". Enfatiza que o custo da expansão econômica é assegurado através de enormes somas de dinheiro injetadas artificialmente pelo Estado, procedentes, inclusive, da destruição maciça dos serviços públicos em todas as áreas (escolas, hospitais, pequenos regimes de proteção social, dentre outras).

Com as palavras da Revista

É, portanto ao custo de uma deterioração sem precedentes da situação dos mais pobres – os operários, os jovens, os desempregados, - ao custo de uma queda continua daquilo que constitui o valor socialmente reconhecido da força de trabalho em todos os aspectos da educação, da saúde, dos transportes etc. (...). Chegando a esse estágio, se estivéssemos em um ciclo econômico normal, poderíamos contar com o desencadeamento de um ciclo virtuoso fundado no crescimento da produção, do emprego e dos rendimentos, e com os efeitos multiplicadores disso sobre o consumo dos lares. Tal processo permitiria

fazer com que a expansão se sustentasse por si própria, sem que se juntassem esses estimulantes políticos de decisões do Estado.

Mas o ciclo no qual estamos não é um ciclo normal. A se crer no Instituto de Política Econômica, é primeira vez desde 1939 que, cerca de três anos depois do início de uma recessão, o número de empregos não retornou o nível de antes da recessão. Os rendimentos semanais reais, no ano passado, caíram entre os trabalhadores cujos salários estão entre os 50% mais baixos. E, se se leva em conta o conjunto dos rendimentos do trabalho, com exceção dos abonos, eles ficaram globalmente estagnados nos três últimos anos.

Em uma situação de retomada normal, os rendimentos reais do trabalho deveriam ter obtido um crescimento aproximado de 2,6%. Ao contrário, eles caíram 3%. Em consequência desse crescimento mais que anêmico do emprego e dos salários, faltam aos rendimentos dos consumidores norte-americanos entre 350 bilhões e 400 bilhões de dólares, em comparação com o que ocorreu em ciclos passados (2004, p. 02-03).

Depois do 11 de setembro os EUA intensificam a política de militarização da economia que, por sua vez, é financiada com o desvio de recursos destinados ao seu sistema de seguridade social e direcionados a pilhagem das nações. Quadro que, sob nenhuma hipótese, pode ser apreciado como uma retomada dos patamares anteriores de acumulação.

Concordando com as palavras de Size

A guerra para tomar mercados não passa de guerra para destruir capital "adversário" na esperança de reconstruir o destruído e continuar a própria acumulação. Destruir capital é nada mais nada menos que destruir riqueza acumulada. E riqueza acumulada é trabalho, que só pode ser realizado pela força de trabalho que o homem tem. Assim, depois da constituição do mercado mundial, a busca permanente pelo lucro virou uma quase ininterrupta carnificina e uma permanente destruição das riquezas que o homem produzira (1997, p. 14).

O capital mundial, sob o comando estadunidense, sabe que o seu ajuste estrutural é fonte de conflito, pois encarna um violento ataque as conquistas sociais e democráticas dos trabalhadores em todo o mundo, inclusive nos países que concentram os oligopólios mundiais, como admite mesmo a revista *Business Week*. Nesse sentido, o eixo

da política econômica armamentista não pode ser compreendido como estratégia de defesa territorial, como as agências de publicidade mundial tentam nos fazer acreditar. Os altos recursos e o arsenal técnico-científico destinado a economia de guerra integra as estratégias de desenvolvimento da capacidade militar de intervir fora do território para manter a "ordem econômica mundial" e seus sistemas ideológico de dominação, mais do que nunca ameaçados.

É assim que, sob o pretexto de combate ao terrorismo, o Oriente Médio é mergulhado em carnificinas que nem mesmo a imprensa mundial consegue mascarar. Não sendo suficiente o capital, através de seus respectivos tribunais de comércio, volta-se para a América Latina e, especialmente para o continente sul-americano, cujo exemplo mais visível, porque mundialmente divulgado pelos meios de comunicação, são as constantes ameaças contra a soberania nacional da Venezuela e as privatizações, desemprego e os ajustes fiscais no Brasil.

É nessa circunstância histórico-social que o mundo é mais uma vez tomado por um arsenal teórico-ideológico que, camuflando os empreendimentos desagregadores do capital, tenta justificar o brutal ataque às conquistas seculares das classes trabalhadoras, como resultados espontâneos e naturais de uma ordem econômica misteriosa em que a existência de ganhadores e perdedores é devida a fatores "supra-históricos". Contudo, no documento "O Mundo do Trabalho numa Economia sem Fronteiras", o Banco Mundial, uma das principais agências de assessoria no Brasil, desvela o caráter terreno desses fenômenos: "Os governos, os partidos e os sindicatos devem se adaptar a um mundo que sofre mudanças, do contrário o mercado não terá piedade e esmagará a todos que não se adaptarem" (BIRD, 2001b, p. 100). O trabalhador, por sua vez, diante de ataques contra os seus direitos sociais, vê-se também compelido a reduzir sua luta pela preservação de seus

direitos elementares, dentre os quais o direito ao trabalho. É nesse cenário que emerge o sindicalismo participativo ou propositivo, em substituição ao sindicalismo classista.

Na análise de Antunes, o eixo fundamental e participar de tudo

desde que não se questione o mercado, a legitimidade do lucro, o que e para quem se produz, a lógica da produtividade, a sacra propriedade privada, enfim, os elementos básicos do complexo movente do capital (...). A luta pelo controle social da produção, presente com intensidade nos anos 60/70, na Europa, e em tantos outros momentos de luta dos trabalhadores, parece cada vez mais distante. O moderno é o mercado, a produtividade, a integração, a negociação, o acordo, a concertação (2002a. p. 150).

Dentre as virtudes do mercado estaria a capacidade de diminuir as tensões sociais e políticas. O mercado representaria a harmonia social, o consenso e a liberdade, enquanto o Estado estaria a representar a imposição e o conflito.

Na retórica neoliberal o primeiro obstáculo a ser superado para resolver o problema básico da coordenação das atividades produtivas seria a superação ou pelo menos a redução da forte presença reguladora do Estado, uma instância política cujos princípios seriam antagônicos e irreconciliáveis com os princípios do mercado. Em seu lugar coloca a necessidade de reforçar uma concepção de ordem social de característica extrapolítica pautada na cooperação voluntária de indivíduos animados pelas expectativas de obter benefícios recíprocos.

Dessa agenda comum, os problemas relacionados à miséria do mundo, aos conflitos mortais (guerra), ao subemprego e, sobretudo, ao desemprego que atinge um terço da força humana que trabalha no mundo, se deslocam da natureza das relações sociais capitalistas para situar-se nos estados nacionais regulamentados, nos modelos de desenvolvimento econômico e, pasmem, nos conflitos sociais que, de efeito do ajuste estrutural e neoliberal, se tornam nas atuais retóricas ideológicas, o obstáculo que deve ser extirpado para garantir o equilíbrio entre e no interior das nações, entre capital e trabalho,

que, de antagônicos entre si, assumem, na "revolução paradigmática das idéias", papéis complementares, tendo como único árbitro o capital e seus "tribunais de comércio".

Boron analisando a ofensiva ideológica lançada pelo capital internacional e as frações burguesas associadas ao seu predomínio, faz o seguinte resumo sobre o conteúdo das críticas neoliberais ou friedmaniana ¹⁵ ao Estado.

O uso de procedimentos políticos tende a deteriorar a coesão social e a impor uma opinião não necessariamente majoritária sobre as demais. O mercado – âmbito extrapolítico por excelência – eximirá a sociedade da conflituosidade inerente à adoção de uma decisão em um contexto marcado por uma pluralidade de condições e preferências (éticas, religiosas, culturais, econômicas, políticas etc.). Na medida em que aquele se consolida como o foro em que os indivíduos decidem sobre seus assuntos, menor será a possibilidade de que o governo intervenha impondo opções excludentes e parciais. Só o mercado garante unanimidade; em consequência, uma sociedade onde a maior parte de seus assuntos coletivos e seus *public choice* sejam processados por intermédio das instituições mercantis terá maiores probabilidades de construir um sólido consenso e de desfrutar das liberdades individuais. Se, ao contrário, os assuntos da comunidade se decidem no âmbito intrinsecamente autoritário do Estado, o dissenso e o conflito serão o preço inexorável que a sociedade terá que pagar (1994, p. 56).

Compondo essa ofensiva contra os Estados-Nação regulamentados, o mundo é tomado pelas privatizações e pelo desmantelamento dos serviços públicos ditos não competitivos. No plano político se estabelece a constituição da Comissão de Governança Global. Sua missão é assegurar a aplicabilidade e o acompanhamento efetivo dos compromissos aprovados na Conferência de Estocolmo (1972) e reafirmados na Conferência das Nações Unidas – ECO-92. Os compromissos referem-se, fundamentalmente, a intensificação da cooperação internacional e a racionalização da capacidade intergovernamental de tomada de decisões sobre questões de meio ambiente e desenvolvimento, enquanto é colocada em questão a soberania nacional.

¹⁵ As teorias friedmaniana ou neoliberal foi sistematizada pelo economista Milton Friedman vinculado a corrente monetarista. Em 1976 Friedman foi agraciado com a outorga do Prêmio Nobel de Economia. Seu pensamento expresso nos livros *Capitalismo e Liberdade* e *Liberdade de Escolher* aparece, na leitura de Boron (1994) como um novo manifesto do liberalismo econômico, refletindo a ofensiva ideológica do capital que passou para a história contemporânea com o nome de neoliberalismo.

Em termos práticos, diz a Agenda 21, das “nações unidas”:

Os Estados Membros, através de seus órgãos pertinentes, estão em condições de garantir que essas tarefas sejam realizadas adequadamente. Para facilitar a avaliação dos organismos e promover o conhecimento de suas atividades, deve-se exigir de todos os órgãos do sistema das Nações Unidas que elaborem e publiquem periodicamente relatórios de suas atividades relacionadas com a implementação da Agenda 21. Também será necessário fazer exames conscienciosos e contínuos de suas políticas, programas, orçamentos e atividades [...]. Na implementação da Agenda 21 é importante a participação ininterrupta, ativa e eficaz das organizações não-governamentais, da comunidade científica e do setor privado, assim como dos grupos e comunidades locais (1995, p. 450, grifo nosso).

Se tomarmos como referência os 40 artigos da Agenda 21 a missão fundamental da Comissão para a Governança Global é gerir os negócios públicos e privados acima e de forma independente dos Estados Nacionais, mediante a constituição de uma autoridade mundial de “alto nível”¹⁶ que deverá contar com o “apoio” das mais diferentes instâncias locais tais como a “criação de um Conselho do Planeta da Terra de caráter não-governamental e a proposta de designar um tutor das gerações futuras, juntamente com outras iniciativas dos governos locais e setores empresariais” (1995, p. 460). Iniciativas que não podem dispensar a “colaboração” dos governos, dos partidos, dos trabalhadores e de suas organizações.

Para a Agenda 21 Brasileira, o viés *participacionista* e de colaboração deve ser resultado de um amplo acordo “interclasses”. O pacto deve estar em sintonia com as grandes transformações econômicas, sociais e tecnológicas que ocorrem no mundo. Deve pautar-se, antes de tudo, num “processo social em que os atores pactuam gradativa e

¹⁶ A Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável de “alto nível”, estabelecida no Capítulo 28, da Agenda 21 está estruturalmente ligada a Carta das Nações Unidas, particularmente as medidas recomendadas pela Assembléia Geral nas Resoluções nº 45/264, de 13 de maio de 1991, e 46/235, de 13 de abril de 1992, e outras resoluções pertinentes da Assembléia. É necessário atentar para o fato de que uma “Recomendação”, no direito internacional, refere-se a um texto, desprovido, em princípio, de força obrigatória para os países-partes, que fornece apenas as diretrizes a serem seguidas e as medidas a serem tomadas. No caso da Agenda 21, contudo, o seu caráter impositivo e de interferência nos assuntos nacionais perpassam o conjunto do texto sendo comum encontramos expressões como “todos os países devem cumprir os compromissos assumidos”, essa parceria compromete todos os Estados”..., “deve-se exigir de todos os órgãos do sistema das Nações Unidas...”.

sucessivamente novos consensos em torno de uma agenda possível, rumo ao futuro que se deseja sustentável” (2004, p. 9).

Na mesma linha de análise, as resoluções do Fórum Estadual Provisório pela Construção da Agenda 21, em Minas Gerais enfatizam que, a “agenda do possível” pressupõe a constituição de espaços abertos a “novas representatividades”, ou seja, espaços pluralistas, diversificados e apartidários, capazes de agrupar pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado, representantes de Ong’s e Oscips, bem como movimentos sociais, comunidades, sindicatos, entidades de classe e educacionais, redes, empresários, governantes e parlamentares (2004, p. 19).

No Ceará a “agenda do possível” ganha expressão no início da década de 90, com o Pacto de Cooperação, tendo a frente governo e empresários. Na formulação de Rebouças (1994), o Pacto do Ceará adota como ênfase a quebra de “preconceitos” nas relações capital-trabalho, empresários-sociedade. Quer dizer, governo e empresários, ao proporem um pacto de cooperação em prol da modernização e do desenvolvimento sustentável, sugerem conscientizar “as partes da necessidade do diálogo entre empresários, trabalhadores, governantes e formadores de opinião para enfrentar os desafios comuns e tentar democraticamente eliminar as diferenças” (1994, p. 13).

Noutros termos, no lugar da luta autônoma dos trabalhadores e da unidade de suas organizações em escala mundial emerge o paradigmático poder da participação pactuada e o localismo. No plano mundial surgem às redes de organizações de pobres, em oposição às organizações populares independentes, que, historicamente, se ergueram contra a exploração e a opressão capitalista que, com suas especificidades, se materializam nas mais diferentes regiões do globo.

Em síntese, numa circunstância histórica marcada por uma crise sem precedentes do sistema produtor de mercadorias e, como efeito, por ataques brutais contra

os direitos sociais e democráticos das classes trabalhadoras emergem os Pactos de Cooperação, também denominada poder partilhado. No plano nacional, os fatos políticos de maior importância são o esvaziamento político das organizações sindicais e a descentralização da esfera pública estatal ao mesmo tempo em que proliferam as Agendas 21 Locais. Essas concentradas exatamente no Nordeste e Sudeste do país (Ver Gráfico 1), regiões que melhor espelham as contradições do desenvolvimento econômico e social nacional e, obviamente, o distinto tratamento do Estado na promoção do desenvolvimento regional aos diferentes ramos da economia e do social.

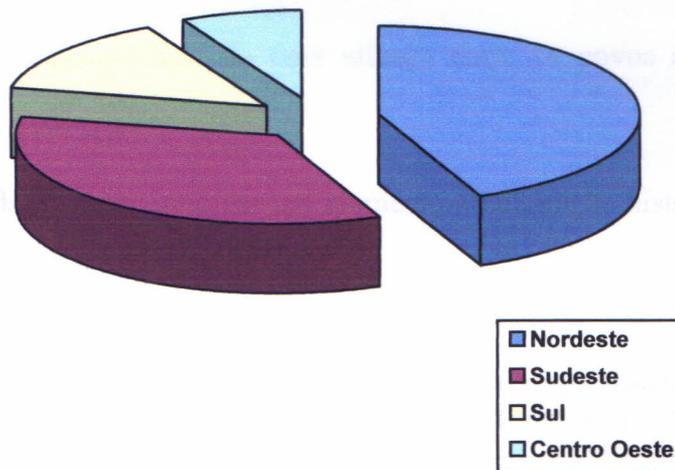
1.1 Desenvolvimento Sustentável: a busca do consenso para a “Governança” Global do Capital

Da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano, realizada em 1972, em Estocolmo, à Eco-92, no Rio de Janeiro, inúmeros fóruns ocorreram com o objetivo de se discutirem os rumos que devem tomar os modelos de desenvolvimento no mundo, frente ao aprofundamento dos contrastes econômico-sociais e da degradação do ambiente natural e humano. Porém, foi na década de 90, por ocasião da ECO-92, que se delineou com maior precisão a direção que deveriam tomar as políticas de desenvolvimento em escala global.

A sustentabilidade econômica, política, social e ambiental, conceito que emerge no espaço de 30 anos, entre as duas grandes Conferências impulsionadas pela ONU, parte da crítica aos modelos de desenvolvimento dos países industrializados e adotados pelos “países em desenvolvimento”, os quais estariam dissociando a eficiência econômica dos métodos de proteção ambiental e justiça social. O “novo paradigma” é proclamado como alternativa aos modelos tradicionais de desenvolvimento. Afirma a sustentabilidade como instrumento integrador dos esforços da “comunidade internacional” para compatibilizar o

sistema de comércio mundial – estabilizando e dinamizando sua economia – “às necessidades que a humanidade tem se desfrutar de um ambiente natural seguro e estável”. Isso pressupõe, diz a Agenda 21, novas estruturas e relações de cooperação entre as nações, a parceria entre o público e o privado, inclusive com as empresas transnacionais e os organismos multilaterais e, especialmente, a superação dos confrontos e a promoção de um “clima de cooperação e solidariedade genuínos” (1995, p. 131).

GRÁFICO 1 – PERCENTUAIS DE AGENDAS 21 LOCAIS EM ANDAMENTO, POR REGIÃO. BRASIL, POSIÇÃO 2003.



Fonte de Dados: Agenda 21 Local, 2003

No plano nacional, a tradução desses princípios pressupõe, a constituição de “novas institucionalidades” capazes de promover e construir parcerias, redes e todas as formas de cooperação no âmbito das quais se processam conflitos e consensos em torno de uma proposta de desenvolvimento que tenha sustentabilidade”. O território, nessa

perspectiva, deixa de ter uma base física ganhando uma dimensão social, econômica, ambiental e, fundamentalmente política. (AGENDA 21 LOCAL, 2003, p. 63-64).

A “arte de associar”, idéia-força propulsora do paradigma do desenvolvimento humano sustentável, parte da crença de que, a despeito das características excludentes da “globalização”, o novo século se inicia como uma “corrente revolucionária de caráter participativa”, assentada não mais nos conflitos de classes, mas no “diálogo construtivo” que estaria articulando-se e sendo articulado por uma “outra globalização”, um outro projeto de desenvolvimento, de Estado e de Sociedade.

Apoiando-se nesse “espírito de cooperação” a ONU e os 178 governos dos países signatários da Agenda 21 justificam a Agenda Comum como estratégia crucial para alertar ao “mundo para a dimensão global dos perigos que ameaçam a vida do planeta e, por conseguinte para a necessidade de uma aliança entre os povos em prol de uma sociedade sustentável” (1995, p. 7).

A humanidade se encontra em um momento de definição histórica, diz a ONU por intermédio da Agenda 21 “Global”.

Defrontando-nos com a perpetuação das disparidades existentes entre as nações e no interior delas, o agravamento da pobreza, da fome, das doenças e do analfabetismo, e com a deteriorização contínua dos ecossistemas de que depende nosso bem-estar. Não obstante, caso se integre as preocupações relativas ao meio ambiente e desenvolvimento e a elas se dedique mais atenção, será possível satisfazer às necessidades básicas, elevar o nível de vida de todos, obter ecossistemas melhor protegidos e gerenciados e construir um futuro mais próspero e seguro. “São metas que nação alguma pode atingir sozinha; juntos, porém, podemos – em uma associação mundial em prol do desenvolvimento sustentável” (1995, p. 11, grifo nosso).

Na mesma perspectiva reforça a Agenda 21 Brasileira:

O desafio é, portanto, mudar a natureza e a direção do modelo de desenvolvimento dominante no mundo, aproveitando de outra maneira potencialidades humanas, sociais e científicas; é defender uma globalização solidária, baseada em valores comuns e em objetivos partilhados de integração e de expansão, incorporando os países em

desenvolvimento e os marginalizados que, de outra forma, estariam excluídos de antemão, da partilha das conquistas do todo da comunidade internacional (2004, p. 11).

O tom ambientalista e de consenso político-econômico da Agenda “cai por terra” quando analisamos, pelo menos, os seus primeiros capítulos. Neles encontramos o real significado da Associação/cooperação internacional para acelerar o desenvolvimento sustentável dos países ditos em desenvolvimento.

Quanto às iniciativas mundiais, a ênfase para a construção da “associação mundial em prol do desenvolvimento sustentável” recai na estabilização e dinamização da economia de mercado, mediante o fortalecimento e democratização do sistema de comércio mundial e de seus organismos de representação. Para a Agenda 21 “Global” (2004), um sistema de comércio multilateral aberto, eqüitativo, seguro, não-discriminatório, previsível e sob a base da vantagem comparativa, permitiria a distribuição ótima da produção, trazendo benefícios a todos os parceiros comerciais, inclusive aos países ditos em desenvolvimento. Essa tese também é incorporada na Agenda 21 Brasileira. Segundo o documento nacional, é essencial fortalecer e democratizar os fóruns globais multilaterais leia-se Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional – FMI, Organização Mundial do Comércio – OMC¹⁷, dentre outros. Estes, uma vez fortalecidos e democratizados, assumiriam à tarefa de defender uma nova ordem social “ética, solidária, pacífica e justa”. Ou seja, uma ordem mundial, capaz de reduzir

os profundos desequilíbrios e desigualdades entre as nações e que seja capaz de pautar-se por valores humanos de diversidade cultural e étnica

¹⁷ A OMC foi criada em 1994, após as assinaturas da Rodada de Uruguai do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), em 1986-1993, em Marrakesh; dos Acordos do Tratado de Livre Comércio da América do Norte – NAFTA e da ratificação do Tratado de Maastricht. Seus dispositivos disciplinadores do comércio mundial foram completados em 1995 na Cúpula Social integrando a Organização Internacional do Trabalho – OIT. O FMI, junto com o Banco Mundial, é uma das instituições multilaterais criada pelos Acordos de Bretton Woods, em 1944. Atualmente ocupa uma posição privilegiada, enquanto instrumento de chantagem aos países ditos em desenvolvimento para implantar o ajuste estrutural, como condição para “ajudá-los” financeiramente.

e de cooperação inspirada no respeito aos direitos humanos, tendo em vista o aperfeiçoamento democrático (2004, p. 17).

Essa perspectiva é também recomendada pela Consultoria de Relações Internacionais da Câmara dos Deputados, no Brasil, no documento Governança Global e Cultura da Paz.

Democratizar o capital do FMI é outro passo rumo à Governança Global. Importa que todas essas instituições deixem de ser clubes fechados, reservados a uma elite que estudou nas mesmas instituições acadêmicas e compartilha dos mesmos ideais, para serem locais de debate, abertos a outros importantes segmentos da sociedade que pretendem representar (2000, p. 12).

Do ponto de vista estratégico, isto significa “convencer privilegiados a abdicar de seus privilégios” pela “coação moral”, já que tais instituições detêm o poderio econômico e militar, lembra a Consultoria da Câmara (2000, p. 12), ou ainda nas palavras de Ladislav Dowbor “humanizar as classes dirigentes”.

De acordo com Dowbor, a distância que estaria a nos separar da teoria clássica dos monopólios e do liberalismo econômico¹⁸, estaria também nos remetendo a tarefa de “humanização do desenvolvimento econômico e social e a gradual civilização das classes dirigentes”. Emerge desse entendimento o Poder Local Partilhado ou Desenvolvimento (político, econômico, social, ambiente e cultural) Local Sustentável, que passaria por “envolver” a participação popular, enquanto mecanismo alternativo de regulação nacional das principais atividades econômicas e sociais, “além de construir um lastro indispensável para o equilíbrio do conjunto das atividades macro-econômicas” (1994, p. 25).

¹⁸ O liberalismo econômico surge no século XIX, inspirado nos trabalhos dos economistas clássicos Adam Smith, David Ricardo e Thomas Robert Malthus, reativado mais tarde pelas teorias neoclássicas ou marginalistas e, mais recentemente ganha “nova roupagem” com as chamadas teorias neoliberais. O liberalismo advoga a lei do livre mercado, posta como única capaz de regular o processo econômico. A intervenção estatal deve ter como única e exclusiva função proteger o funcionamento do mercado, perspectiva que coloca em questão o Estado Benfeitor (fase keynesiana). Já a teoria clássica dos monopólios tem origem na concorrência entre capitalistas, porém em seu sentido amplo, representa uma situação de domínio de mercados sem que, no entanto, represente a supressão da concorrência.

Ressalte-se que, na base dessa milagrosa humanização do capital, de democratização do poder mundial e da efetividade das políticas de desenvolvimento, está a condição de centrar nos parâmetros econômicos mundiais. Quer dizer, está a condição de que os governos nacionais implementem alguns compromissos liberalizantes assumidos “consensualmente” nos fóruns mundiais e nos “tribunais de comércio”, dentre os quais se destacam: 1) a consolidação das comissões tripartites (governos, patrões, trabalhadores); 2) a colaboração intersetorial (participação da chamada sociedade civil ¹⁹, na implementação das políticas sociais); 3) a inserção dos grupos transnacionais e organismos multilaterais na definição das políticas econômico-sociais, especialmente nos países ditos em desenvolvimento; e 4) a racionalização da participação do Estado na economia, acompanhando-se da intensificação dos processos de liberalização do comércio (fim das barreiras comerciais nacionais).

As estratégias nacionais para operacionalizar tais compromissos confessam a permanência dos princípios liberais e os eixos do “novo” liberalismo econômico, consensualmente assumidos pelos governos signatários da Agenda, incluindo o governo brasileiro, dentre outras organizações sociais sindicais, empresariais, estudantis etc ²⁰.

T

pro

¹⁹ Segundo o Banco Mundial, o conceito de Sociedade Civil, largamente utilizado no Brasil, por exemplo, está associado ao vasto setor não-governamental formado por associações comunitárias, movimentos sociais, associações profissionais, igrejas, entidades beneficentes, fundações, Organizações Não-Governamentais – ONG’s e fundações de empresas, dentre outras (BIRD, Departamento do Brasil, 2000).

²⁰ Dentre as organizações da chamada sociedade civil que integram a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Brasileira, criado por decreto presidencial em 03/02/2004, estão, além dos órgãos governamentais: Entidade Representativa da Juventude (UNE), Organização dos Direitos Humanos (Organização Não-Governamental Terra de Direitos), Comunidade Indígenas (COIAB), Comunidade Tradicionais (Associação Comunitária São Jorge Miguel, Restinga Seca), Organização de direitos do consumidor (Associação Cidade Verde/RO), Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – CEBDS, Fórum de Reforma Urbana (COHRE Américas), Entidades Empresariais (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, Confederação Nacional da Indústria – CNI), Organizações da Comunidade Científica (Academia Brasileira de Ciências, Fundação Getúlio Vargas), Fórum Brasileiro de ONG’s e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Viate Civilis (Projeto Saúde e Alegria, Instituto Terra Azul), Centrais Sindicais (Central Única dos Trabalhadores – CUT, Confederação Geral dos Trabalhadores – CGT, Central Força Sindical).

1.1.1 O Pacto político e econômico nacional pela “Boa Governança”

Segundo a Agenda 21 a implementação do desenvolvimento sustentável envolve ajustes e oportunidades ao nível nacional e empresarial e os trabalhadores estariam entre os principais interessados. Em primeiro lugar, ressalta o documento, é preciso integrar/envolver e comprometer os trabalhadores e suas organizações com as políticas de desenvolvimento.

Os sindicatos, enquanto representantes dos trabalhadores, são atores vitais para facilitar a obtenção de um desenvolvimento sustentável, tendo em vista sua experiência em responder às mudanças industriais, a altíssima prioridade que dão à proteção do ambiente de trabalho e ao meio ambiente conexo e sua promoção do desenvolvimento econômico e socialmente responsável.

A rede de colaboração existente entre os sindicatos e seu grande número de filiados oferece canais importantes de suporte para os conceitos e práticas do desenvolvimento sustentável. Os princípios estabelecidos de negociação tripartite proporcionam uma base para fortalecer a cooperação entre os trabalhadores e seus representantes, Governos e patrões na implementação do desenvolvimento sustentável (AGENDA 21, 1995, p. 383, grifo nosso).

No Capítulo 20, da Agenda, intitulado “Fortalecimento do Papel dos Trabalhadores e de seus Sindicatos”, fica absolutamente claro quais os objetivos das propostas dos acordos “tripartites”. Os governos devem integrar os trabalhadores e seus sindicatos na formulação das políticas nacionais e internacionais, inclusive, na definição de “políticas de emprego, estratégias industriais, programas de ajuste de mão-de-obra e transferência de tecnologia” (1995, p. 382). Dito de outra forma, os governos devem criar mecanismos para integrar os trabalhadores nos fóruns tripartites, a fim de que possam, de forma “consensuada”, pensar estratégias que permitam o capital, num contexto de crise estrutural, gerar mais capital, definindo “*participativamente*”, por exemplo, os critérios

demissionários nas fábricas que, no presente contexto, está na base dos programas empresariais de ajuste estrutural.

Por detrás da tese “*participacionista*” está o entendimento de que o envolvimento dos trabalhadores cria uma série de condições fundamentais para o êxito e para a efetividade das políticas estruturais, ditas de desenvolvimento. A participação, diz Reuben, representante do Banco Mundial, cria transparência, sentimento de “pertencimento”, efetividade e compromisso cívico, geradores de consenso e de governabilidade ²¹.

Não seria demais salientar que essa participação tem limites bem definidos. Segundo o Banco Mundial, estudos comparativos realizados em conjunto com o FMI, concluíram que foi, exatamente, nos países com menor índice de participação na execução das políticas de combate à pobreza, por exemplo, que se identificou melhor desempenho econômico. Ressalta, porém, com base nos mesmos estudos, que “[...] se a participação não é a base para o bom desempenho econômico é fundamental para a política” (REUBEN, 2000, p. 129-130). Assim, esclarece o Banco Mundial, ao reportar-se às experiências brasileiras de colaboração intersetorial entre Governo – Sociedade Civil – Banco.

Em termos de papéis institucionais, enquanto as organizações da sociedade civil trazem a legitimidade e a representação da sociedade civil para a mesa de negociações, o Governo e o Banco contribuem com o peso e os recursos do setor oficial. Diversas experiências já demonstraram que os dois aspectos – legitimidade social e suporte institucional – são ingredientes fundamentais para o sucesso de iniciativas de desenvolvimento (BIRD, 2003, p. 89).

²¹ Palestra proferida por Williams Reuben, representante do Banco Mundial no III Fórum CONTAG de Cooperação Técnica (2000, Porto Alegre). O tema geral do evento reportava-se a Gestão Participativa para o Desenvolvimento Sustentável, e foi promovido pelas seguintes entidades: a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO, o Banco Mundial e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Ver sobre o assunto Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura/CONTAG. III Fórum CONTAG de Cooperação Técnica – Gestão Participativa para o Desenvolvimento Sustentável. Porto Alegre/RS, 2000.

De largada, vê-se que, nas estratégias de desenvolvimento, a chamada sociedade civil – no interior da qual estariam os trabalhadores e suas organizações de classe – entra no processo com a única função de legitimar as políticas liberalizantes de “desenvolvimento econômico” formuladas pelo governo, pelos empresários e pelos organismos multilaterais. Simultaneamente recomenda-se aos governos nacionais a integração do comércio e da indústria, inclusive das empresas transnacionais, na elaboração, execução e avaliação das políticas de desenvolvimento nacionais, postas como forças impulsionadoras, mais importantes, das inovações requeridas e nos tipos de inovação.

A Agenda 21 diz sobre o assunto o seguinte:

O comércio e a indústria, inclusive as empresas transnacionais, desempenham um papel crucial no desenvolvimento econômico e social de um país. Um regime de políticas estáveis possibilita e estimula o comércio e a indústria a funcionar de forma responsável e eficiente e a implementar políticas de longo prazo. A prosperidade constante, objetivo fundamental do processo de desenvolvimento é principalmente o resultado das atividades do comércio e da indústria. As empresas comerciais, grandes e pequenas, formais e informais, proporcionam oportunidades importantes de intercâmbio, emprego e subsistência. As oportunidades comerciais disponíveis para a mulher estão contribuindo para o desenvolvimento profissional dela, fortalecendo seu papel econômico e transformando os sistemas sociais. O comércio e a indústria, inclusive as empresas transnacionais e suas organizações representativas devem participar plenamente da implementação e avaliação das atividades relacionadas com a Agenda 21 (1995, p. 387, grifo nosso).

A participação do comércio e da indústria, inclusive das empresas transnacionais, no entanto, requer, por parte dos governos, mudanças importantes no quadro das relações econômicas externas. Ainda de acordo com a Agenda, os países desenvolvidos precisam interromper ou retroceder o protecionismo, permitindo aos países ditos em desenvolvimento expandir o seu mercado. Em contrapartida, enfatiza que, os países ditos em desenvolvimento “devem seguir com as reformas de suas políticas comerciais e o ajuste estrutural (1995, p. 17). Os governos dos países ditos em desenvolvimento devem “[...] desenvolver políticas internas que maximizem os benefícios

da liberalização do comércio”. Ou seja, o governo deve estimular o setor privado e fomentar a atividade empresarial, eliminando os obstáculos à criação de empresas e à entrada no mercado. O objetivo essencial seria “simplificar ou eliminar as restrições, regulamentações e formalidade que tornam mais complicado, oneroso e lento criar empresas e colocá-las em funcionamento em vários países em desenvolvimento” (AGENDA 21, 1995, p. 25).

Nada mais claro. A ênfase é a liberalização do mercado e seus mecanismos são aqueles recomendados pelos “Tribunais” de Comércio Mundial, inaugurados com a Rodada de Uruguai do GATT. Esses são pressupostos que a ONU e os governos nacionais, signatários da agenda comum, não parecem dispostos a romper.

Diz a ONU, através da Agenda 21

Nestes últimos anos intensificam-se os processos de integração econômica; é previsível que eles venham a conferir dinamismo ao comércio mundial e intensificar as possibilidades de progresso e comércio dos países em desenvolvimento. Nos últimos anos muitos outros países em desenvolvimento adotaram reformas políticas corajosas que envolviam uma ambiciosa liberalização unilateral de seu comércio, ao passo que os países da Europa central e do leste realizaram reformas de amplo alcance e profundos processos de reestruturação, que hão de abrir caminho para sua integração à economia mundial e ao sistema comercial internacional. Atenção crescente vem sendo dedicada ao fortalecimento do papel das empresas e à promoção de mercados competitivos por meio da adoção de políticas competitivas (...).

As interações entre as políticas ambientais e as questões comerciais são inúmeras e ainda não foram totalmente avaliadas. Caso se consiga concluir rapidamente a Rodada de Uruguai de negociações comerciais e multilaterais com resultados equilibrados abrangentes e positivos, será possível liberalizar e expandir ainda mais o comércio mundial, reforçar o comércio e as possibilidades de desenvolvimento dos países em desenvolvimento e oferecer mais segurança e previsibilidade ao sistema comercial internacional (1995, p. 15-16).

A efetivação dos princípios consagrados nos “novos” modelos de desenvolvimento, direcionados aos países ditos em desenvolvimento, está condicionada à *definição de políticas nacionais que possibilitem mais segurança e previsibilidade aos*

sistemas de comércio mundial. Isso significa, dentre outras coisas, privatizar setores estratégicos da economia nacional até então controlados pelo Estado, como defende a segunda versão da Agenda 21 Brasileira:

Na resta dúvida de que a Reforma do Estado tem se constituído em um vigoroso evento portador de mudanças no Brasil. Em função dos processos de privatizações iniciados na última década, das concessões de serviços públicos autorizados a partir dos três últimos anos, das desregulamentações adotadas particularmente nas relações de comércio internacional e da integração da união alfandegária do Mercosul, a economia brasileira passou a dispor de melhores condições institucionais e oportunidades econômicas para configurar um ciclo de expansão, neste início de século XXI. A economia brasileira tornou-se, pois, mais aberta, menos regulamentada, mais privatizada e, portanto, mais propensa ao crescimento sustentado (2004, p. 25, grifo nosso).

A realização, no âmbito nacional, da Associação Mundial Pactuada para acelerar a sustentabilidade do desenvolvimento não consegue superar a dependência dos dispositivos requeridos pelo mercado mundial. A “outra globalização” se constrói sob a base da desregulamentação, da privatização, da liquidação dos serviços públicos, ditos não competitivos e da destruição das conquistas sociais e democráticas dos trabalhadores, sobretudo de suas organizações classistas. Esses dispositivos não podem dispensar a “energia social pacifista”, o fortalecimento das ações cívicas, enfim as revoluções pacíficas que, segundo o Banco Mundial, estariam formando a paisagem da Europa Oriental e as transições democráticas em vários países do hemisfério sul e da África do Sul (BIRD, 2003).

Essas redefinições conceituais e diagnósticos alheias à realidade social objetiva nos remetem, inevitavelmente, à busca da compreensão de como se constrói as relações sociais capitalistas no campo da ideologia. Concordando com Leher (1999), faz necessário entendermos a noção de tempo e de espaço que fundamenta os discursos das agências mundiais, sempre sedentas para “inaugurar novas eras”, sem passado, sem lutas de classe,

sem conflitos, nem que para isso seja preciso mascarar os fundamentos materiais das diversas ideologias, sua natureza social, seu papel histórico objetivo.

Indagamos: num contexto de “quase unanimidade” em torno da emergência de uma nova era, mais participativa, mais solidária e tolerante, ocorreu em algum momento aos construtores intelectuais dessas teses e de seus signatários, questionar a conexão entre essas idéias e a realidade objetiva?

Indagando de outra maneira: Os organismos multilaterais podem contribuir para a busca de soluções duráveis para os problemas da humanidade, quando a sua existência é geradora de conflitos? As medidas adotadas por eles, em defesa da propriedade privada dos meios de produção, de que os mercados comuns são exemplos importantes, têm gerado algo além de desordens, de desemprego e de conflitos mortais? A Rodada de Uruguai, tendo como pilares econômicos o FMI e o Banco Mundial, e pilares políticos e militares, a OTAN e o Conselho de Segurança da ONU (e que resultou na criação da OMC) visam promover algo além de fechar os dispositivos mundiais do capital para enquadrar todos os continentes ao ajuste estrutural e neoliberal do capital? Os grupos transnacionais têm feito algo além de destruir as economias nacionais/locais e degradar ainda mais o ambiente humano e natural?

Para nós a resposta a essas questões exigiria o necessário reexame da realidade destituindo-se de qualquer explicação “meta-social”, supra-histórica” que dá ao capitalismo o poder de renovar-se por si próprio sem conexões com os processos históricos. Exigiria examiná-la despindo-se das mistificações ideológicas que não conseguem explicar os motivos que colocam em movimento a economia política com toda a sua avareza e as guerras que organizam entre os avaros. Que omitem sobre os reais motivos que levam a fruição e o trabalho, a produção e o consumo serem distribuídos de forma desigual e entre indivíduos diferentes. No quadro da mundialização do capital,

diríamos, omitem-se os elementos constitutivos que levam um terço da força humana que trabalha ao desemprego e outro tanto ao subemprego. Enfim, que mascaram o movimento mundial que leva à “desmontagem de regiões inteiras que estão, pouco a pouco, sendo eliminadas do cenário industrial e produtivo, derrotadas pela desigual concorrência mundial”(ANTUNES, 2002a, p. 33).

Nas bases sobre as quais se ergue a paradigmática revolução pactuada para acelerar o desenvolvimento das economias está um mundo tomado por um estado de tensões e guerra permanentes, que, como noticiam diariamente os meios de comunicação, o 11 de setembro, foi, sem dúvida, apenas o começo. Daí que, para atenuar as contradições e conflitos que essa realidade promove, o capital, em crise crônica, depende, hoje, mais do que nunca da tolerância e colaboração dos trabalhadores do mundo aos ataques ao patrimônio civilizatório da humanidade, incluindo as conquistas democráticas das revoluções burguesas.

1.1.2 Desregulamentar os Estados-Nação para liberar o mercado mundial: A Agenda Comum para a sustentabilidade

A liberalização do comércio, como eixo econômico do desenvolvimento sustentável, já evidencia há pelo menos uma década, seus efeitos perversos sobre a maioria da força humana que trabalha. Acompanhando os instrumentos de controle do pagamento da dívida externa que estrangula a maioria dos países ditos em desenvolvimento, a Rodada de Uruguai e os acordos dela decorrentes, intensificam as medidas disciplinadoras, unilaterais e predatórias do liberalismo comercial nesta era de mundialização do capital.

O texto final da Rodada de Uruguai (1994) já define os limites desses Acordos. No Artigo III; Alínea 5, do Ato Final da Rodada é estabelecido:

Com o objetivo de alcançar uma maior coerência na formulação de políticas econômicas em escala mundial, a OMC cooperará no que couber, com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e com os órgãos afiliados” (ACORDO CONSTITUTIVO DA OMC, 1994).

Para dar coerência às linhas programáticas das políticas ditadas pela OMC, faz-se necessária a presença fortalecida do FMI e de suas instituições afiliadas. Não seria demais reforçar que o FMI, junto com o Banco Mundial, é uma das instituições multilaterais criadas pelos Acordos de Bretton Woods em 1944, como instrumento de chantagem aos países ditos em desenvolvimento para implantar o ajuste estrutural: condição para “ajudá-los” financeiramente. Isso é o que explica a onda de privatização, a reforma previdenciária, o fim das barreiras comerciais na América Latina e, particularmente no Brasil, assim como as desregulamentações dos direitos trabalhistas. Depois de mandar pelos ares a legislação trabalhista, as convenções salariais nacionais e os serviços públicos essenciais, o que as instituições multilaterais promovem, com o aval dos governos nacionais, é a marginalização de regiões inteiras do intercâmbio do comércio mundial, que ficam concentradas em um número cada vez mais reduzido de grandes conglomerados econômicos (oligopólios), formando barreiras à entrada de outros países ou setores econômicos.

A revolução paradigmática associada à liberalização do comércio, apontada como estratégicas para acelerar o desenvolvimento dos países ditos em desenvolvimento, na verdade, representa o acirramento da competição intercapitalista e o agravamento da vida dos povos.

É nesse cenário que são construídas as “vantagens comparativas” oferecidas pelos governos nacionais ao comércio e a indústria, inclusive aos grupos transnacionais, bem como a exigência pactuada para a progressiva transferência da capacidade arbitral do Estado para a esfera privada, eufemisticamente chamada de Esfera Pública Não-Estatal.

Ressalte-se que, num mundo de economias sem fronteiras, o capital transnacionalizado exige, mas não promete nada em troca. Numa circunstância histórica de crise nas bases mesmas do modo de produção capitalista não há, por parte do capital, qualquer possibilidade de compromissos com os imperativos dos Estados Nacionais, nem mesmo os de origem. Isso significa, pois, que o capital, em seu movimento de mundialização, está mandando pelos ares qualquer proposta expansionista dos mercados nacionais, sobretudo os periféricos, e tomando todo o cuidado para que isso não aconteça. E quando o comércio liberalizado adota de alguma forma elementos de integração – característica da época das fronteiras nacionais parcialmente protegidas e mercados nacionais regulados – o faz mantendo o controle da organização do processo produtivo e do trabalho, sem qualquer compromisso com novos “milagres” econômicos dos países periféricos ou fora da tríade (CHESNAIS, 1996). As empresas transnacionalizadas que se instalam nos países ditos em desenvolvimento, atraídas pelos diversos incentivos voarão tão logo lhes convenha, ficando a sua permanência na dependência única das vantagens comparativas obtidas quando da sua “deslocalização”.

É que, segundo as palavras de Teixeira, o capital, no seu impulso

desmesurado para alcançar a condição de imperecibilidade leva-o a romper as fronteiras nacionais para assumir diferentes nacionalidades e, assim se afirmar como uma força transnacional. Afinal de contas, sua língua é universal é fazer de dinheiro mais dinheiro, não importa em que lugar ou setor da economia (1999, p. 10).

De certo, como já dizia Marx e Engels, em meados do século XIX, “o dinheiro é a pátria do industrial”. A nacionalidade do capitalista é qualquer lugar da terra desde que preserve seu sórdido interesse mercantil (SD, p. 40). No contexto de mundialização do capital, trata-se, na melhor das hipóteses, de preservar os interesses oligopólicos, nos quais as economias periféricas (capitalistas) não estão incluídas.

A liberalização do comércio exterior, sob os auspícios da OMC, do FMI, do Banco Mundial, inclusive da ONU, não leva a novos “milagres” do tipo coreano nem a “terra prometida” pelo liberalismo econômico. Concordando com Chesnais, o que o liberalismo econômico promove é “a perda para a esmagadora maioria dos países capitalistas de sua capacidade de conduzir um desenvolvimento parcialmente autocentrado e independente [...]”. Decorre desse processo, “o desaparecimento de certa especificidade dos mercados nacionais e a destruição para muitos Estados, da possibilidade de levar adiante políticas próprias...”.

Ainda com suas palavras

Depois de ter destruído o campesinato e boa parte de artesões urbanos, desertificando regiões inteiras, apelado para o exército de reserva dos trabalhadores imigrantes, criado concentrações urbanas desumanas e inadmissíveis, ele condena milhões de assalariados e jovens ao desemprego estrutural, isto é, à marginalização, passando facilmente para a decadência social (...).

Em seu lugar, o sistema, pela primeira vez em toda a sua história, confiou completamente aos mercados o destino da moeda e das finanças (...). Os governos e as elites que dirigem os principais países capitalistas adiantados deixaram que o capital-dinheiro se tornasse uma força hoje quase incontrolável, que se ergue em total impunidade (...). Por fim, os Estados viram sua capacidade de intervenção reduzida a bem pouco, pela crise fiscal, e os fundamentos de suas instituições solapadas a ponto de torná-los quase incapazes de impor qualquer coisa ao capital privado (CHESNAIS, 1996, p. 34, 300-301, grifo nosso).

O ponto crucial, também de acordo com a análise de Boron, é que as débeis economias dos países dependentes tornaram hoje muito mais dependentes do que antes, oprimidos, por um lado, por uma dívida externa que não pára de crescer e, por outro, por uma “comunidade financeira internacional que na prática os despoja de sua soberania, ao ditar as políticas econômicas docilmente implantadas pelos governos da região” (1999, p. 45). Além disso, destaca o mesmo autor, os “cidadãos” dessas democracias ultrajadas são transformados, cada vez mais, em simples meios, a serviço dos negócios das empresas,

enquanto se “santaniza” o Estado e “sacralizam-se” os mercados. Desse movimento, as empresas transnacionais²² e as gigantescas firmas que dominam os mercados transformam-se em protagonistas privilegiados de nossas fragilizadas democracias.

Acrescente-se a isso ao fato de que, os grupos transnacionalizados, uma vez detendo o predomínio, sem limites, dos mercados mundiais, requerem, além da certificação por parte dos governos nacionais, de que encontrarão as vantagens necessárias para garantir a rentabilidade de suas operações, a redução da capacidade arbitral do estado. A ênfase recai na reformulação do Estado, mediante a progressiva transferência de setores econômico-sociais importantes ao setor privado, também chamado de esfera pública-não-estatal.

1.1.2.1 O “Outro” Estado: a esfera pública não-estatal e a “nova agenda” de recomposição dos princípios do “novo” liberalismo econômico

No documento “Confronto e Colaboração”, o Banco Mundial analisa e defende a estratégia mudanças nas relações governo-sociedade e concomitantemente a reestruturação do Estado, com a progressiva transferência de suas ações finalísticas para o que chama de esfera pública não-estatal. Diz o Banco que, embora possa “parecer contraditório”, tanto as organizações da sociedade civil como o Banco Mundial defendem a reestruturação dos Estados Nacionais e a publicização da esfera pública.

O Banco porque (...) existem evidências cada vez mais fortes que uma sociedade civil ativa é não apenas um pré-requisito para a democracia, mas também um fator que contribui para o desenvolvimento (...).

²² Na definição de Boron (1999) as empresas transnacionalizadas são os “Novos Leviatãs”, referindo-se a proposta hobbesiana que, na atual circunstância histórica, estaria sendo invertida da sua concepção original. Antes fundada na supremacia que o Estado exercia sobre as classes e associações constitutivas da sociedade civil, com a mundialização do capital, sua capacidade arbitral estaria sendo reduzida em favor do oligopólios.

Muitas organizações da sociedade civil, por sua vez, apóiam a reestruturação do Estado para tornar o governo mais efetivo e responsável, reduzir a corrupção e introduzir políticas mãos voltadas para os interesses das populações de baixa renda. Além disso, muitos na sociedade civil identificam uma função cada vez mais importante para a arena pública não-estatal, ou o que alguns identificam como de “setor público não-estatal”.

Proponentes tão diversos como D. Ruth Cardoso e Herbert (Betinho) de Sousa falaram e escreveram sobre a noção do setor público não-estatal, em que o governo e a sociedade civil junta, esforços para promover políticas e empreender programas voltados para os interesses da sociedade como um todo. As noções básicas deste conceito são *accountability*, transparência e democracia participativa (BIRD, 2000, p. 55).

A condução das ações de interesse público não mais pela via do Estado é reforçada pela Agenda Comum, assim explicitado pela Agenda 21 Brasileira. No documento a Agenda nacional enfatiza que o vazio político gerado pela longa crise do Estado em países onde o setor público foi o grande propulsor do desenvolvimento, só poderá ser preenchido com a divisão de responsabilidade com a "sociedade civil". Esse fenômeno mundial, reforça a Agenda “representa o esforço de delegar poder (*empowerment*) aos atores sociais relevantes da nova sociedade, uma força concreta de acumulação de capital social diante das novas exigências da sociedade e da política do século XXI” (2004, p. 87).

O "Outro Estado" passa pela racionalização da participação do Poder Público Estatal na economia, mas também na redefinição de responsabilidades estatais na implementação das políticas sociais. No lugar do Estado Nacional regulamentado – marco no qual a classe trabalhadora se constituiu como classe – emerge a ofensiva corporativista, sob o rótulo da democracia participativa, palavra-mágica capaz de resolver todos os dilemas que o Estado autoritário, centralizador, burocrático, obsoleto e corrupto não teria conseguido resolver, dentro os quais o dilema histórico do conflito capital e trabalho.

Nas duas formulações, defende-se, como fato inexorável, o princípio pelo qual a aceleração do desenvolvimento dos países ditos em desenvolvimento só será possível com a redução do intervencionismo estatal. O Estado Mínimo, o menos governo, no

entanto, não significa dizer que os Estados Nacionais estejam sendo dispensados. Na lógica societal do capital em crise, o Estado continua a assumir uma posição estratégica.

Concordando com a análise de Bezerra

O que se coloca em xeque é a permanência do Estado Nacional tal como se constituiu num contexto de séculos de luta de classes, no seu movimento contraditório, como forma de organização estatal necessária da burguesia emergente, mas também como quadro jurídico no qual se inscreveram os elementos da ordem democrática e um conjunto significativo de direitos das classes trabalhadoras (2004, p. 149).

Como bem explicita Albuquerque, no contexto de redefinição do Estado, cabe a administração pública intervir decisivamente no planejamento do desenvolvimento econômico, embora os conteúdos, os instrumentos, os atores e os enfoques sejam diferentes. No momento atual, diz o autor,

Tal intervenção deve ser estratégica, participativa e essencialmente encaminhada para criar os necessários espaços de negociação entre os diferentes atores sociais em prol de uma meta comum, que é conseguir o desenvolvimento econômico territorialmente equilibrado e ambientalmente sustentável (ALBUQUERQUE, 1998, p. 81).

Os necessários espaços de negociação aos quais se refere Albuquerque pressupõem que o Estado mantenha-se a serviço do capital, ajudando-o na construção de mercados de serviços empresariais e prevenindo-os dos "possíveis obstáculos que tais empresas possam enfrentar e que lhes seria difícil vencer isoladamente". Em síntese, cabe ao Estado a construção de um ambiente territorial requerido pela iniciativa privada. O território, nesse contexto, também sofre redefinições. Ainda segundo o autor, o território, estaria deixando de ser apenas um espaço geográfico, para tornar-se um "ator de desenvolvimento", integrando tanto os gestores públicos locais e regionais (representação do Estado), como os "atores" privados empresariais, os trabalhadores e suas organizações.

Nesse processo, o Estado deixa de ser o executor, para tornar-se o agente animador das negociações de novas institucionalidades, mais adequadas aos espaços de intervenção público-privado e às práticas consensuadas (1998, p. 12-81).

Porém, como ressalta Reuben, essas “novas institucionalidades”, construídas na gestão compartilhada, devem ser compreendidas como relações de compromisso, de “mão-dupla”, envolvendo obrigações e direitos, que envolvem uma grande “variedade de atores”. Ao propor novas relações contratuais, um novo “compromisso cívico”, fundado no consenso, o banco reconhece que, sendo realizados entre “atores”, que estabelecem entre si relações geralmente contraditórias, para que produzam resultados, é preciso que se estabeleça uma série de condições. O destino de um projeto e de seus resultados para os seus “beneficiários” podem se relacionar com as instituições do Estado, com o mercado e com outras instituições, como os partidos políticos e a organizações não-governamentais.

Isso quer dizer que as condições e o ambiente em torno do exercício da cidadania são, em última instância, os fatores que definem, a longo prazo, os limites e as possibilidades da participação e da eficácia das ações de desenvolvimento empreendidas (REUBEN, 2000, p. 112).

Dentre as profundas repercussões que essas orientações provocam destacamos a restrição da ação sindical sob a ótica classista e o estrangulamento de sua independência, bem como a radicalização da privatização dos espaços públicos. Perspectiva reforçada pelas organizações multilaterais, mas também por setores até então identificados com a luta dos trabalhadores no Brasil. É assim que Tasso Genro defende a reconstrução pública do Estado, fundada numa “outra economia política” de características, segundo o mesmo autor, diferente da economia política clássica.

Reportando-se às experiências de privatização do Estado, em cursos nos países europeus e latino-americanos, Genro defende que a privatização da esfera pública estatal teria como contrapartida um processo de auto-organização da “sociedade civil”, para

desenvolver política de resistência e para substituir as “políticas públicas”. Ressalta, no entanto, que essa auto-organização, tanto pode aparecer na criminalização das relações das periferias das cidades como nos núcleos de poder alternativo ao Estado. É aí que, no seu entendimento, deve-se intervir numa visão de reconstrução pública de estado e de um projeto econômico alternativo.

Ou seja, diz Genro

Conceber que existe um movimento concreto em andamento, que é determinado por essa privatização do Estado e por essa auto-organização e, a partir dessa relação, procurar dar racionalidade e conteúdo determinado para esses movimentos. Para que esses movimentos se voltem sobre o Estado, contra o Estado ou com o Estado, para reconstruir uma determinada visão de relação Estado-Sociedade, de uma parte, e de produzir políticas consensuais, políticas inclusivas, políticas de integração e de coesão social, políticas, em última instância, que reaproximem o Estado privatizado da resistência pública, e a partir dessa reaproximação se crie um novo conceito de estado e um novo tipo de produção de políticas públicas (2000, p. 52. grifo nosso).

Ainda segundo Genro, esse “núcleo alternativo de poder”, determinado pela “inevitável” privatização do Estado se daria por meio de relações contratuais, para as quais requer a renúncia do Estado de suas responsabilidades na garantia dos direitos sociais, agora transferidos para a esfera pública não-estatal ou esfera privada.

Referindo-se ao modelo continental de compra e venda de determinados serviços centrados, não mais pela via do Estado, Genro esclarece o conteúdo político daquilo que ele chama de reconstrução pública do Estado ou de publicização²³ dos espaços públicos.

Essa compra se dá por meio de relações contratuais, de relações conveniadas, de pacto políticos, ou de um conjunto de relações inovadoras, que vão, por assim dizer, não privatizando o Estado, mas permitindo que o estado público, que a sociedade civil, e esse espaço

²³ O conceito “publicização” opõe-se ao conceito de público estatal ou ainda da distinção entre público e privado. Publicizar estaria a pressupor a manutenção do caráter público das instituições ou dos espaços territoriais, porém não mais sob a gerência estatal, agora transferidas para a gerência privada.

privado da sociedade civil, vá-se “publicizando”. E isso faz parte de uma renúncia que o Estado vem fazendo, na produção de determinadas políticas públicas e, de outra parte, de um processo de auto-organização da sociedade, que se dá por meio de centenas de organizações não-governamentais, todas elas com os mais diferentes tipos de caráter, aspectos, objetivos, posições políticas, mas que refletem uma tendência de auto-organização e de auto-resistência. E que vão produzindo determinadas políticas públicas e estabelecendo relações contratuais, relações conveniadas, relações políticas com o governo, ou com a estrutura estatal como totalidade jurídico-política, para desenvolver determinadas relações e determinadas atividades (2000, p. 47).

Vê-se que na construção do “outro Estado” e de uma “outra sociedade”, os trabalhadores e seus sindicatos são diluídos numa agenda cujos interesses deverão ser fixados através de um “novo contrato social”, cujas bases deverão também contemplar interesses políticos e objetivos extraordinariamente distintos e, como reconhece o Banco Mundial, contraditórios. Nesse movimento, o mercado mundial, com o seu peso extraordinariamente desproporcional sobre as economias nacionais, é transformado em ator político tão ou mais importante, afinal, como enfatiza o mesmo autor, essas novas relações contratuais, sendo apenas um “nicho específico” da economia mundial, não pode prescindir de suas leis gerais.

Ainda com as palavras de Genro

Quero dizer que qualquer política de âmbito municipal, ou regional, que não leve em conta o processo de globalização econômica realizado, é uma política impotente. Ou seja, tomando um exemplo, se o orçamento participativo não se conceber como sendo realizado numa cidade que integra o Mercosul, que é um sujeito político, hoje, das disputas políticas internacionais, que utiliza verbas do Banco Mundial e do BID para os seus projetos, e que tem uma relação com a economia global por meio da quantidade da natureza de sua dívida, nenhum projeto sério vai se desenvolver no âmbito do município (...) porque a contabilidade – no sentido manancial de dados econômico-financeiro e políticos – que vai fundamentar uma decisão de governo e, portanto, uma decisão de Estado, vai ser falsa, se não tiver essa visão (2000, p. 48, grifo nosso).

Em suma, a “nova economia política”, de características locais, que, na análise de Genro, estaria emergindo da ruptura da economia política clássica, não só mantém os laços estreitos com a lógica que historicamente comanda a economia política, como dela se alimenta e se retroalimenta. Conseqüentemente, os governos nacionais e os intelectuais a eles associados, passam a introjetar a idéia de que o mercado e os grandes conglomerados transnacionais que o controlam seriam inofensivos “parceiros” do desenvolvimento.

Dessa estratégia, os problemas relacionados à miséria do mundo, aos conflitos mortais, ao subemprego e, sobretudo, ao desemprego que atinge a um terço da força de trabalho no mundo, se deslocam da natureza das relações sociais capitalistas, para situar-se na política, nos modelos de desenvolvimento econômico. Os conflitos de efeito da política de ajuste estrutural e neoliberal do capital tornam-se, nas atuais retóricas ideológicas, o obstáculo que deve ser extirpado para garantir o equilíbrio entre e no interior das nações, entre capital e trabalho, que, de antagônicos entre si, assumem, na “revolução paradigmática das idéias”, papéis complementares.

Na reanimação desse novo senso comum, procura-se naturalizar e institucionalizar a idéia da irreversibilidade da economia baseada na propriedade privada, dissociando a estrutura social e política da produção, separando o pensamento, os conceitos e as representações sobre o mundo do próprio mundo. O efeito manipulatório desses discursos é dramático. Nos trabalhadores se tenta introjetar a idéia da possibilidade de uma inserção soberana no mundo “globalizado”. No lugar dos Estados-Nação regulamentados, é apresentada, a Comissão da Governança Global, cuja missão seria gerir os negócios públicos e privados acima e de forma independente dos Estados-Nação. No lugar da luta internacional das classes trabalhadoras são colocadas como alternativas as práticas fragmentadas de poder visando “fatiar” ao máximo as formas organizativas e reivindicações dos trabalhadores.

Na nossa compreensão, no entanto, esse movimento, dado o seu caráter contraditório, não se realiza sem tensões, sobretudo quando da transferência para as regiões periféricas ao mercado mundial de grandes conglomerados transnacionais. A contradição entre o avanço das megacorporações e as necessidades ainda tradicionais de regiões inteiras que ainda não conseguiram superar as formas tradicionais de produção e de consumo constitui uma ameaça ao ajuste estrutural e à formatação ideológica de dominação, também chamada de “Boa Governança Global”.

O êxito das práticas “pactuadas”, a fim de acelerar a efetivação das políticas, ditas de desenvolvimento é, pois, a condição “sine qua non” para que esse processo se realize de forma plena e sem grandes conflitos. Ou seja, requer a promoção de consensos que fomentem a construção de “novas institucionalidades” mais adaptadas ao mundo do capital em crise. É daí que emerge o “paradigmático” poder do desenvolvimento sustentável, em bases locais.

1.1.3 Desenvolvimento Local Sustentável no contexto de competição intercapitalista globalizada: fragmentar para melhor governar

As perspectivas teórico-conceituais de desenvolvimento focalizadas na redefinição do papel do Estado e nas práticas comunitárias/partilhadas de poder envolvem inúmeras perspectivas não exatamente consensuais sobre o que venha a ser uma política de desenvolvimento local, principalmente num contexto de desregulamentação dos estados nacionais. Das controvérsias que alimentam o debate nacional e internacional três enfoques, no nosso entendimento, se destacam:

a) a visão segundo a qual os modelos locais de desenvolvimento expressam o reajustamento espacial industrial frente à falência do padrão de acumulação anterior (taylorismo-fordismo). Nesse sentido, as estratégias de desenvolvimento local seriam

alternativas para reverter o desordenamento da produção industrial, alterando, por um lado, as relações capital-trabalho e estimulando, por outro, a mobilização de recursos humanos para além do “chão da fábrica”. Dessa forma se alcançariam a cultura local, as tradições familiares, ao mesmo tempo em que estariam estimulando as competências técnico-profissionais e a criação de relações de parceria e de subcontratação entre empresas do mesmo ramo, que passariam a compartilhar o saber-fazer local.

b) a visão segundo a qual o desenvolvimento que valoriza a comunidade local estaria investindo em tipos de práticas contra-hegemônicas aos modelos de poder político e econômico dominante. Nessa perspectiva, compreende-se que uma política de desenvolvimento que valoriza a comunidade local, como principal ator de um movimento coletivo de desenvolvimento econômico, pode produzir ciclos de crescimento inclusivo, rompendo, portanto, com a centralidade das políticas de desenvolvimento a partir da esfera estatal e das elites econômicas.

c) a visão segundo a qual o desenvolvimento local não estaria completamente subordinado à reorganização econômica mundial, pois comportaria uma dinâmica própria construída pelo sistema de valores locais, dentre os quais estariam incluídos os valores do mercado, das instituições públicas e privadas, culturais, religiosos, educacionais e de outros tantos organismos sociais, que, admitindo a existência de conflitos, propõem colocá-los numa situação de inferioridade frente ao interesse comunitário.²⁴

Aqui não é nosso propósito aprofundar as controvérsias que alimentam esse debate teórico-conceitual. Pretendemos, apenas situar, a partir dos próprios documentos

²⁴ Ver sobre essas classificações em SANTOS, Boaventura de Sousa (org). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002; BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain. O novo debate regional: posições em confronto. In: BENKO, G. Lipietz, A. (Org.). As regiões ganhadoras: distritos e redes – os novos paradigmas da geografia econômica; BACATTINI, Giacomo. O distrito marshalliano: uma nação socioeconômica. In: BENKO, G. Lipietz, A. (Org.). As regiões ganhadoras: distritos e redes – os novos paradigmas da geografia econômica.

governamentais e daqueles formulados pela “comunidade de doadores” (ONU, Banco Mundial, dentre outras), que os princípios que servem de base para as formulações das políticas e estratégias de desenvolvimento local, uma vez associadas à descentralização das ações estatais, às parcerias, às alianças estratégicas e às práticas partilhadas de poder, integram o movimento mundial de desregulamentação dos Estados-Nação e de distenciosamento dos conflitos sociais, provocado pelo ajuste estrutural mundial. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que o capital, sob a égide dos governos e dos organismos multilaterais, aprisiona os estados nacionais, os trabalhadores e suas organizações às suas localidades libera o capital para explorar, a seu bel-prazer, os recursos naturais e humanos nas mais diversas localidades.

Concordando com Harvey, por um lado

...o capital, que significa dinheiro e outros recursos necessários para fazer as coisas, para fazer mais dinheiro e mais coisas – move-se rápido; rápido o bastante para se manter permanentemente um passo a diante de qualquer Estado (territorial, como sempre) que possa tentar conter e redirecionar suas viagens. Neste caso, pelo menos, a redução do tempo de viagem a zero produz uma nova qualidade: uma total aniquilação das restrições territoriais espaciais, ou melhor, a total ‘superação da gravidade’ (apud BAUMAN, 1999, p. 8).

Por outro, analisa Bauman, se as “elites globais” precisam tornar-se plenas e verdadeiramente “globais”, alguns precisam ficar presos às suas ‘localidades’ – “transe que não é nem agradável nem suportável num mundo em que os ‘globais’ dão o tom e fazem as regras do jogo da vida”. Ou seja, ao mesmo tempo em que são acionados dispositivos liberalizantes para escoar o mercado mundial, os Estados-Nação são aprisionados às suas localidades. Nesse movimento, diz ainda Bauman que “as ordens são locais, ao passo que a elite e as leis do livre mercado a que obedece são “translocais”. E acrescenta: se “os guardiões de uma ordem local tornam-se intrometidos e infames demais, há sempre a

possibilidade de apelar às leis globais para mudar os conceitos locais de ordem e as regras locais do jogo” (1999, p. 31-133).

Nessa etapa histórica de mundialização da economia, o capital não pode mais se submeter a qualquer tipo de restrição territorial, até então posta pelos Estados-Nação regulamentados. Desregulamentá-los torna-se, pois, uma questão de “vida e morte” para o sistema marcado pela exploração compulsiva dos recursos naturais e humanos. No nosso entendimento, as práticas locais de desenvolvimento, sob o viés do “*participacionismo*”, integram e se articulam a esse movimento mundial mais amplo.

Partindo dessa perspectiva, o poder local, como estratégia de desenvolvimento dos países periféricos, não representa uma nova sociabilidade impulsionada pelo capital, cuja ênfase seria a ruptura com os modelos de desenvolvimento concentradores, polarizados e hierarquizados, cujo exemplo mais importante foi o trabalho fabril do padrão de acumulação taylorista-fordista. Para nós, o poder local, integra o movimento de intolerância do mercado mundial a qualquer tipo de restrição territorial. Visa distencionar os conflitos sociais que emergem das contradições que o capital engendra no seu aã desregulamentador.

Entendemos ainda que a ruptura com a centralidade das políticas de desenvolvimento na esfera estatal, sem que se rompa com a lógica que comanda o sistema produtor de mercadorias, não permite vislumbrar uma política inclusiva, de características contra-hegemônicas. Sustentamos ainda que as práticas de poder locais/comunitárias, uma vez vinculadas aos valores do mercado, não apresentam indícios objetivos da possibilidade de se constituírem em práticas locais autônomas e transformadoras.

A realidade social objetiva revela que nas bases sobre as quais são erguidos os receituários neoliberais está, de um lado, a transformação dos trabalhadores em defensores da nova organização e gestão do trabalho e, como efeito, a transformação desses espaços

gestionários em instrumentos da sua auto-exploração, sob o rótulo de capital social comunitário, associativismo/cooperativismo e alianças estratégicas. E, de outro, a marginalização de parcela significativa das classes trabalhadoras das atividades produtivas, em função da qual a “comunidade internacional de doadores” recomenda a intervenção das Organizações Não-Governamentais – ONG’s, mediante a constituição de redes globais de organizações de pobres.

A função das “Redes” é estimular e privilegiar mecanismos diretos de contato com as “organizações dos pobres”, representados, sobretudo, pelas ONG’s, organizações que se colocam acima de qualquer poder, mas que contam com importantes fontes de financiamento dos organismos multilaterais ²⁵.

Ressalte-se que o ponto central é a constituição de alianças entre as classes e a fragmentação do movimento dos trabalhadores, enquanto mecanismo de legitimação do ajuste estrutural em curso nos Estados-Nação e, como desdobramento, o distencionamento dos conflitos sociais.

1.1.4 Redes Globais de Organizações de Pobres: a estratégia da “Comunidade de Doadores” para os países ditos em desenvolvimento

O relatório sobre desenvolvimento humano 2000-2001 – luta contra a pobreza, o Banco indica a constituição do Fundo para o Meio Ambiente Mundial e Redes Globais de Organizações de Pobres, enquanto modelo de participação dos países ditos em desenvolvimento. Na sua análise é preciso garantir a participação dos países pobres nos

²⁵ Em estudos realizados na década de 90 pelo Departamento de Avaliação de Operações (OED) do Banco Mundial, estima-se que nos países “em desenvolvimento” haveria cerca de 35.000 ONG’s. Já os dados do PNUD registram 50.000 ONG’s. Os mesmos estudos ressaltam também que mais de 15% do total de financiamentos internacionais no setor sejam canalizadas através de agências de cooperação internacional. O estudo do PNUD identificou 2.500 agências do “hemisfério norte” que doam US\$ 5,5 bilhões em fundos privados e US\$ 2,2 bilhões em fundos governamentais, anualmente, para as 50.000 ONG’s existentes no “hemisfério sul” (BIRD, 2000).

fóruns globais, a fim de que possam representar seus interesses e buscar soluções para o quadro de pobreza e de miséria. Destaca, no entanto, que sendo muitas das decisões tomadas principalmente pelo grupo dos sete maiores países industrializados (G-7), talvez fosse necessária a criação de outros mecanismos que assegurem uma contribuição efetiva dos países pobres a essas decisões.

Assim resume o Banco Mundial

Como as vozes dos países pobres, as vozes das organizações de pobres são essenciais para assegurar que as ações globais se destinem a reduzir a pobreza. Essas organizações, particularmente quando vinculadas em coalizões globais que aumentam a capacidade, podem ter uma grande influência nos debates internacionais (...). Precisamos de soluções inovadoras para aumentar as conexões dos pobres entre si e com as autoridades mundiais. A mudança mais importante é a que deve ocorrer na mente dos agentes globais: ser informados diretamente pelas experiências dos homens e mulheres pobres que serão afetados ou beneficiados pelas ações mundiais. Também crucial é a tecnologia de informação, que pode ajudar a criar redes para canalizar as vozes dos pobres para as autoridades mundiais (BIRD, 2001b, p. 194-195).

Quer dizer, a lógica da “Comunidade de Doadores” é a de marginalização das economias periféricas, que, reduzidas à condição de área de pobreza, ficam na dependência das autoridades mundiais e de suas organizações, tende à frente as ONG’s. De acordo com o *Banco Mundial*, a característica “*menos política e ideológica das ONG’s*” tem possibilitado uma “colaboração mais construtiva e substantiva entre os funcionários do Banco e os Governos Nacionais” (BIRD, 2000, p. 90). Essa caracterização, de cunho essencialmente ideológico do Banco, se soma à investida contra as organizações independentes dos trabalhadores, respaldada por integrantes das organizações não-governamentais. É só assim que podemos entender as palavras de Lima no artigo *Democratização do Poder Local*, publicado na *Revista Gazeta Aberta*, da Escola de Formação Quilombo dos Palmares. Em sua defesa de independência das ONG’s em relação às organizações dos trabalhadores não a estende aos organismos multilaterais.

Um problema é que, num determinado momento, nessa época em que se juntam as crises todas, na década de 80, as ONG's que até então viviam por trás dos movimentos sociais, disseram: Não, agora acabou! Nós vamos ser ator próprio, nada de ficar só ajudando os movimentos, ou ficar lá nas bases para fazer os movimentos funcionarem. A partir de hoje, as ONG's vão ser os próprios atores, vão se apresentar para a sociedade como um sujeito coletivo, como quem sabe o que quer, tendo uma personalidade própria, tematizando os grandes problemas que a sociedade enfrenta, fazendo acontecer...(LIMA, 2003, p. 38, grifo nosso).

A ONU, por sua vez, recomenda aos governos nacionais, sobretudo aos governos dos países ditos em desenvolvimento, o estímulo aos modelos emergentes de democracia multicultural²⁶, e lembra que haveria um amplo acordo entre as investigações acadêmicas recentes de que a “diversidade cultural reduz o risco de conflito, porque torna mais difícil a mobilização do grupo” (PNUD, 2003). A mesma direção adota o Governo Brasileiro, ao consagrar o conceito de desenvolvimento sustentável ampliado e progressivo.

Nos termos expressos na Agenda 21 Brasileira:

A sustentabilidade ampliada preconiza a idéia da sustentabilidade permeando todas as dimensões da vida: a econômica, a social, a territorial, a científica e tecnológica, a política e a cultural; já a sustentabilidade progressiva significa que não se deve aguçar os conflitos a ponto de torná-los inegociáveis, e sim, fragmentá-los em fatias menos complexas, tornando-os administráveis no tempo e no espaço (2004, p. 10, grifo nosso).

Assim, enquanto libera-se o capital mundial das barreiras nacionais, no plano nacional, o poder teria um caráter horizontalizado “sendo tão mais legítimo quanto mais

²⁶ O multiculturalismo tem sua origem nos países dominantes do Norte. Nas conceituações expostas por Silva, o fenômeno multicultural pode ser entendido como um movimento legítimo de reivindicação dos grupos culturais dominados no interior daqueles países para terem suas formas culturais reconhecidas na cultura nacional, mas também “como uma solução para os ‘problemas’ que a presença de grupos raciais e étnicos coloca, no interior daqueles países, para a cultura nacional dominante”. Essa perspectiva, enfatiza o autor, “está na base daquilo que se poderia chamar de ‘um multiculturalismo liberal’ ou ‘humanista’”. (1999, p. 85-86).

diluído for” (CONSTRUINDO A AGENDA 21 LOCAL), 2003, p. 8). Ou seja, fragmentam-se os conflitos para garantir a governabilidade e a “governança global”.

Como parte da agenda de diluição do aparelho estatal, das conquistas dos trabalhadores, de suas organizações e de fragmentação dos conflitos em “fatias menos complexas”, alguns elementos tornam-se, pois, cruciais.

Segundo a Agenda 21 Brasileira (2004), um processo de desenvolvimento endógeno é concebido a partir da capacidade de uma determinada comunidade para a mobilização social e política dos recursos humanos, materiais e institucionais. Esse processo mobilizador, exigiria algumas etapas: a primeira delas seria a mobilização social decorrente de um ambiente de insatisfação ou inconformismo entre os “grupos sociais” quanto ao mau desempenho dos indicadores econômicos, sociais e de qualidade ambiental; a segunda etapa seria a estruturação do inconformismo (reflexões sobre os motivos que teriam levado ao mau desempenho – taxa de crescimento do produto territorial, índice do valor agregado, diversificação da base produtiva, sustentabilidade ambiental quanto ao subaproveitamento das oportunidades de investimentos disponíveis etc; e, ainda uma terceira seria a identificação, de forma sistemática, do conjunto de chances, ameaças e riscos que envolvem a dinâmica e a sustentabilidade de cada sistema produtivo local. Essa reflexão levaria, ainda segundo a Agenda 21, os “principais atores” a um comportamento proativo de maior cooperação e integração dos interesses locais.

O “enquadramento do inconformismo” passaria, então, a ser chamado de “competição cooperativa”, um dispositivo local que teria como objetivo eliminar o sentimento de desconfiança entre interesses conflitantes. Assim, fragmentam-se os conflitos para garantir a governabilidade. Eis os princípios e estratégias basilares do paradigmático poder da gestão do desenvolvimento local partilhado, eufemisticamente chamado de “Arte de Associar”. No contraponto, as reivindicações dos trabalhadores são

reduzidas ao “mínimo social”, hoje, convertido no *leitmotiv* do processo de produção capitalista no âmbito mundial.

1.1.5 Capital Social Comunitário, Associativismo/Cooperativismo e Alianças Estratégicas: “amalgamas para manter coesos Estado, Capital e Trabalho”

Numa abordagem conceitual, o Capital Social Comunitário aqui se refere a um conjunto de normas, instituições e organizações que promovem relações estáveis de confiança, de ajuda recíproca e de cooperação em torno de objetivos comuns e para o benefício mútuo de um grupo ou comunidade. Como pré-condição estaria requerendo a disponibilidade de fatores de produção clássicos tangíveis, como terra, capital e trabalho e o próprio capital social – “amalgama para manter coesas as instituições” (MENDES, 2000; BIRD, 2000, p. 45).

Do ponto de vista operacional, Mendes ressalta que a formação do Capital Social Comunitário requer o estímulo, pelos governantes, do cooperativismo e/ou associativismo e das alianças estratégicas. Iniciativas de âmbito local, que, de forma negociada, acenaria para a construção de uma gestão “empreendedora” e criadora de possibilidades de inserção das pequenas unidades produtivas no intercâmbio capitalista, também chamada de Alianças Estratégicas. Assim, enquanto o capital social comunitário volta-se à realidade interna, as alianças estratégicas representam ações externas das comunidades com o cenário competitivo mundial e com as demais instâncias do social.

Quanto aos benefícios que essas alianças estariam promovendo, assim resume Mendes.

[...] os benefícios de uma aliança estratégica para seus integrantes, entre outros, podem ser: utilizar mecanismos de coordenação para distribuir recursos tangíveis e intangíveis e, em consequência, melhorar o desempenho do setor, agregar valor (tangível e intangível); permitir uma melhor adequação dentro do marco do atual modelo econômico, que

transferiu muitas atribuições do setor público para o privado; sensibilizar e informar aos atores que integram a aliança; aumentar a capacidade de processar informação e conhecimento, coordenar esforços e recursos para conseguir objetivos mútuos; fortalecer as capacidades de seus integrantes para construir outras alianças; e estimular as ações concertadas como mecanismo de resoluções de problemas comuns entre os atores que integram a aliança (2000, p. 267).

Questionamos, por um lado: Há como pensar seriamente o associativismo e/ou o cooperativismo e as alianças econômicas estratégicas como instrumento de desenvolvimento social e econômico local autônomo, uma vez vinculado ao intercâmbio capitalista?

Em primeiro lugar, a visão sistêmica do desenvolvimento, que está na base dessas estratégias, “esquece” que o problema crucial das alianças estratégicas e das parcerias, no quadro da economia de mercado mundializado, é, muitas vezes, o desequilíbrio na correlação de forças entre os parceiros do desenvolvimento, geralmente prevalecendo um sobre o outro. É nesse quadro que são situadas as opções oferecidas pelo mercado mundial à economia nacional, sobretudo às pequenas unidades de produção, que não sejam os grupos transnacionais.

Como bem analisa Chesnais

[...] as estruturas oligopolísticas e as barreiras de entrada deixam pouca escolha as pequenas e médias empresas, a não ser buscar formas de cooperação com as grandes, na esperança de ter acesso a um mercado maior e/ou cobrir algumas distâncias de seu atraso tecnológico (1996, p. 180-181).

Acrescenta Chesnais que mesmo essas formas de cooperação subalternas estariam, na melhor das hipóteses, condicionadas ao poder de negociação das pequenas e médias unidades produtivas. Poder de negociação que estaria vinculado “à sua experiência e ao grau de dominação que exerce em seu próprio mercado e, sobretudo, às dificuldades

de apropriação de sua tecnologia sem seu acordo e participação”. Conforme observa o autor,

[...] na melhor das hipóteses, o caminho passa pela associação e a aliança. Todas as empresas que chegaram a ameaçar grupos mais poderosos, começaram por ser aliadas subalternas destes. Atualmente, é essa possibilidade que está interdita para as companhias da maioria dos países em desenvolvimento (1996, p. 180).

Na análise de Chesnais, a maioria dos países está excluída dos acordos de cooperação tecnológica estabelecidos entre as companhias, inclusive das vias tradicionais de transferência de tecnologia. Acrescenta a essa análise os critérios estabelecidos pelos grupos oligopolistas sobre concorrência e cooperação. Diferentemente da lógica que comandou as *joint-ventures* clássicas, ressalta o autor, “as alianças estratégicas não são necessariamente concedidas para durar”, Funcionam, na realidade, como “um meio para extorquir competências do concorrente e reduzir suas possibilidades de empreender ações autônomas “a fim de torná-lo cada vez mais dependente do prosseguimento de uma parceria, dentro da qual ele esteja sempre cedendo terreno” (1996, p. 73 e 180).

Lembramos, ainda, que são os próprios organismos multilaterais que esclarecem o lugar das economias “afetadas” no quadro da mundialização do capital. Para os organismos multilaterais, dentre eles o Banco Mundial, restam às áreas de pobreza – no interior das quais estão as áreas rurais do Brasil – criar outras alternativas para amenizarem os problemas sociais, já que as grandes decisões comerciais estão concentradas nas principais potências oligopolísticas mundiais.

Consideramos ainda necessário destacar que a propriedade privada e os elementos que a ela se associam, como competição, concorrência e troca, dentre outros, se organizam desde as sociedades antigas, exatamente da negação de qualquer vínculo comunitário, compreendido como um tipo de organização em que a “troca é

essencialmente troca entre os homens e a natureza, uma troca na qual o trabalho dos primeiros é trocado pelos produtos da natureza” (MARX, 1991, p. 101-103). A propriedade privada, ao contrário, sobretudo quando alcança a condição de grandes indústrias, só compreende as relações entre os homens, quando relacionadas ao sistema de troca dos homens entre si e, em decorrência, a fragmentação e o isolamento entre os homens, sob a forma reificada do dinheiro.

[...] Na medida em que, no interior do trabalho, a propriedade privada se defronta com o trabalho, ela se desenvolve partindo da necessidade da acumulação e, inicialmente, ainda apresenta bastante a forma de comunidade; mas, em seu desenvolvimento ulterior, aproxima-se cada vez mais da moderna forma de propriedade privada. Através da divisão do trabalho, já está dada desde o início a divisão das condições de trabalho, das ferramentas e dos materiais, e, com isso, a fragmentação entre capital e trabalho, bem como as diferentes formas de propriedade (MARX, 1991, p. 101-103).

No quadro de crise estrutural do capital e, como efeito, das ações predatórias que realiza contra as economias nacionais, as possibilidades de ações minimamente transformadoras, a partir do cooperativismo e das alianças estratégicas sofrem ainda maiores restrições. Como analisa Santos, a tendência atual é a que os lugares se unam verticalmente. “Créditos internacionais são postos à disposição dos países mais pobres para permitir que as redes se estabeleçam ao serviço do grande capital”. Nesse movimento, diz ainda Santos, “há um conflito entre um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos”, e o espaço global, “habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante e que chegam a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidas para servi-los” (2002, p. 18-19).

Assim, não há como pensar seriamente as cooperativas, como instrumento para a realização de reformas sociais mais amplas, seja porque as cooperativas de produção estão intrinsecamente vinculadas ao intercâmbio capitalista, seja porque as cooperativas de

consumo, uma vez construídas fora desse intercâmbio, restringe-se ao mercado local, movimentando-se unicamente para atender à satisfação das necessidades tradicionais de consumo. Desse modo, como analisou Luxemburgo, a “reforma geral implica a supressão do mercado mundial e o parcelamento da atual economia mundial em pequenos grupos de produção e de troca realizados [...]. Sob a ótica capitalista isto seria algo como propor um retorno à economia mercantil da Idade Média”.

As cooperativas e sobretudo as cooperativas de produção, são instituições de natureza híbrida dentro do capitalismo: constituem uma produção socializada em miniatura que é acompanhada por uma troca capitalista. Mas na economia capitalista a troca domina a produção; por causa da concorrência exige, para que a empresa possa sobreviver, uma impiedosa exploração da força de trabalho, quer dizer, a dominação completa do processo de produção pelos interesses capitalistas. Praticamente, isso traduz-se numa necessidade de intensificação do trabalho, de encurtar ou prolongar a sua duração conforme a conjuntura, de contratar ou dispensar a força de trabalho conforme as necessidades do mercado, numa palavra, praticar todos os métodos, sobejamente conhecidos, que permitam a uma empresa capitalista sustentar a concorrência das outras empresas. Daí uma cooperativa de produção ter a necessidade, contraditória para os operários, de se governar a si própria, com toda a autoridade absoluta necessária e de os seus elementos desempenharem entre si papel de empresários capitalistas. Dessa contradição morre a cooperativa de produção, na acepção em que os interesses dos operários são mais fortes, se dissolve (1990, p. 87-89).

O processo de reorganização da produção no cenário de mundialização da economia de mercado – diferentemente do período histórico marcado pelas leis de circulação simples de mercadorias – se depara, na circunstância histórica atual, com grandes corporações que detém o arsenal técnico-científico necessário para colocar sobre o seu domínio toda a sociedade fundada na propriedade privada dos meios de produção, ou seja, toda a cadeia de valor de que precisa para manter a sua acumulação. Nesse processo, como enfatiza Teixeira, transferem para os trabalhadores a tarefa de produzir “apenas o grosso do produto”. Noutros termos, “a tarefa de fornecer os *inputs* necessários, para

serem transformados em *outputs*” para as grandes unidades produtivas altamente mecanizadas (1995, p. 30-34).

Na contemporaneidade, frente à crise estrutural capitalista, esses mecanismos ganham novas e diversificadas configurações, mas se articulam quanto às estratégias de redução das garantias dos direitos sociais e de fragmentação das lutas dos trabalhadores, seja através de programas, projetos e cooperações técnicas, seja através de programas de financiamento, coordenados pelos organismos multilaterais de crédito, dentre os quais se destaca o Banco Mundial ²⁷. Ressalte-se que o ponto central é o enquadramento do inconformismo mediante a constituição de alianças entre as classes.

O capital, enquanto relação social, tem historicamente procurado formas de eliminar qualquer tipo de resistência dos trabalhadores. É bem verdade que as formas que encontra para retirar dos trabalhadores o seu poder de resistência variam de época e de lugar, porém o sentido é sempre o mesmo: submeter os trabalhadores e suas organizações, quando não comprometê-los, à reprodução do capital.

Contudo, as contradições que hoje impulsionam o reordenamento espacial, institucional e ideológico do capital podem provocar a retomada das lutas sociais, aliás, no período recente, têm se colocado como fonte potencializadora para a retomada das lutas dos trabalhadores em defesa de seus direitos. Lutas possíveis, exatamente pelas características extraordinariamente excludentes, seletivas, discriminadoras e,

²⁷ Segundo o Banco Mundial nas cinco últimas décadas a cooperação do banco para o Brasil, por exemplo, é canalizada por meio de empréstimos, doações e atividades de análise e consultoria sobre políticas de desenvolvimento, envolvendo inclusive discussões com o Governo, consultas às universidades e ao setor privado. Os empréstimos de investimentos de longo prazo (US\$ 6,2 bilhões em 1995-2002) voltaram-se para assistência a projetos de desenvolvimento. Os empréstimos de ajuste (US\$ 4 bilhões em 1995-2002) visaram financiamentos externos de desembolso rápido para auxiliar nas reformas políticas e institucionais, nos níveis das reservas em moeda estrangeira e no balanço de pagamentos. O enfoque recente tem sido nas reformas dos setores fiscal, financeiro, elétrico e de desenvolvimento. Segundo o Banco, existem mais de 50 projetos em andamento, com empréstimos num total de mais de US\$ 5 bilhões. Cada projeto com duração média de quatro anos, dentre os quais se destacam os desenvolvidos pelas ONG's. Nesse caso, com valores numa faixa de US\$ 30.000 a US\$ 50.000 por ano repassados como doações a fundo perdido com exceção de parte dos recursos no âmbito do Programa Piloto de Reforma Agrária, alocados como empréstimos visando a compra de terras. Ainda segundo o banco a maioria destes recursos foram destinados aos programas direcionados ao Nordeste, para “população de baixa renda” (BIRD, 2000; 2003).

CAPÍTULO 2 – PACTO PARA A SUSTENTABILIDADE NO CEARÁ: O (DES) EQUILÍBRIO NA CORRELAÇÃO DE FORÇAS ENTRE OS “PARCEIROS DO DESENVOLVIMENTO”, OU QUANDO UNS SÃO MAIS “CIDADÃOS”

Neste capítulo, ocupamo-nos com as políticas e estratégias de desenvolvimento que no Ceará sustentam o ajuste estrutural do capital mundial. Para efeito deste capítulo privilegiamos os planos de desenvolvimento do Governo do Estado referentes ao período de 1998 a 2003, marcado pela consolidação da política “mudancista” de descentralização/desregulamentação do Estado, de atração de investimentos, de interiorização da indústria e, como efeito, pela radicalização da dependência da economia agrícola (vinculadas, sobretudo, às áreas de irrigação) ao mercado agroexportador de economia transnacional.

2.1 O Pacto de Cooperação no Ceará: a parceria Governo-Empresário

No ano de 1995, a Revista Gazeta Mercantil fez um balanço das duas últimas gestões do “Governo das Mudanças” e anunciou de forma entusiástica a volta ao “Cambeba”²⁸ do empresário Tasso Jereissati. Em uma das manchetes a Revista destaca a “parceria sintonizada” entre empresários e governo na formulação da política cearense.

São as palavras da Revista:

Empresariado e governo falam a mesma língua no Ceará. O estado é dirigido por empresários que estão na política e as empresas cearenses são comandadas por empresários que participam da formulação das diretrizes do Governo (BALANÇO ANUAL, 1995, p. 4).

²⁸ “Cambeba” é a expressão popularmente empregada para denominar a sede do governo controlada pelo “Governo das Mudanças”, ou seja, pelo grupo político-empresarial, que, vinculado ao Centro Industrial do Ceará – CIC, dirige o Governo do Estado desde 1987.

Dando prosseguimento às ações inauguradas no final dos anos 80, o Governo do Estado intensifica as articulações entre governo e empresários, num movimento que passou a ser conhecido como Pacto de Cooperação ou Pacto do Ceará. A ênfase recai na reformulação das relações governo-sociedade, no redesenho das ações finalísticas das instituições e na racionalização da participação do Poder Público Estatal na economia, amparando-se no novo modelo de desenvolvimento que mundialmente se convencionou chamar de desenvolvimento sustentável.

Sobre o Pacto do Ceará, diz Rebouças (1994) o seguinte:

No segundo semestre de 1991, alguns empresários cearenses de idéias inovadoras estavam definitivamente convencidos de que o Estado brasileiro já não podia mais ser responsabilizado pela resolução de todos os problemas do país. Em sintonia com o novo cenário mundial em que se destacava a tendência de um processo democrático avançado, verificou-se que o Estado não podia mais ser tido como o único agente de transformação da sociedade. Era imperioso encará-lo como um parceiro do desenvolvimento em seu novo conceito de sustentabilidade. As gestões de Tasso Jereissati e Ciro Gomes no Governo Estadual, desde 1987, equilibrando as finanças e moralizando a administração pública, sugeriam a necessidade e a possibilidade de engajar parcelas cada vez mais significativas da sociedade, no processo de construção de um Ceará moderno (1994, p. 1-2, grifo nosso).

Acrescenta o mesmo autor.

Adotando uma visão de sistema, pensou-se na idéia de avanço na direção de iniciativas que pudessem associar empresários capazes de propor ao governo saídas para a crise, congregando a totalidade dos agentes sociais. Ao mesmo tempo, fazia-se necessário pensar coletivamente qual a sociedade que se desejava construir para as próximas décadas. Foi então que surgiu a idéia de criar um Pacto de Cooperação, movimento de parceria, que se iniciou entre empresários e o Governo do Estado, voltado para a necessidade de repensar e reestruturar a economia cearense, a fim de que ela pudesse ajustar-se com êxito ao novo cenário mundial (idem, p. 2).

Os elementos basilares do Pacto do Ceará foram incorporados aos planos de Governo do Estado, entre os anos de 1995 a 2003, dentre os quais se destacam a descentralização do estado, a parceria público-privado e a gestão compartilhada.

Para o Ceará Rural, a operacionalização desses princípios dirige-se, fundamentalmente, à agricultura de irrigação, posta pelas instâncias governamentais como área focal de irradiação do “crescimento econômico estadual com desenvolvimento social”, objetivo-síntese anunciado em quase duas décadas de gestão “mudancista” no Estado.

O ajuste político-econômico e territorial centrado nas áreas irrigadas do semi-árido cearense é assim resumida pela Revista Gazeta Mercantil em 1997, dez anos depois de “Governo das Mudanças”.

O sonho messiânico de inundar o sertão, transformando-o em mar, está próximo de realizar-se no Ceará, obviamente sem sua antítese – o mar virar sertão -, também vislumbrada por místicos e pregadores, reais ou imaginários que clamaram contra a injustiça dos homens e a inclemência da natureza. Pela primeira vez na história nordestina, um estado decide abandonar as medidas emergenciais e enfrentar e resolver definitivamente o problema da escassez de água...

É nesse momento em que a política cearense passa a representar algo sem representar algo de real. É o momento em que as representações acerca da política cearense se emancipam da realidade social objetiva na qual se insere o trabalhador cearense e, particularmente, um quarto do total da força de trabalho que tem na atividade agrícola a sua única fonte de trabalho e renda.

2.1.1 Pacto pela sustentabilidade na nova dinâmica produtiva dos espaços agrícolas cearenses

De acordo com as instâncias governamentais, a agricultura de irrigação, sob a ótica do agronegócio, foi a estratégia utilizada pelo governo para modernizar e alavancar o setor primário cearense, baseada, sobretudo, na vocação do estado para a fruticultura. Seu objetivo, diz a Secretaria de Planejamento – SEPLAN, é descentralizar as macropolíticas para o setor (...), “através de cinco linhas de atuação: Tecnologia, Organização da Produção, Promoção Comercial, Infra-estrutura e Capacitação, transformando os recursos naturais de água e solo em produto que gere emprego e renda, com foco no desenvolvimento econômico sustentável” (1999, p. 41).

A sustentabilidade econômica por sua vez é assim explicitada no II Plano Indicativo de Desenvolvimento Sustentável do Governo do Estado do Ceará.

[...] pressupõe crescimento econômico, com ganhos de competitividade, para inserção do estado na economia nacional e internacional. Ela está respaldada na construção de uma infra-estrutura básica e num desenvolvimento científico e tecnológico que garantam o dinamismo e competitividade das atividades produtivas, bem como por uma gestão fiscal equilibrada e eficiente (SEPLAN, 1999, p. 8).

Sobre a sustentabilidade política, diz ainda o mesmo Plano.

Este princípio está relacionado com a participação da sociedade na discussão das políticas públicas e programas prioritários, atuando o Estado no papel de articulador, criando a sinergia necessária entre os atores, com vistas à concretização de um projeto de desenvolvimento que passa a ser de toda a sociedade. Requer o fortalecimento dos mecanismos de descentralização da ação política (idem, p. 8).

Lembramos, contudo, que essa participação, visando a concretização de um projeto de desenvolvimento “para toda a sociedade”, tem um rumo certo. São os próprios documentos governamentais que nos ajudam a esclarecer quem estaria na condução e com o controle da maior parte dos rentáveis negócios econômicos abertos com a agricultura,

particularmente com a agricultura de irrigação, que, diga-se de passagem, também se estendem aos maiores empreendimentos instalados no conjunto do Estado.

Vejamos as palavras da SEPLAN.

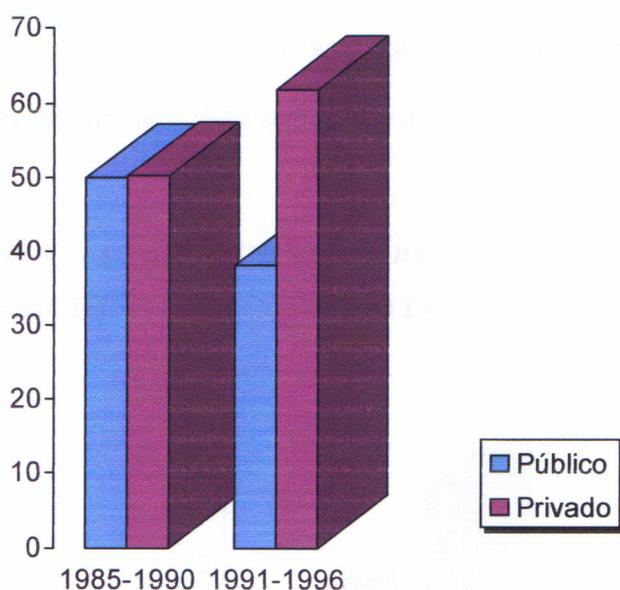
O setor público vem perdendo espaço no total de investimentos efetivados no Estado. De 1985 a 1990, a sua contribuição média ficou em torno de 49,9%, caindo para 38,2%, no período de 1991 a 1996. O investimento no setor privado, por seu turno, teve comportamento oposto, evoluindo de uma média de 50,1%, no primeiro período, para 61,8%, no segundo, com tendência de crescimento, em virtude do grande número de empreendimentos que tem se instalado no Estado nos últimos anos. Dito de outra forma. A dinâmica do crescimento econômico no Ceará está cada vez mais associada ao comportamento e ao volume de investimentos realizados pelo setor privado (1999, p. 25, grifo nosso).

Essa dependência da economia estadual em relação ao setor privado, que pode ser ainda melhor observada no Gráfico 2, está de acordo com o sucesso da política “mudancista” de privatização dos espaços públicos, ou com as palavras do também “mudancista” Governo Lúcio Alcântara, “reflete a mudança do paradigma de crescimento econômico, baseado anteriormente numa forte intervenção do Governo, o qual, progressivamente teve seu papel reduzido em anos recentes” (SEPLAN, 2003, p. 45). Essa tendência progressiva se confirma se compararmos a participação dos setores públicos e privados entre os anos de 1985 a 2000, conforme destacamos no Gráfico 3.

De acordo com dados fornecidos pelo Governo do Estado, nos anos de 1985 e 2000, a participação do setor público foi respectivamente de 7,61% e 9,35%, representando uma contribuição média de 8,0%. Nos mesmos anos, o setor privado participou com 10,14% e 14,67%, respectivamente, representando uma contribuição média de 12,41%. É bem verdade que, conforme esses mesmos dados, no ano de 2000, houve um incremento na ordem de 1,74% do setor público em relação ao ano de 1985, contudo, a participação do setor privado representou um incremento de 4,53%, tendência que se insere a economia agrícola (SEPLAN, 2003).

Nas áreas rurais, a dependência da economia do estado ao comportamento do setor privado se destaca com a agricultura de irrigação, posta pelo Governo como núcleo agrícola eficiente na condução do que seria o novo modelo de desenvolvimento focalizado na descentralização da ação estatal e nas parcerias.

GRÁFICO 2 – PARTICIPAÇÃO DO SETOR PÚBLICO E PRIVADO NO CRESCIMENTO ECONÔMICO DO CEARÁ. POSIÇÃO 1985 A 1996.



Fonte de Dados: SEPLAN/CE, 1999.

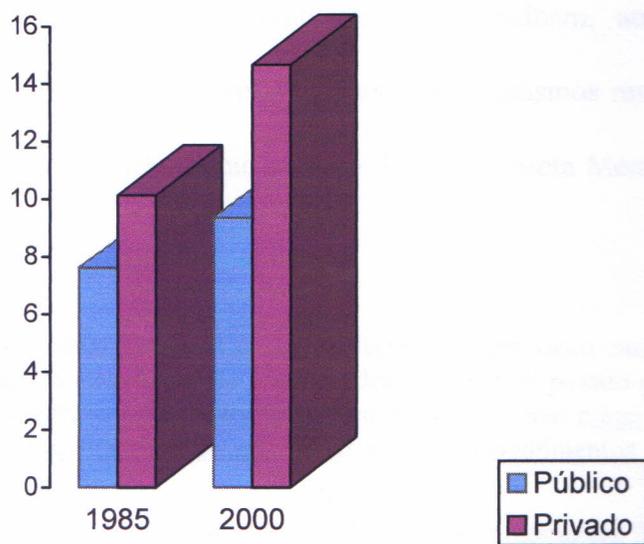
Diz a SEPLAN,

Desde o início de suas atividades, janeiro de 1999, a SEAGRI compartilha com os parceiros dos setores públicos e privados os resultados inéditos obtidos quanto ao aumento do valor das exportações de frutas, passando inicialmente de US\$ 800 mil (em 1998), para US\$ 7,9 milhões (em 2000). No que diz respeito ao ano de 2001, obteve-se a cifra aproximada de US\$ 13,8 milhões. Além disso, o Ceará já conta com 21,2 mil hectares cultivadas de frutas irrigadas, devendo-se considerar, ainda, o fortíssimo potencial de desenvolvimento da floricultura na Serra de Ibiapaba, Guaramiranga, Cariri e Zona Litorânea, bem assim a horticultura e a inédita experiência com a

pimenta, abrindo nova perspectiva para o mercado de especiarias (2002, p. 1).

A nova dinâmica produtiva dos espaços agrícolas, pelo menos de alguns pontos focais desse espaço, justifica o interesse do capital vinculado ao setor. No documento intitulado Desempenho 1995-1998, a Secretaria de Desenvolvimento Rural e Vinculadas (SDR) do Governo do Estado do Ceará sintetiza duas estratégias de ação que teriam norteado o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável no quadriênio: (1) a aceleração do setor agrícola com melhoria da produtividade da terra e da força de trabalho, (2) o desenvolvimento simultâneo da agricultura com os demais setores da economia, principalmente agroindustrial e serviços de apoio ao setor primário (SDR/CEARÁ, 1998).

GRÁFICO 3 – PARTICIPAÇÃO DO SETOR PÚBLICO E PRIVADO NO CRESCIMENTO ECONÔMICO DO CEARÁ. POSIÇÃO 1985 A 2000.



Fonte de dados: SEPLAN/CE, 2003.

A finalidade, diz o mesmo documento, “é a criação de emprego e renda numa economia sustentável e onde a valorização do homem do campo e do seu trabalho seja o principal alvo”. Porém, avalia que “as irregularidades das chuvas dos anos de 1997-1998 criaram sérias dificuldades na execução dos planos traçados” (1998, p. 1).

Para o quadriênio seguinte, o diagnóstico se repete.

O processo de desenvolvimento endógeno das comunidades localizadas no semi-árido é dificultado, em grande parte, pelas condições adversas do meio ambiente, principalmente quanto à escassez de água, dependência econômica das atividades sazonais de baixo valor agregado, submetidas a elevadas condições de risco e exploradas por uma mão-de-obra de baixo nível educacional (SEPLAN/CEARÁ, 1999, p. 64).

De fato, foram períodos de estiagens. De fato, foram, também, períodos que registraram a manutenção do histórico quadro de analfabetismo e de baixo nível de escolaridade da maioria da força de trabalho cearense, sobretudo da concentrada nas áreas rurais²⁹. Mas também foi um período em que o Estado conseguiu, apesar das estiagens e do baixo nível de escolaridade de homens e mulheres que trabalham, atrair empresas nacionais e estrangeiras, milhões de novos empréstimos dos organismos multilaterais e a conquista da confiança dos investidores, como realça a Revista Gazeta Mercantil, em seu balanço anual.

Nos últimos anos, o Ceará transformou-se em vasto canteiro de obras, porque a administração estadual decidiu investir pesado para dotá-lo da infra-estrutura necessária à implementação do seu plano estratégico de desenvolvimento, baseado na atração de investimentos privados e na

²⁹ Nos estudos sobre analfabetismo no Brasil realizados pelo INEP/MEC, referentes ao ano 2000, constata-se que do total de analfabetos absolutos entre os Estados, o Ceará está entre os cinco Estados que respondem por cerca da metade dos analfabetos do país, com 381.510 analfabetos, perdendo para São Paulo, com 661.949 e o Rio de Janeiro, com 403.508. Em relação ao Nordeste, o Ceará aparece em primeiro lugar, com 381.015 analfabetos, vindo em segundo Pernambuco, com 369.738, e, em terceiro, Bahia, com 326.510 analfabetos. O número total de analfabetos do Estado de acordo com a faixa etária é assim distribuído: 1 a 29 anos (79.450), 30 a 59 anos (197.600); 60 e mais (103.965). Ver sobre o assunto INEP/MEC. O mapa do analfabetismo no Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. Brasília, 2004, p. 8-10. Nesse documento, o INEP elabora um acervo de dados demográficos do analfabetismo no Brasil, a partir dos dados do IBGE, INEP, IDH/PNUD, considerando a divisão político-administrativa do ano de 2000.

industrialização do interior. E certo que nessa empreitada o estado tem sido beneficiado pela boa vontade do governo federal e pela credibilidade obtida ante os organismos multilaterais de crédito – especialmente o Banco Mundial (BIRD) –, que se têm mostrado bastantes pródigos em abrir suas burras para financiar projetos no Ceará (BALANÇO ANUAL, 1997, p. 20, grifo nosso)³⁰.

Em outras palavras, as estiagens, as irregularidades climáticas e o baixo nível de escolaridade da força de trabalho rural – justificativas alegadas para os graves problemas enfrentados pelo “homem do campo” – não foram obstáculos para barrar a iniciativa privada e as agências multilaterais de crédito de investir nas oportunidades de negócios que estariam sendo abertas no setor e colher rentáveis “frutos” com a agropecuária, particularmente com o agronegócio cearense³¹

De certo, se é verdade que no ano de 1997 houve uma queda (localizada) da produção do setor agropecuário, em decorrência fundamentalmente das estiagens, não podemos deixar de ressaltar que entre os anos de 1995/1998 a agropecuária e a agricultura em particular alcançaram resultados inéditos, ganhando novas cifras nos quatro anos seguintes. É o que esclarece a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR.).

O setor agropecuário do Ceará gerou um Valor Bruto da Produção de R\$ 6,1 bilhões no período de 1995/98. Em termos reais, o ano de 1996 foi o de maior valor de produção da história da agricultura cearense, com R\$ 1,8 bilhão. Seguem em ordem de valores os anos de 1995 e 1997, este último com problema localizado de estiagem e quebra da produção (1998, p. 2).

³⁰ Na edição de 1995, a Revista destaca que, entre os anos de 1991 a 1995, o Estado teria recebido um volume crescente de investimentos privados, aproximando-se a US\$ 2,5 bilhões. Dois anos depois, a mesma Revista acrescenta que o Estado recebeu do BIRD mais de R\$ 100 milhões de recursos novos, com prazo de pagamento de 15 anos (BALANÇO ANUAL, 1995, 1997).

³¹ Os principais produtos vinculados ao agronegócio são castanha de caju, peles e couros, camarões, lagostas, frutas, Cera de Carnaúba, Mel de Abelhas, suco de frutas, extrato de vegetais, flores, peixes e hortaliças. De acordo com a SEAGRI (2004a), em conjunto esses produtos alcançaram, em 2002, uma participação de 52% das exportações totais do Estado.

Nos anos que se seguem (1999-2001), a evolução da agropecuária e especificamente da agricultura permite ao estado vislumbrar um quadro de ascendência para o setor e, como efeito, redimensionar o foco da ação governamental. É o momento em que o Governo reafirma e amplia os dispositivos facilitadores para a atração de investimentos vinculados ao agronegócio³², intensifica as obras estruturantes e, como desdobramento, são estreitados os laços com a iniciativa privada, especialmente com os conglomerados agroindustriais vinculados à agricultura irrigada.

Conforme a SEPLAN (2000, 2002), entre os anos de 1991 a 1998, o Ceará teria atraído 574 novas empresas, distribuídas em 60 dos 184 municípios do Estado. Apenas nos anos de 1995 a 1998 foram, ainda segundo a Secretaria, 432 empresas dos mais diversos setores de atividade. Em 2001, o Programa de Atração de Investimentos teria ainda atraído mais 87 empreendimentos industriais, originários predominantemente do Sul e Sudeste do país e de países como Alemanha, Itália, Coréia do Sul e EUA. Concomitantemente, o Governo Estadual, em parceria com o Governo Federal e a iniciativa privada, intensifica os programas estruturantes, dos quais se destacam o Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP³³, o Programa de Infra-Estrutura Viária, a ampliação do Aeroporto Internacional e a retomada das obras do Açude Castanhão, investimentos postos pelo

³² A intensificação da atração de investimentos fez com que, em 1993, o governo implementasse mudanças nos critérios concedidos pelo Sistema de Incentivo do FDI-PROVIN (Fundo de Desenvolvimento Industrial e Programa de Atração de Investimentos Industriais) criado na década de 80. Os novos estímulos estabelecem que quanto mais distante da Região Metropolitana de Fortaleza maior os incentivos. Ou seja, na RMF os empréstimos do Estado (renúncia fiscal) referentes ao financiamento do ICMS são de 60%, com prazo de 72 meses (carência de 37 meses), com retorno de 60%, sendo a correção de 100%, medida pelo IGP-M. Até 300 km de distância da RMF os empréstimos, referentes ao financiamento do ICMS de 75%, com um prazo de pagamento de 120 meses (carência de 26 meses), com retorno de 60% e correção de 100% medida pelo IGP-M. Entre 300 km e 500 km da RMF, o financiamento é de 75%, com prazo de 156 meses (36 de carência) e 25 de retorno, com correção de 100% do IGP-M. Quando superior a 500 km da RMF, o financiamento passa a ser de 75% com prazo de 180 meses (36 de carência), 25% de retornam, correção e juros de 100% medida pelo IGP-M. Ver sobre o assunto CEARÁ. Nova política industrial do Ceará. Anexo ao ato normativo FDI – 01/2002. Fortaleza, 2002, p. 1-2. Sobre o assunto ver também SDE/CEARÁ. Ceará para investidores – considerações gerais. Fortaleza, 2001. Disponível em: <http://www.sde.ce.gov.br/perm1.htm>. Acesso em 07 nov. 2002.

³³ O Complexo do Pecém constitui-se um moderno porto de custos operacionais competitivos. Sua infraestrutura está, de acordo com os documentos governamentais, preparada para receber navios de grande porte, sendo, atualmente, o maior porto exportador de frutas do país.

Governo do Estado como cruciais para converter o Ceará em um grande centro regional de transações com o exterior.

Ainda segundo a SEPLAN (2002), as ações desenvolvidas a partir dessas articulações foram fundamentais para que o Governo, através da SEAGRI, implementasse o aumento da área irrigada, das exportações, elevasse o padrão tecnológico e introduzisse novas culturas, especialmente aquelas direcionadas à fruticultura irrigada. Vale ressaltar, porém, que isso não significa dizer que o Ceará, enquanto espaço político e econômico, teria alcançado o plano de metas de crescimento econômico com desenvolvimento social, ou mesmo a propalada promessa integradora entre os “agentes econômicos territoriais”.

Se também é verdade que o governo estadual, com o apoio do governo federal, conseguiu, em um espaço de um pouco mais de uma década, criar as bases para o êxito do programa de atração de investimentos, seria, no mínimo, precipitado concluir que as estratégias que estão modelando os espaços agrícolas estejam pautadas numa relação de integração entre os “agentes territoriais”. O que a dinâmica econômica no Estado do Ceará indica é o aprofundamento do desequilíbrio na correlação de forças entre os “parceiros” do desenvolvimento. A infra-estrutura estratégica e de apoio, construída com recursos públicos e empréstimos de organismos multilaterais, servem para ampliar as vantagens comparativas oferecidas pelo estado às empresas atraídas e para aumentar a rentabilidade de suas operações.

São dados que podem ser confirmados quando recuperamos a participação do agronegócio nas exportações cearenses (Ver Gráfico 4), a evolução da agricultura irrigada na participação da exportação cearense, assim como o investimento na infra-estrutura estratégica e de apoio voltado para o setor.

Em 2002, o total da participação das exportações realizadas, a partir do território cearense, alcançou um valor de US\$ 543.902,399. Desse total US\$ 281.489,720

foi com a participação do agronegócio, correspondendo 51% total das exportações no estado.

Na agricultura irrigada, de acordo com dados da SEAGRI (2003a; 2004a), entre os anos de 1999 a 2003, a área total irrigada passou de 53,9 mil ha., em 1999, para 65,5 mil ha., em 2003, com crescimento de 22%. Das áreas destinadas a fruticultura, a área plantada passou de 18,0 mil ha., em 1999, para 26,6 mil ha., em 2003. Em cifras, isso significa dizer que, entre os anos de 1999 a 2003, a produção agrícola, em sistema de irrigação, evoluiu de 1,1 milhões de toneladas, em 1999 para 1,6 milhões de toneladas, em 2003, representando um aumento na ordem de 45%. Quanto aos valores da produção e da exportação, essa evolução passou, respectivamente, de R\$ 176 milhões em 1999 para R\$ 315 milhões em 2003 e US\$ 1,9 milhões, em 1999, para cerca de US\$ 23,2 milhões, em 2003.

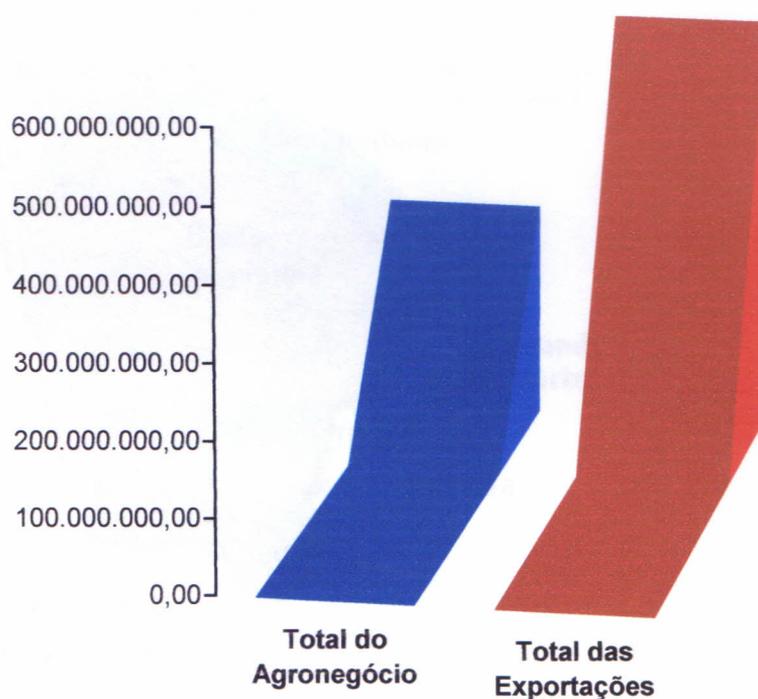
Considerando o período de 1998 a 2003, a evolução do valor das exportações de produtos agrícolas irrigados (frutas, flores e hortaliças) passou de US\$ 876 mil, em 1998, para US\$ 23.251 milhões, em 2003. Nesse setor, a evolução do agronegócio de frutas ganha em importância, evoluindo de US\$ 835 mil em 1998 para cerca de 20.000 milhões, em 2003.

Como demonstramos na Figura 1, na fruticultura merece destaque a produção do melão, que coloca o território cearense como o 2º. Maior produtor do país, perdendo só para o Rio Grande do Norte, que responde por 51.8% da produção, contra 29,1% do Ceará (SEAGRI, FRUTISÉRIES 2 CEARÁ – MELÃO, 2004a, 2003).

Com uma área cultivada de 4.800 ha., os valores da produção e da exportação do melão saltaram respectivamente, de R\$ 17.231, em 1999, para R\$ 65.724 em 2003, e US\$ 815 mil, em 1998, para US\$ 16.500, em 2003 (SEAGRI, 2003). No contexto nacional, isso significa dizer que a produção realizada em território cearense é responsável, ao lado do RGN e da Bahia, por 93.7% da produção do fruto realizada em todo o território

nacional. No contexto cearense, como podemos observar no Gráfico 5, o melão assume uma importância estratégica no agronegócio vinculado à agricultura de irrigação.

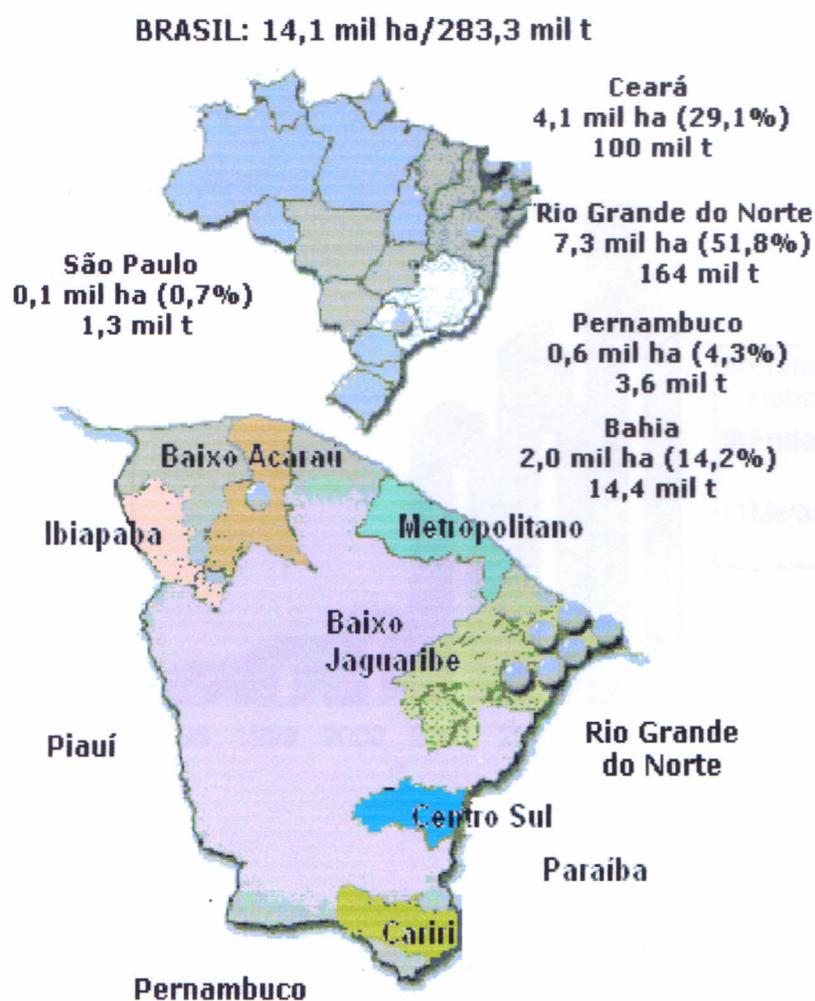
GRÁFICO 4 – PARTICIPAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NAS EXPORTAÇÕES CEARENSES. POSIÇÃO 2002.



Essa performance enfatiza a SEAGRI,

...é fruto de uma política estruturada do Governo do Estado do Ceará em parceria com os agentes de desenvolvimento institucionais, públicos e privados, representações das classes populares e, especialmente, os produtores de melão, que, com visão empresarial, estão fazendo do Ceará uma referência nacional e internacional na produção e exportação desta fruta (2004, p. 1).

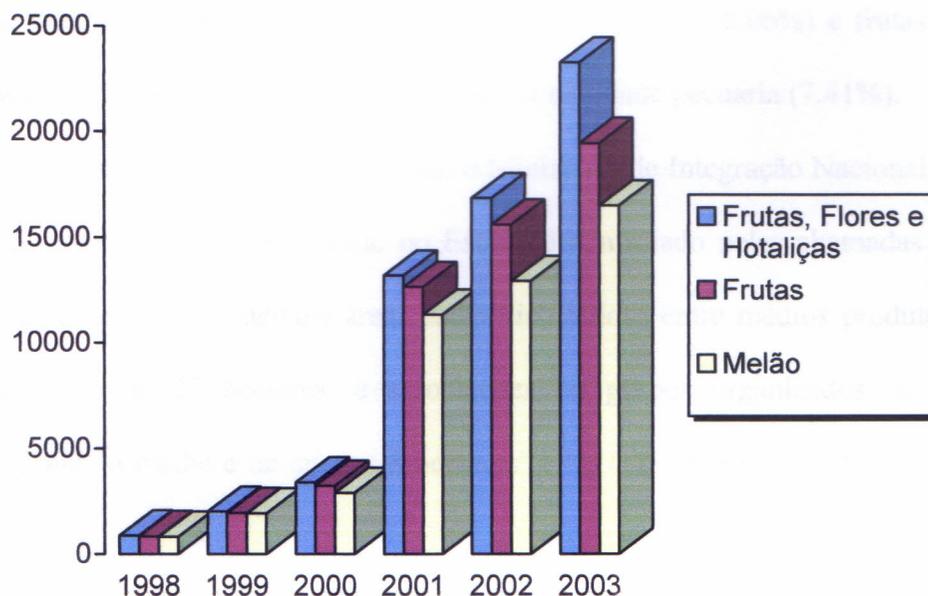
FIGURA 1 – PRODUÇÃO DO MELÃO NO BRASIL E NOS AGROPÓLOS DO CEARÁ



Fonte: IBGE/SEAGRI/CEARÁ.

É na divisão dos resultados da produção das principais cadeias produtivas no Estado do Ceará, que, tem-se a dimensão exata de como se constrói a parceria entre o público e o privado e com as “classes populares”, especificamente com a força de trabalho que vive da atividade agrícola em sistema de irrigação. Aqui continuamos a destacar a produção do melão integrando duas das mais importantes cadeias produtivas vinculadas à agricultura irrigada.

GRÁFICO 5 – EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS DA AGRICULTURA IRRIGADA NA EXPORTAÇÃO. POSIÇÃO 1998 A 2003. CEARÁ.



Fonte de Dados: SEAGRI, 2003.

De acordo com a SEAGRI,

[...] cerca de 60% das áreas cultivadas de melão cearense é oriunda de pequenos e médios produtores, geralmente organizados em associações dentro da filosofia do Programa Caminhos de Israel, que proporciona escala de produção e comercialização. O restante é distribuído entre grandes empresas, geralmente âncoras de tecnologia e comercialização (2003b, p. 3, grifo nosso)³⁴.

Vale ressaltar que o “restante” ao qual se refere à SEAGRI é representado por exatamente 42% da produção do fruto controlado pelo Grupo Del Monte Fresh, que, no

³⁴ O Projeto Caminhos de Israel é um programa do Governo do Estado do Ceará de integração das pequenas unidades produtivas no agronegócio irrigado. Segundo a SEAGRI (2003a), o Projeto tem como objetivo “melhorar as condições de vida dos pequenos produtores no agronegócio da agricultura irrigada de forma associativa, competitiva e sustentável”. O público-alvo são os pequenos produtores inseridos aos Perímetros Públicos de Irrigação ou de propriedades isoladas com potencial para irrigação.

Ceará, controla 1.800 ha. de área irrigada com a produção do melão e um igual número de trabalhadores rurais assalariados vinculados à sua produção³⁵. No contraponto, o Projeto Caminhos de Israel está, segundo dados da própria SEAGRI (2003a), inserido numa área de 2.884 ha., distribuída em sete agropólos, 38 municípios, 69 projetos e 1.074 produtores que, nessa área, cultivam também hortaliças (10,51%), Flores (0,06%) e frutas variadas, dentre elas o melão (82,02%), e ainda desenvolve a atividade pecuária (7,41%).

Confirmando essa desproporção, o Ministério de Integração Nacional esclarece que 42% do total de melão produzido no Estado é controlado pelas chamadas empresas integradoras, enquanto “as demais áreas estão distribuídas entre médios produtores, com uma área média de 25 hectares, e associações ou grupos organizados de pequenos produtores, onde a média é de apenas 5 hectares” (FRUTISÉRIES 2 CEARÁ - MELÃO, 2003).

Quanto ao mercado exportador, a condição do Ceará de 2º. maior exportador do fruto está intimamente associada aos 90% controlados pelos grandes conglomerados privados que, nesse processo, adquire parte desse montante de produtores locais, como ainda esclarece o Ministério de Integração Nacional

No que se refere à estrutura operacional, as exportações de melão cearense, assim como as do Rio Grande do Norte, são realizadas predominantemente por grandes empresas que, além de possuírem produção própria, adquirem de outros produtores. Com mais estrutura, as empresas são responsáveis por 90% do volume total exportado, enquanto as exportações diretas por produtores respondem por apenas 10% ((Frutiséries 2 Ceará – Melão, 2003, p. 8, grifo nosso)³⁶.

³⁵ De acordo com a SEAGRI, o Grupo Del Monte atua em 50 países e em 12 com a produção de frutas in natura. Cultiva também melão no Ceará e banana no Rio Grande do Norte, em Fazendas na Serra do Apodi que ocupam uma área global de 2 mil ha. e 2,5 mil ha., respectivamente, também voltados para o mercado externo. No projeto Irrigado Jaguaribe-Apodi a empresa iniciou o plantio de abacaxi, pretendendo ampliar a produção em mais 1,4 mil ha., ainda em 2005 e 2,5 mil ha. em 2007.

³⁶ Validando essa informação, diz a própria SEAGRI (2003b): Em 2003, dos 200 *containers* de frutas exportadas para o mercado europeu, 154 são de melões, distribuídos entre os seguintes produtores: 116 (cento e dezesseis) da Del Monte Fresh Produce Ltda.; 25 (Vinte e cinco) da Natal Importação Exportação LTDA, 11 (onze) da J. S. Sallouti me, e 2 (dois) da Itauera Agropecuária S/A.

Em síntese, o valor das exportações de frutas irrigadas alcança em 2003 um montante aproximado de US\$ 20,0 milhões. Deste total, diz a SEGRI, 85 a 90% é representado pelo melão que, no mesmo ano, teve como principal exportador o Grupo Del Monte (SEAGRI, 2004a). Simultaneamente, o grupo passa a controlar as exportações do abacaxi no Ceará, com destino ao continente europeu.

Não é à toa que o grupo transnacional decide ampliar seu domínio territorial em uma das áreas mais prósperas para o agronegócio irrigado – o Baixo Jaguaribe, mais especificamente para o Projeto Público de Irrigação Jaguaribe-Apodi, contando para tal com os vantajosos incentivos fiscais, com a qualidade do solo (e a liberdade de explorá-lo a seu ‘bel prazer’), além da infra-estrutura “estratégica” e da abundante força de trabalho, responsável pela dinâmica produtiva da micro-região.

É com base nessa correlação de forças extraordinariamente favorável ao grande capital que o Governo do Estado do Ceará, ao final do ano de 2002, comemora, através de mensagem dirigida à Assembléia Legislativa, o cumprimento, no prazo recorde de três anos (1999-2001), dos objetivos político-econômicos traçados pela SEAGRI (SEPLAN, 2002). No mesmo período, os trabalhadores rurais ocupam as manchetes dos principais jornais do estado, às ruas das cidades e do campo denunciando a miséria do trabalho no campo, a manutenção e a ampliação do velho quadro de concentração de terra. Ou seja, os trabalhadores rurais voltam às ruas, revelando sob quais condições e sob qual carga político-social o Ceará se insere ao cenário agroexportador mundial.

2.2 “Crescimento Econômico com Desenvolvimento Social”: dos belos discursos à dura realidade

Em 2001, o Jornal Diário do Nordeste divulga a notícia: “Avenida Bezerra de Menezes é ocupada por agricultores”. A ocupação, diz a matéria, reportando-se à fala do

dirigente da FETRAECE, alerta aos governantes e a sociedade para a situação de fome e miséria enfrentada pelo homem do campo. "Falta terra para plantar, crédito para investimentos e todas as condições necessárias à vida e à permanência do trabalhador no campo" (DN/Regional, 2001, p. 4).

Nos primeiros anos do novo século, os trabalhadores rurais do estado voltam a ocupar o cenário político cearense, acompanhando o movimento nacional dos trabalhadores rurais sem-terra, que, do Norte ao Sul do país, desvela as contradições entre o sucesso do agronegócio (vinculado à invasão das terras nacionais e à expropriação da renda da terra pelo capital agroindustrial) e a ampliação da deteriorização de suas condições de vida.

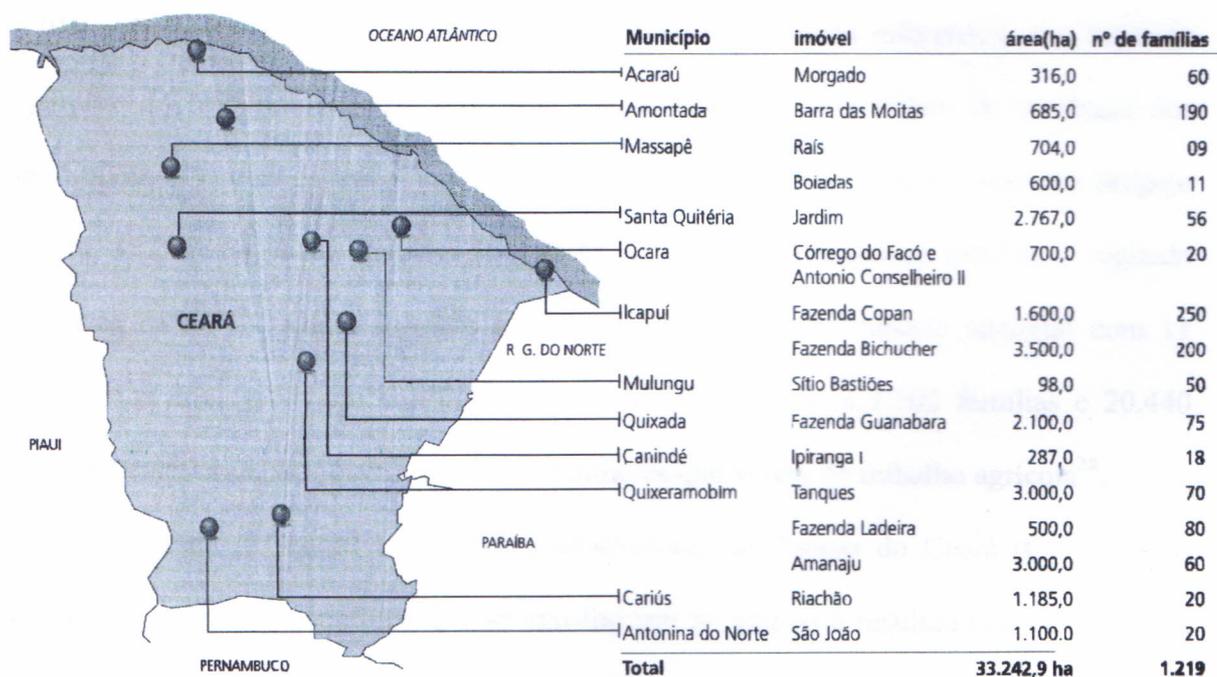
Como registra a Figura 2, compondo esse cenário, o Ceará fecha o século com 12 municípios com áreas de conflitos, envolvendo 17 estabelecimentos, 1.219 famílias e uma área de 33.242 ha. No mesmo ano, os meios de comunicação denunciam o subaproveitamento das bacias hidrográficas do estado, enquanto milhares de trabalhadores rurais sofrem os efeitos da seca (DN/REGIONAL, 2000).

Analisando essa realidade, em 2001, o Jornal do Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-terra – MST assim, resume alguns dos fatores das tensões e conflitos político-sociais e econômicos que transbordam, em todos os cantos do país, no ano de 2003. Nesse ano, segundo análise da Comissão Pastoral da Terra – CPT Nacional, “o total de conflitos atingiu um patamar nunca antes atingido”, com 1.190,578 pessoas envolvidas, dentre as quais 20.440, só no Ceará.

Um levantamento publicado pelo jornal Folha de São Paulo, em 8 de julho, revelou que 17 grandes obras de irrigação e abastecimento de água estão paradas. Juntas, já consumiram mais de 834 milhões de reais. Foram interrompidas por irregularidades graves, apontadas pelo TCU (Tribunal de Contas da União), como por exemplo, superfaturamento. Se o governo aplicasse 700 milhões de reais, ele poderia concluir as obras, beneficiando pelo menos 1,5 milhões de pessoas. Mas ele não faz isso.

Prefere, ao contrário, gastar 3 bilhões de reais, só com medidas de emergência (distribuição de medicamento, água e cestas básicas), como fez entre 1998 e o início do ano 2000. Como explicar isso? A resposta é simples. O governo prefere manter um sistema em que ele tem o controle do povo em suas mãos. Prefere distribuir água e comida do que a garantir emprego digno ao cidadão. Assim, consegue votos e garante a estrutura de poder dos coronéis. Mas não é só isso. O governo também faz o jogo das grandes empresas transnacionais (JORNAL MST, 2001, p. 4).

**FIGURA 2 – ÁREAS DE CONFLITOS NO CEARÁ.
ANO DE REFERÊNCIA 2000.**



FONTE: Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará –IDACE, 2000

Diz ainda o Informativo.

A seca ajuda o governo a incentivar a grande agricultura, voltada para a exportação, enquanto o camponês pobre morre de fome, sem recursos, e fica dependendo da “caridade” do governo, as grandes empresas agro-exportadoras recebem crédito, incentivos à exportação, isenção de impostos e assistência técnica. Além disso, com a falência do pequeno produtor, o governo justifica a importação de produtos agrícolas. O governo está incentivando a importação de tudo. Nos últimos anos, o Brasil está importando até feijão. Como nos outros países há subsídios à

produção agrícola, seus produtos chegam aqui muito mais barato, como é o caso do milho. Em Pernambuco, por exemplo, a produção de um saco de milho custa 14 reais. No ano passado, o governo colocou milho importado no Porto de Recife, a oito reais o saco. E, para piorar, milho transgênico. Tudo isso mostra a verdadeira política do governo: para os coronéis e grandes empresas transnacionais, tudo; para os camponeses pobres, a esmola, a miséria, a vergonha e a fome (Idem, p. 4).

Enquanto os “gigantes” transnacionais da agroindústria se apropriam da maior parte da renda da terra nacional, a ação ofensiva do latifúndio eleva, em 2003, o número de trabalhadores rurais assassinados no país, ou seja, 69,8% em relação ao ano de 2002, correspondendo a 73 assassinatos. Quanto ao trabalho escravo ou análogo é o próprio Ministério do Trabalho que, segundo a CPT, registra, no ano, 154 situações, envolvendo 5.010 trabalhadores³⁷. Nesse cenário, as instituições do estado reforçam o seu lugar de aparelho do latifúndio e do capital. Entre assassinatos e toda ordem de violência dos latifundiários contra os trabalhadores rurais, o Poder Judiciário emite ordem de despejo contra 35.297 famílias, envolvendo 176.485 mil pessoas (recorde histórico, segundo registros da CPT). Ainda segundo a CPT, o Ceará entra no cenário nacional com 11 municípios envolvidos em conflito de terra, correspondendo a 1.502 famílias e 20.440 pessoas, entre crianças, jovens, homens e mulheres que vivem do trabalho agrícola³⁸.

Para a Central Única dos Trabalhadores do Estado do Ceará (CUT-CE), o empobrecimento e os conflitos que se aprofundam no campo é resultado de uma política deliberada do Governo. “O Governo não investe na agricultura, a não ser nos chamados pólos produtivos – agricultura irrigada – e isso é o que tem gerado o êxodo rural e o aumento do cinturão de pobreza nas áreas metropolitanas” (DN/Regional, 2002).

³⁷ Quanto ao trabalho escravo, o número de situações denunciadas foi de 240, tendo sido fiscalizadas pelo Ministério do Trabalho 154 situações, que libertou um total de 5.010 trabalhadores submetidos a condições análogas e de trabalho escravo, representando 52,55% do total de trabalhadores libertados (Ver mais sobre o assunto CPT/NACIONAL. Conflitos no campo – Brasil 2003. Comissão Pastoral da Terra, Goiânia, abril de 2004).

³⁸ No ano anterior, a Comissão registra no Ceará, 15 conflitos (violência contra a pessoa), envolvendo 10.625 trabalhadores rurais; 13 manifestações de luta, envolvendo 15.250 trabalhadores rurais; 7 conflitos de terra, envolvendo 1.225 famílias; além de conflitos em tempo de seca (CPT/NACIONAL, 2003).

2.2.1 Miséria pactuada nos espaços agrícolas cearenses

Em 2002, ano em que o “Governo das Mudanças”, comemora o recorde obtido com o agronegócio, os Indicadores de Desenvolvimento Municipal – IDM, coordenado pelo então Instituto de Planejamento do Ceará – IPLANCE registram que dos 184 municípios cearenses 83 obtiveram baixo desempenho (desempenho inferior), superando os IDM de 1997, que registravam 59 municípios nesta condição³⁹. Isso significa dizer que, num período de apenas cinco anos (1997-2002), houve uma transferência de 24 municípios para a pior classificação (desempenho inferior) e, no mesmo período, 10 municípios foram transferidos do desempenho superior e médio superior para o desempenho médio inferior (Ver Quadro 1).

Vale ainda ressaltar que dos 159 municípios que obtiveram, em 2002, desempenho entre médio inferior e inferior 62 estão localizados nas áreas de concentração do agronegócio (agropólos), superando os indicadores de 1997, que registraram 55 municípios nessas classificações (Ver quadro 2)⁴⁰.

³⁹ De acordo com a classificação do IPLANCE os Indicadores de Desenvolvimento Municipal (IDM) foram classificados em quatro grupos. Grupo 1: **Indicadores Fisiográficos, Fundiários e Agrícolas**, correspondem a precipitação pluviométrica, o percentual de área explorável utilizada, percentual do valor da produção animal e vegetal, salinidade média da água, percentual do consumo de energia rural; Grupo 2: **Indicadores Demográficos e Econômicos** correspondem à densidade demográfica, taxa de urbanização, % PIB municipal sobre o PIB total do Estado, receita orçamentária per capita, % chefes de domicílio com rendimento > 1 s. m., % consumo de energia industrial e comercial sobre o consumo total; % PIB setor industrial sobre o PIB total, % PIB setor de serviços sobre o PIB total; Grupo 3: Os **Indicadores de Infra-Estrutura de Apoio** correspondem a telefones por 1.000 hab., Agências de Correios – por 1.000 hab., Agência Bancárias – por 1.000 hab., Veículos – por 1.000 hab., coeficientes de proximidade, % de domicílios com energia elétrica, Rede Rodoviária/Área Município; Grupo 4: **Indicadores Sociais** correspondem à taxa de escolarização no Ensino Fundamental, taxa de Alfabetização de pessoas com 10 anos de idade ou mais, taxa de aprovação no Ensino Fundamental, taxa de mortalidade infantil – por 1.000 hab, % de domicílios e abastecimento d’água adequado, % de domicílios com coleta de lixo adequado; Indicadores. Os indicadores são distribuídos em classes: Classe Superior - CS, Classe Média Superior - CMS, Classe Média Inferior – CMI e Classe Inferior – CI (IPLANCE/CEARÁ/IDM, 1999, 2002).

⁴⁰ É verdade que, entre os anos de 1997 a 2002, houve um pequeno aumento do número de municípios para o desempenho superior, passando de 1 município, em 1997 para 4 em 2002. Porém, em 1997, registrava-se um total de 35 municípios nos melhores desempenhos, passando para 25 em 2002.

QUADRO 1 – INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL.

CEARÁ. POSIÇÃO, 1997-2002

ANO	Classificação / No. Municípios				TOTAL MUNICÍPIOS
	Classe Superior	Classe Média Superior	Classe Média Inferior	Classe Inferior	
1997	01	34	90	59	184
2000	03	20	74	87	184
2002	04	21	76	83	184

Fonte de dados: IPLANCE

Os dados até aqui apresentados nos ajudam a revelar, além da queda na qualidade de vida dos trabalhadores cearenses, a característica seletiva e restritiva da política “modernizadora” do “Governo das Mudanças”. Quadro que também se revela na estrutura fundiária, intensificando-se entre os anos que marcam a consolidação dos programas e obras estruturantes, inauguradas na década de 90.

Tendo passado 16 (dezesseis) anos de “Governo das Mudanças”, os dados expostos na Tabela 1 confirmam a manutenção da concentração de terras que marca a história do nordeste brasileiro. Dados do INCRA, de 2000, registra um número total de 134.672 propriedades rurais (produtivas e improdutivas), distribuídas numa área de 9.343.151 ha. Dessa área total, 39.669 propriedades (com até 10 ha.) ocupam 189.744., ou seja, 29,4% do total de propriedades e apenas 2,6% da área total. No contraponto, 2.425 propriedades (com mais de 500 ha.) controlam 2.758.479 ha. da área total, ou seja, 1,8% do número total de propriedades e 29,5% da área total.

QUADRO 2 – INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (1997-2002), DE ACORDO COM OS AGROPÓLOS DO CEARÁ

		No. MUNICÍPIOS POR CLASSIFICAÇÃO											
AGROPÓLOS	No. Municípios	Desempenho Superior			Desempenho Médio Superior			Desempenho Médio Inferior			Desempenho Inferior		
		1997	2000	2002	1997	2000	2002	1997	2000	2002	1997	2000	2002
		Baixo Acaraú	16	---	01	01	02	---	---	06	05	06	08
Ibiapaba	09	---	---	---	04	01	02	04	06	05	01	02	02
Metropolitano	14	01	02	03	04	05	03	05	07	07	04	---	01
Baixo Jaguaribe	15	---	---	---	04	03	03	10	11	10	01	01	02
Sertão Central	09	---	---	---	01	01	01	04	02	03	04	06	05
Centro Sul	10	---	---	---	01	01	01	08	07	05	01	02	04
Cariri	07	---	---	---	04	04	04	03	02	02	---	01	01
TOTAL	80	01	03	04	20	15	14	40	40	38	19	22	24

Fonte de dados: IPLANCE.

Até aqui é visível a dominância das grandes propriedades rurais em relação à área total. Se analisarmos esses dados, em relação ao ano de 1995 verificamos que a concentração de terras em um número reduzido de grandes propriedades só aumentou.

Comparando os dados do Censo Agropecuário de 2000 com os dados de 1995 observamos que, em termos de área total houve um sensível acréscimo, passando de 7.904.576 ha., em 1995, para 9.343.170 ha., em 2000, porém o número total de propriedades decresceu passando de 168.487, em 1995, para 134.672, em 2000. Ou seja, o

número total de propriedades, decresceu em 20%, e a área total sofreu um acréscimo de 18%.

Com relação as propriedades com até 10 ha., observamos, no mesmo período, um decréscimo tanto em termos de área quanto de propriedades. No outro extremo, aquelas com mais de 500 ha., observamos um acréscimo tanto no número de propriedades quanto de área. Vamos, então, aos dados expostos na Tabela 2.

Em 1995, o Ceará somava 87.784 propriedades rurais com até 10 ha., passando para 39.669 ha., em 2000, correspondendo a 291.209 ha. e 189.744 ha., respectivamente. Já as propriedades com mais de 500 ha., somavam 2.355 ha., em 1995, passando para 2.485, em 2000. concentrando 2.658.611 ha., em 1995, e 2.758.479 ha., em 2000. No primeiro caso, observamos um decréscimo de 54,8% do número total de propriedades, e de 34,8% da área total. No segundo, o movimento da estrutura fundiária seguiu o sentido inverso, crescendo 5,5% no número de propriedades e 3,7% da área total.

A evidência dessa concentração pode ser ainda melhor observada nos gráficos 6 e 7, correspondendo os anos de 1995, 1999 e 2000, A análise dos dados contidos nos respectivos gráficos permiti-nos visualizar a distância entre o número total de propriedades e a distribuição da área total entre as classes de área. Essa concentração fundiária irradia-se e aprofunda-se nas áreas de concentração do agronegócio.

Cercando as grandes áreas públicas e privadas de irrigação, registram-se, em 2000, 64.848 propriedades rurais, abrangendo uma área de 3.788.732 ha. Do total de propriedades, 23.181 correspondem aquelas com até 10 ha., distribuídas numa área de 106.987 ha. Os grandes latifúndios (com mais de 500 ha.), por sua vez, concentram 978 propriedades, numa área de 1.109.833 ha. (ver Tabela 3).

TABELA 1 – NÚMERO E ÁREA DAS PROPRIEDADES RURAIS, SEGUNDO AS CLASSES DE ÁREA TOTAL. CEARÁ. POSIÇÃO 2000.

CLASSIFICAÇÃO DAS ÁREAS			
Classes de área total (ha.)	Nº propriedades	Área (ha.)	Área Média (ha.)
TOTAL	134.672	9.343.151	69.3
Até 5	22.840	61.270	2.6
Mais de 5 a 10	16.829	128.474	7.6
Mais de 10 a 50	54.731	1.417.078	25.8
Mais de 50 a 100	20.128	1.436.860	71.3
Mais de 100 a 500	17.659	3.541.010	20,0
Mais de 500¹	2.485	2.758.459	11.0

Fonte: INCRA, Sistema de Estatísticas Cadastrais.

¹ Na classe de área de 500 e mais hectares, não constam aqueles com mais de 10.000 ha.

Observando a Tabela 3, vê-se que, nessa área coberta de propriedades, aquelas com até 10 ha. correspondem a 35,7% do total de estabelecimentos, ocupando apenas 2,8% da área total. No contraponto, os latifúndios (com mais de 500 ha.) representam 1,5% do total das propriedades, ocupando, no entanto, 29,2% da área total. Essa concentração também se estende às áreas públicas de irrigação, anunciadas nas propagandas

governamentais como estratégicas para fortalecer às pequenas unidades de produção do tipo familiar.

TABELA 2 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO E ÁREA DAS PROPRIEDADES RURAIS. CEARÁ. POSIÇÃO 1995 A 2000.

CLASSES DE ÁREA	PROPRIEDADES			ÁREA (ha)		
	1995	2000	Var. (%)	1995	2000	Var. (%)
Até 10	87.784	39.669	- 54,8	291.209	189.744	- 34,8%
500 e mais	2.355	2.485	5,5	2.658.611	2.758.479	3,7
TOTAL	168.487	134.672	- 20	7.904.576	9.343.170	18,1%

GRÁFICO 6 – NÚMERO DE PROPRIEDADES RURAIS, SEGUNDO AS CLASSES DE ÁREA TOTAL. CEARÁ – POSIÇÃO 1995, 1999 E 2000.

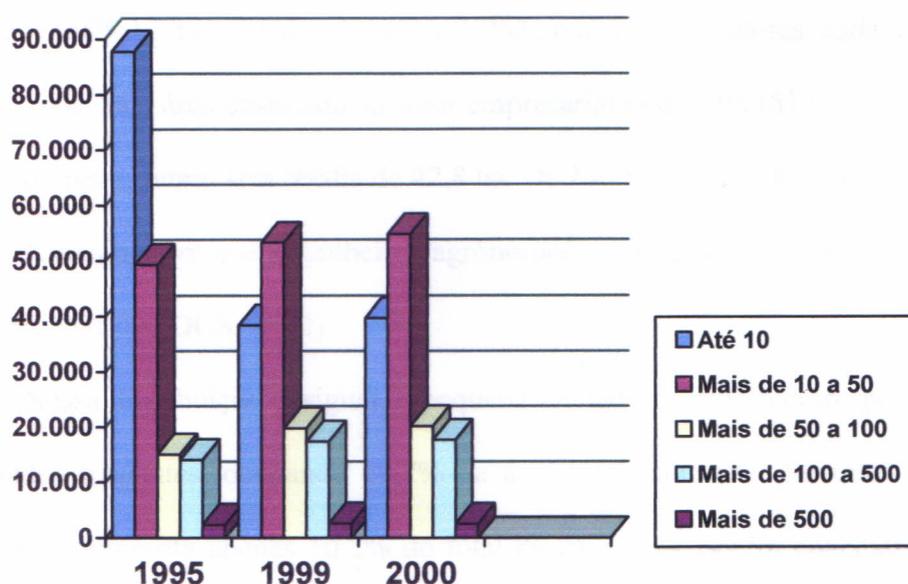
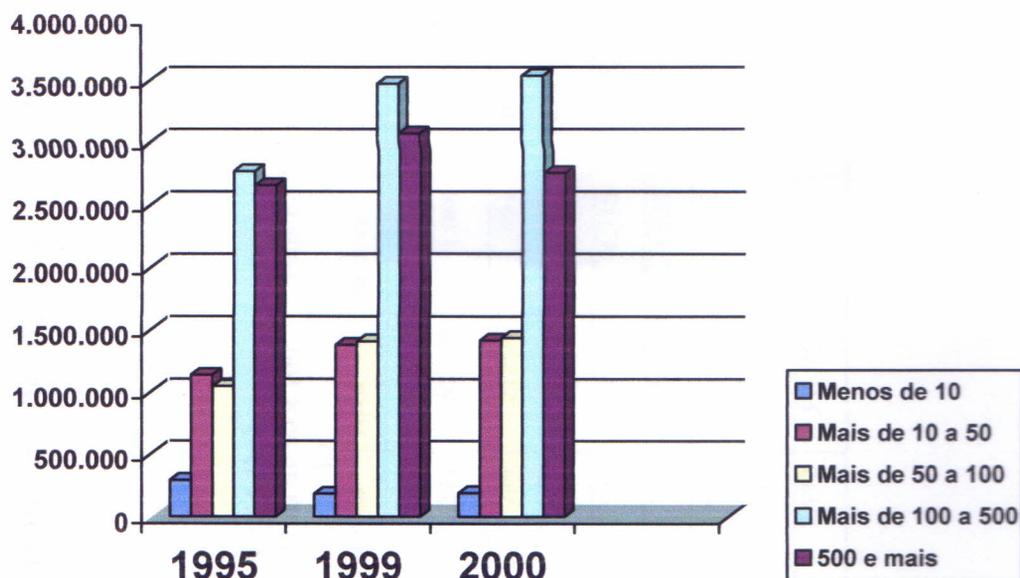


GRÁFICO 7 – ÁREA DAS PROPRIEDADES RURAIS, SEGUNDO AS CLASSES DE ÁREA TOTAL. CEARÁ. POSIÇÃO 1995 A 2000.



Fonte de Dados: INCRA.

Conforme a Tabela 4, dos cinco (cinco) principais programas de irrigação públicos do Estado, as áreas irrigadas destinadas às pequenas unidades produtivas ocupam um total de 12.979,12 ha., distribuídos entre 1.968 pequenos produtores, cada um com uma média de 6,1 ha. Já a área destinada ao setor empresarial ocupa 10.361,05 ha., distribuídos entre 242 empresas, numa área média de 42,8 ha. Os 2.421,66 ha. restantes são distribuídos entre 143 técnico-agrícolas e engenheiros agrônomos, correspondendo uma área média de 16,9 ha. (BRASIL/DNOCS, 2000).

Nessa distribuição desigual, a pequena unidade produtiva corresponde a 83,6% dos chamados irrigantes, ocupando 49,7% da área total cultivada. No outro extremo, o empresariado representa apenas 10,2% do total de irrigantes, porém concentra 40,6% do total da área cultivada.

TABELA 3– NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS POR CLASSES DE ÁREA, SEGUNDO OS AGROPÓLOS DO CEARÁ (ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DO AGRONEGÓCIO) – POSIÇÃO 2000.

AGROPÓLO	CLASSES DE ÁREA (ha)											
	Total		Até 10 ha.		Mais de 10 a 50 ha.		Mais de 50 a 100 ha.		Mais de 100 a 500 ha.		Mais de 500 ha.	
	Imóveis	Área	Imóveis	Área	Imóveis	Área	Imóveis	Área	Imóveis	Área	Imóveis	Área
Baixo Acaraú	7.044	571.959	1.485	8.214	3.065	78.840	1.243	87.070	1.086	226.026	165	171.809
Ibiapaba	8.565	295.945	4.111	18.357	3.206	76.696	744	51.937	451	88.173	53	60.782
Metropolitano	6.957	369.339	3.411	12.715	2.150	52.098	647	46.108	624	130.318	125	128.100
B. Jaguaribe	14.572	838.041	6.294	28.622	5.148	125.574	1.562	111.599	1.315	267.652	253	304.594
Sertão Central	10.044	900.561	1.815	10.267	4.602	124.039	1.737	125.733	1.631	329.163	259	311.319
Centro Sul	9.730	511.519	2.287	13.248	4.792	122.084	1.484	103.588	1.091	198.710	76	73.889
Cariri	7.936	301.368	3.778	15.564	2.853	69.810	715	49.870	543	106.784	47	59.340
TOTAL	64.848	3.788.732	23.181	106.987	25.816	649.141	8.132	531.055	5.741	1.346.826	978	1.109.833

Fonte dos dados: Anuário Estatístico do Ceará – 2000

TABELA 4 – DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS IRRIGADAS (IMPLANTADAS) DE CINCO DOS PRINCIPAIS PERÍMETROS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO NO CEARÁ, POR AGROPÓLOS E TIPO DE UNIDADES PRODUTIVAS. POSIÇÃO 2000.

AGROPÓLO	PERÍMETRO	Pequena Produção		Empresa			Técnico-Agrícolas e Eng ^o Agrônomos			
		Área (ha)	Quant.	Área Média (ha)	Área (ha)	Quant.	Área Média (ha)	Área (ha)	Quant.	Área Média (ha)
Baixo Jaguaribe	Jaguaribe-Apodi	1.815	231	7,8	1.019	20	50,9	–	–	–
	Tabuleiro de Russas	3.992	499	8,0	5.034	78	64,0	1.548	85	18,2
Baixo Acaraú	Baixo Acaraú	3.786	470	8,0	2.884	33	87,0	727	38	19,1
	Araras Norte	623	89	7,0	605	2	302,9	117	12	9,7
Metropolitano	Curu-Paraipaba	2.463	679	3,5	817	109	7,4	28	8	3,5
TOTAL		12.679	1.968	6,1	10.359	242	42,8	2.420	143	16,9

Fonte dos dados: GOVERNO FEDERAL/DNOCS.

Esse favorecimento às grandes unidades produtivas, especialmente aos grandes complexos agroindustriais, em detrimento das pequenas unidades de produção é assim analisada criticamente por Soares, reportando-se a um dos maiores empreendimentos públicos implementados pelo “Governo das Mudanças”: O Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas.

Se tornou dominante nos discursos e ações do estado, e em particular do Governo do Estado do Ceará, que este grande projeto deveria ser voltado para as grandes empresas agroindustriais e não para os pequenos produtores e trabalhadores rurais sem-terra. Ou seja, o dinheiro público que deveria ser voltado para promoção do desenvolvimento sustentável, estará sendo direcionado para o ‘desenvolvimento privatista’ de um número reduzido de grandes empresas, que estão mais interessadas nos subsídios, no crédito fácil e na garantia da propriedade da terra para futuras especulações [...] (2003, p. 2).

Os números até aqui apresentados reforçam essa análise. Na distribuição das áreas de irrigação – áreas originalmente anunciadas para fortalecer as pequenas e médias unidades de produção – a concentração recai num pequeno número de empresários, que, por sua vez, detém a propriedade dos meios de produção, da renda da terra e forte influência sobre o poder político estatal. Esse fenômeno confirma o prognóstico formulado por Leite, ainda na década de 80, de que os altos custos e as inovações tecnológicas que tais empreendimentos induzem carrega uma “contingência inarredável” o fato de que somente um pequeno número de produtores agrícolas poderá efetivamente participar dos “benefícios” que a agricultura modernizada empreende.

Com suas palavras:

Haverá sempre um conjunto maior dos que fatalmente permanecerão adotando os métodos tradicionais ou inovando muito lentamente, constituindo-se bolsões com menor participação na economia de mercado, produzindo mais para a sua própria subsistência e exigindo, para a melhoria de seus padrões de vida, atenções especiais do poder público, sob a forma de programas assistenciais de natureza apropriada a essa condição (LEITE, 1983, p. 53).

Do pessoal ocupado no Estado do Ceará, o setor agrícola absorve 30,8% dos trabalhadores. Desse total, 20% ocupam-se com o cultivo de sequeiro, que, além de contar com técnicas rudimentares de produção e estarem constantemente submetidos ao fenômeno da seca, fica na dependência de programas sociais de transferência de renda do governo.

Nesse setor, segundo confirma a SEPLAN,

[...] observam-se acentuadas flutuações causada pela seca do pessoal ocupado na agricultura, que foram de 1.218 mil em 2000, de 1.005 mil em 2001 e 1.027 mil em 2002, cuja diferença entre o máximo e o mínimo corresponde ao número de trabalhadores eventuais do setor. Na sua maioria temporários e dispõe de poucas oportunidades de emprego (2003, p. 8).

Validando esses números, o Anuário Estatístico do Ceará (posição 2002) registra que, de um total de 1.172,485 trabalhadores rurais ocupado no estado, 530.744 mil contavam com um rendimento de até $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo (s.m.) e 262.091 mil não registravam rendimento (incluindo as pessoas que receberam somente benefícios). É também nessa área em que, segundo a SEPLAN (2003; 1999), 77% da população empregada está abaixo da linha de pobreza, correspondendo a um rendimento “per capita” inferior a US\$ 65,00 mensais. No contraponto o Ceará, através dos grandes empreendimentos atraídos pelas políticas “mudancistas”, entra no cenário agroexportador mundial contando com a vantagem de seus solos que, se não serviu para melhorar a vida dos trabalhadores rurais, têm sido extremamente lucrativos para os “empreendedores” externos.

Dito de outra maneira, as políticas de desenvolvimento rural sustentável implementadas pelo “Governo das Mudanças”, longe de apresentarem saídas para

solucionar os contrastes sócio-econômicos, aprofunda-os, mudando, talvez, a sua forma, face às novas exigências do capitalismo mundial.

Nessa modernização seletiva e restritiva, admite Leite, a alternativa “possível” ao pequeno produtor seria a construção de “arranjos especiais”. Estratégias metodológicas, a fim de compatibilizar as pequenas propriedades, sem recursos, com as novas tecnologias requeridas para alavancar à modernização da agricultura. Para tanto, diz o mesmo autor, faz-se necessária mudança de mentalidade das “comunidades locais”, que, na sua leitura, são as principais “requerentes e beneficiárias” do progresso industrial rural.

Tendo em vista que o desenvolvimento se processa através de um sistema de inter-relações entre os diversos setores da economia, o setor rural requer dos outros setores e a eles tem de proporcionar certas condições, a fim de que sejam atingidos novos níveis de progresso. Assim a comunidade deve adquirir mais plasticidade, abrindo-se e adaptando-se às influências de uma sociedade com mais mobilidade de pessoas, idéias e produtos. Tem de se tornar, portanto, mais dinâmica, quebrando a rigidez de certos tipos de comportamento tradicional que freiam o desenvolvimento (1983, p. 123).

São, exatamente, as experiências dos “arranjos especiais”, que, neste estudo, nos interessa analisar, mais precisamente, os Arranjos Produtivos Locais. Estratégias que se somam ao conjunto de dispositivos político-ideológicos, que, pelo menos, nas últimas três décadas, o capital, com apoio do Estado, aciona para intensificar a exploração da renda da terra, com graves repercussões no plano ideológico/organizativo da força de trabalho que vive da atividade agrícola.

CAPÍTULO 3 – AGROPÓLOS DO CEARÁ: A “TERRA PROMETIDA” AO CAPITAL

A subordinação da economia agrícola nacional aos conglomerados agroindustriais e do agronegócio de capital “global” já havia sido protocolada no “Acordo Agrícola” da Rodada do Milênio da OMC. Em seus 21 Artigos e 5 Anexos, fica claro que os Acordos Multilaterais de comercialização agrícola visam facilitar as transações comerciais dos grupos transnacionais, restando aos demais países a adaptação às diferentes e discriminatórias imposições geradas pelos grupos empresariais e os fluxos comerciais e financeiros que eles provocam⁴¹. Decorre daí a perda para a maioria dos países do controle de instrumentos estratégicos de políticas econômicas, integrando o conjunto de medidas inauguradas entre as décadas de 70 e 80, de privatização, desregulamentação e liquidação das conquistas sociais e democráticas arrancadas pelos trabalhadores em mais de um século de luta contra o Capital.

Essa constatação não significa dizer que os Estados Nacionais e suas instituições sociais não assumam um lugar estratégico no ajuste estrutural que as relações sociais capitalistas engendram. Ao contrário, como ressalta Teixeira, o processo de mundialização, sendo um fenômeno produzido, possui uma base política, não sendo, portanto, “uma força externa que se impôs à sociedade, independente da vontade dos partidos e da vontade dos governos” (1999, p. 11).

Os efeitos advindos da mundialização da economia de mercado, particularmente para as economias em estágio dito de desenvolvimento, refletem também o grau de subordinação dos países, dos governos e dos partidos às regras estabelecidas pelo capital no interior dos “tribunais” internacionais de comércio, sem os quais não teria

⁴¹ Ver sobre o assunto BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. As regras e disciplina para o comércio agrícola internacional e a organização mundial do comércio – OMC. Brasília, 2001. 66p.

conseguido ultrapassar, com tanta facilidade, as barreiras nacionais, privatizar os espaços públicos, submeter o trabalho aos desígnios do lucro e “...destruir tão depressa e tão radicalmente os entraves e freios à liberdade deles de se expandirem à vontade e de explorarem os recursos econômicos e naturais, onde lhes for conveniente” (CHESNAIS, 1996, p. 34).

Não foi por pura coerção externa que levou, por exemplo, à homologação pelo Congresso Nacional do Decreto Legislativo que anunciava a adesão, sem restrições, do Governo Brasileiro e dos Partidos ao Consenso de Washington. Com o Decreto Legislativo N° 30, de 15 de dezembro de 1994, promulgado pelo decreto N° 1.355, de 30 de dezembro de 1994, é dada largada, no Brasil, ao aprofundamento da precarização das relações de trabalho, à deteriorização dos serviços públicos essenciais, à privatização e à transferência para grandes conglomerados econômicos, do controle de setores absolutamente estratégicos para o país, dentre os quais estão a produção e a comercialização dos produtos agrícolas, fenômeno econômico, que, no Estado do Ceará, demonstramos, mesmo que brevemente, no Capítulo 2, deste estudo.

O Artigo 1° do Decreto do Poder Executivo determina o seguinte:

A Ata Final que incorpora os resultados da Rodada de Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, apensa por cópia ao presente decreto, será executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém (BRASIL, 1994, p. 1).

O que contém os acordos produzidos nos tribunais de comércio mundial, capazes de justificar a adesão do governo brasileiro ao conjunto de seus dispositivos?

A Rodada de Uruguai, assim como a Rodada do Milênio, prossegue e amplia os dispositivos mundiais de eliminação de toda e qualquer política nacional tida como restritiva ao livre comércio e ao capital financeiro internacional. De acordo com o documento, “A Agricultura na Rodada do Milênio da OMC”, produzido em 1999, pela

bancada petista na Câmara dos Deputados os acordos definidos nas Rodadas de comércio mundial, possibilitou a liberalização, sem medida, do comércio, que aprofundou ao nível extremo a concentração, por empresas multinacionais, do comércio agro-alimentar no Brasil. A tendência, reforça o mesmo documento, é ampliação do desvinculo da “formação dos preços agrícolas do livre-mercado, supostamente perseguido, face a cartelização, em curso, neste setor”.

Reportando-se a pesquisas realizadas pela ESAL/USP, ao final da década de 90, o documento enfatiza ainda que, “atualmente, no Brasil, 17 empresas multinacionais, representando apenas 0,3% do número de empresas exportadoras agrícolas, controlam 43% das exportações brasileiras de commodities agrícolas”. No outro extremo, “4 mil empresas (70% do universo) respondem por apenas 1% das exportações agrícolas” (CÂMARA DOS DEPUTADOS/NÚCLEO AGRÁRIO DO PT, 1999, p. 12).

Foi assim e com outros dispositivos liberalizantes que se extinguiu, por exemplo, a taxa de importação de 8,4% sobre o melão, propiciando um pequeno número de grupos transnacionais controlar o comércio do melão, inclusive no Brasil, produtor em potencial. Foi assim, além de outras vantagens comparativas, que o Grupo Transnacional Del Monte – uma das três maiores produtoras de frutas do mundo – conseguiu deter 1.800 há. no Ceará, apenas com a produção do melão. É assim também que a mesma empresa controla e superexplora cerca de 1.800 trabalhadores rurais assalariados (sazonais e precarizados) diretamente envolvidos com o cultivo do melão no Baixo Jaguaribe. É assim que o grupo diversifica sua produção, expande e demarcada “seu território”, além de manter subordinada econômica e politicamente a pequena produção que integra os chamados elos complementares dos *Clusters* Agrícolas.

É assim que pouco a pouco empresa norte-americanas, holandesas, portuguesas, alemãs, dentre outras “redescobrem” o Brasil, expandindo progressivamente a exploração e

expropriação de nossos solos e da maior parte da renda da terra, obtida com a força de trabalho agrícola. Terra e renda lhes foram prometidas pelos sucessivos governos brasileiros, intensificando-se, na circunstância histórica atual, com o amplo aval dos seus sócios metropolitanos, que, no Brasil, têm no “Governo das Mudanças”, uma das mais destacadas expressões.

Como mostramos no Capítulo anterior, o Ceará, entre as décadas de 90 e início do novo século, é marcado pela consolidação na direção do aparelho público estatal de setores vinculados ao empresariado, processo que se acompanha do investimento nos programas de atração de empresas, de interiorização da indústria, de desregulamentação do Estado e, como efeito, da perda do controle de setores econômicos estratégicos para o capital, sob o rótulo da parceria e das alianças estratégicas.

É verdade que, para o sucesso dessa empreitada, o Estado sempre necessita acionar inúmeros dispositivos, sejam eles repressivos, sejam ideológicos para subjugar, submeter e, na melhor das hipóteses, comprometer “pacificamente” os trabalhadores e suas organizações com os empreendimentos requeridos pelo capital. Na história passada ou presente, na fase progressiva, de crises cíclicas ou de crise estrutural do capital, o estado continua sendo o penhor das relações sociais capitalistas. Ou seja, continua sendo “o penhor da distribuição cada vês mais desigual da propriedade que este sistema enseja” (BRAVERMAN, 1987, p. 242).

Neste capítulo, pretendemos resgatar alguns dispositivos político-ideológicos acionados pelo “Governo das Mudanças”, para o sucesso do programa de atração de investimentos e de integração dos espaços socioeconômicos e geográficos cearenses no ajuste estrutural do capital mundial. Nosso foco de análise são os Agropólos (áreas de concentração do agronegócio) e, particularmente a agricultura irrigada, “carro-chefe” da economia cearense neste início de século. Destacamos, para efeito de análise, a relação

entre os programas públicos de irrigação e os grandes complexos agroindustriais, os APL's e as empresas do setor, especialmente as chamadas empresas-âncoras.

Cumpr-se destacar que, ao situarmos os Agropólos e os seus programas de irrigação, lembramos que o desenvolvimento rural focalizado nos sistemas irrigados não é uma ação institucional em estágio inicial de desenvolvimento como nossos governantes tentam nos fazer acreditar. O foco na irrigação como opção político-estratégica de desenvolvimento rural tem pelo menos três décadas, se inicia quando o Brasil ainda era governado pelos militares e o Ceará dominado política e economicamente pelo "coronelismo". Destacamos, ainda, que os sistemas de irrigação, como alternativa às vicissitudes climáticas do nordeste brasileiro, já foram anunciadas há mais de três séculos, quando a riqueza nacional era resultado da força de trabalho escrava e o poder político centrada na monarquia. Foi no século IX, mais precisamente na grande seca nordestina de 1877, que o Governo Imperial, através de uma Comissão nomeada pelo Imperador, recomenda, pela primeira vez, o sistema de irrigação, como alternativa às constantes estiagens que naquele ano dizimou em torno de 500 mil vidas no Nordeste. No espaço de tempo entre as recomendações da Comissão Imperial e a construção das primeiras grandes obras de engenharia em irrigação, foram elaboradas leis, decretos, portarias, regulamentações, criando e recriando instituições⁴². Precisou, porém, quase um século para surgirem as primeiras grandes iniciativas pública de irrigação que deram, mais tarde, ao Estado do Ceará e ao Baixo Jaguaribe, em particular, a condição de importante pólo de atração de investimentos e a construção daquilo que viria a ser, ao final do século XX e

⁴² Dentre as instituições criadas destacamos: Comissão de Açudes e Irrigação (1904), extinta em 1906; Superintendência de Estudos e Obras contra os efeitos da Seca (1906), extinta em 1907; Restauração da Comissão de Açudes e Irrigação (1907); Inspetoria de Obras Contra as Secas - IOCS (1909), alterada para IFOCS (1919); Regulamentação da "Caixa Especial" das Obras de Irrigação de Terras Cultiváveis no Nordeste (1920), extinta em 1924; Comissão Técnica de Reflorestamento e Postos Agrícolas do Nordeste (1932); Diretrizes para o Plano de Defesa contra as Secas, com uma linha poligonal para obras contra as secas, incluindo o quinto sistema, o Apodi (1936); Comissão de Estudos do Rio São Francisco (1938); Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS (1945); Conselho de Desenvolvimento do Nordeste - CODENO (1959), e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE (1959). Nesse período foi também criado o Banco do Nordeste do Brasil (1952).

início do novo século, a “terra prometida ao capital” – os Agropólos, especialmente, às áreas destinadas aos programas de irrigação.

3.1 A “Terra Prometida”

Conta os textos bíblicos que Deus teria prometido aos “filhos de Israel” uma terra por Ele mesmo aparelhada, “que mana leite e mel, a qual é excelente entre todas as terras”. No Ceará acontece algo similar, a diferença é que o deus das “mudanças é muito mais generoso do que o Deus de Moisés. A “Terra Prometida” conta, no Ceará, com um percurso garantido e um “pouso seguro”. É bem verdade que nessa diáspora que começa em terras norte-americanas e países europeus, alguns obstáculos aparecem, porém os deuses que governam os estados brasileiros não poupam esforços para removê-los.

Como já podemos nos reportar no capítulo anterior, em 2003, os trabalhadores rurais sem-terra ocupam o cenário político nacional, desvelando a permanência das políticas agrícolas anti-sociais no Brasil. As manifestações que, com diferentes conotações, acontecem simultaneamente em várias partes do país é o retrato dos desafios postos ao então recém eleito governo Luis Inácio Lula da Silva, que, diga-se de passagem, emerge das esperanças e resistência dos trabalhadores da cidade e do campo contra uma história de descaso dos governos às problemáticas sociais do país.

Na contramão das expectativas populares, nos primeiros meses de 2003, o Governo Federal ocupa os principais noticiários do país, denunciando o caráter político das ocupações dos trabalhadores rurais, cujo “radicalismo”, ressaltavam os agentes governamentais, seria prejudicial à política nacional de atração de investidores.

De certo, o “radicalismo” ao qual se referia o governo brasileiro, se contrapõe, na prática, ao compromisso governamental com os “investidores”, que, confirmando um quadro de subserviência, não consegue escapar das medidas adotadas nos “Acordos

Multilaterais do Comércio”, compromisso já firmado, em meados da década de 90, pelo Governo “Mudancista” no Ceará e ratificado nos primeiros anos do novo século.

Conforme a publicação de 1997 da revista Gazeta mercantil, “uma das preocupações do governo cearense é evitar a concentração de indústrias do mesmo ramo numa mesma cidade, para inibir o surgimento de sindicatos operários fortes”. E acrescenta: “no jogo da sedução das empresas de fora, um dos argumentos do Secretário da Indústria e do Comércio é a “paz sindical” predominante no Ceará (1997, p. 9). No ano anterior, essa perspectiva é enfatizada na Revista Plenária, da Assembléia Legislativa do Ceará.

Com uma manchete intitulada “FDI e charme atraem Empresas”, a revista realça o depoimento do então Secretário de Indústria e Comércio, Raimundo Viana:

O sindicalismo no Ceará, segundo Viana, é um fator de atração para as empresas. “Temos um sindicalismo competente, de custo-benefício, que mantém um diálogo construtivo com o empreendedor, em vez da hostilidade do sindicalismo do ABC paulista ou do Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul, compara o Secretário. Segundo ele, “o operário no Ceará é muito dedicado, interessado. O Sindicato no Ceará está amadurecido e sabe que tem que existir uma parceria com o empreendedor (...). Apesar da pouca tradição industrial do Estado, o talento artesanal da população é transferido com bons resultados para a atividade na indústria”. O Secretário informa que os donos da Vicunha, da Algesa e da Grandene, empresas instaladas no Ceará e em outros Estados, afirmam que os operários da unidade cearense são os que obtêm melhor produtividade em relação as congêneres (Plenária, 1996, p. 19-20).

Esses sinais tranquilizantes são reafirmados, em 1999, quando da elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável para o quadriênio 1999-2002, e, em 2003, quando da presença do então recém-eleito Governador Lúcio Alcântara no Latin American Leadersh, em Washington, nos EUA.

Diz a SEPLAN, no Plano de Desenvolvimento Sustentável.

O otimismo e a confiança que surgem de uma reputação fundamentada no cumprimento dos compromissos assumidos, na concepção de um planejamento estratégico, na crença da força da livre iniciativa como

geradora de riquezas e do pluralismo democrático atraem e fortalecem parcerias e asseguram a realização de uma gestão compartilhada (1999, p. 2).

Na mesma direção, enfatiza o Governador Lúcio Alcântara, em Washington.

A economia brasileira, (...) se tornou uma espécie de “porto seguro” da incerteza no cenário internacional. Quase todos os indicadores da conjuntura mostram que o Brasil honra seus compromissos externos e internos, conseguindo reduzir o risco-país, gerar superávits no comércio exterior e voltar a atrair capitais em condições favoráveis, há razões para crer que investir em áreas novas no Brasil com fronteiras sem barreiras, onde a logística e as vantagens locacionais fazem a diferença, pode valer muito a pena, assim como tomar tempo e dinheiro para as oportunidades que temos a oferecer (CEARÁ/PORTAL DE SERVIÇOS E INFORMAÇÕES, 2003, p. 6)⁴³.

Sem dúvida, o Governo “mudancista” no Ceará não só tem honrado seu compromisso com as agências multilaterais e empresas transnacionais, como tem sido ator fundamental para facilitar, ao máximo, a penetração do capital na exata medida definida nos “tribunais de comércio”.

Na esteira dos compromissos assumidos, ao final da década de 90, o Governo do Estado anuncia a eliminação, até o final de 2002, de 90 a 100 mil postos de trabalho diretamente vinculados à atividade agrícola. Quadro, aliás, posto pelas instâncias governamentais, como um “padrão normal do processo histórico de desenvolvimento econômico”⁴⁴, reconhecendo, contudo, que representa uma ameaça à governabilidade.

Nas palavras da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ceará – SDR,

De um modo geral, a política agrícola cearense será voltada, no curto prazo, para os investimentos destinados ao aumento de produção e de produtividade simultaneamente. Sabe-se que a modernização implica liberar mão-de-obra das atividades diretamente produtivas. Serão fomentadas

⁴³ Discurso proferido em 06 de setembro de 2003. Disponível em http://ceara.gov.br/noticias_detalhes.asp/s/TipoConsulta=mensagemovernador&nCodgoNoticia=981.

⁴⁴ A citação mencionada refere-se aos estudos realizados pelo Prêmio Nobel em Economia Simon Kuznets (1984). Sobre o assunto ver SDR/CE. Rumo ao desenvolvimento rural sustentável – II plano indicativo de desenvolvimento rural do Ceará – 1999 – 2002, 1999, p. 5).

outras ocupações no quadro rural, de natureza não-agrícola (1999, p. 23, grifo nosso).

Vê-se que é a própria SEPLAN que admite as características excludentes da “globalização” e, como tal, da modernização em curso nas áreas rurais. Na versão das políticas governamentais, a modernização e a introdução de “inovações” tecnológicas na agricultura não combinam com a absorção da força de trabalho disponível. É o que indica claramente o mesmo documento.

O problema do desemprego e do subemprego tem sido o tema principal dos governantes e da comunidade internacional nos últimos anos. A substituição maciça do homem pela máquina tornou-se uma ameaça para os países com excesso de pessoas em busca de emprego. A mesma ameaça estende-se a agricultura do Ceará, que sente necessidade de mudar tecnologicamente para sobreviver num mundo globalizado, sem gerar desemprego (SEPLAN, 1999, p. 23).

No mesmo ano, o governo antecipa o lugar reservado à maioria da força de trabalho cearense em seu programa de modernização rural. Também revela as bases político-ideológicas nas quais se apóiam tais políticas modernizantes.

A experiência mundial nos mostra que o crescimento econômico não garante, necessariamente, a redução das desigualdades sociais nem da pobreza, em níveis aceitáveis. A sustentabilidade social pressupõe assegurar às pessoas a condição de cidadania de acesso aos bens e serviços essenciais e a inserção no mercado de trabalho. Requer como pré-condição, principalmente, a elevação dos níveis de produção e de qualificação da população (SEPLAN, 1999, p. 8, grifo nosso).

Contudo, na análise da Secretaria, as atuais condições de pobreza e de indigência a que está submetida um grande contingente populacional do meio rural cearense, além de ser um obstáculo ao alcance das metas governamentais, impedem que seja beneficiada com as conquistas alcançadas no estado com a modernização da agricultura. Nas suas palavras, a “grande maioria da população rural não está preparada

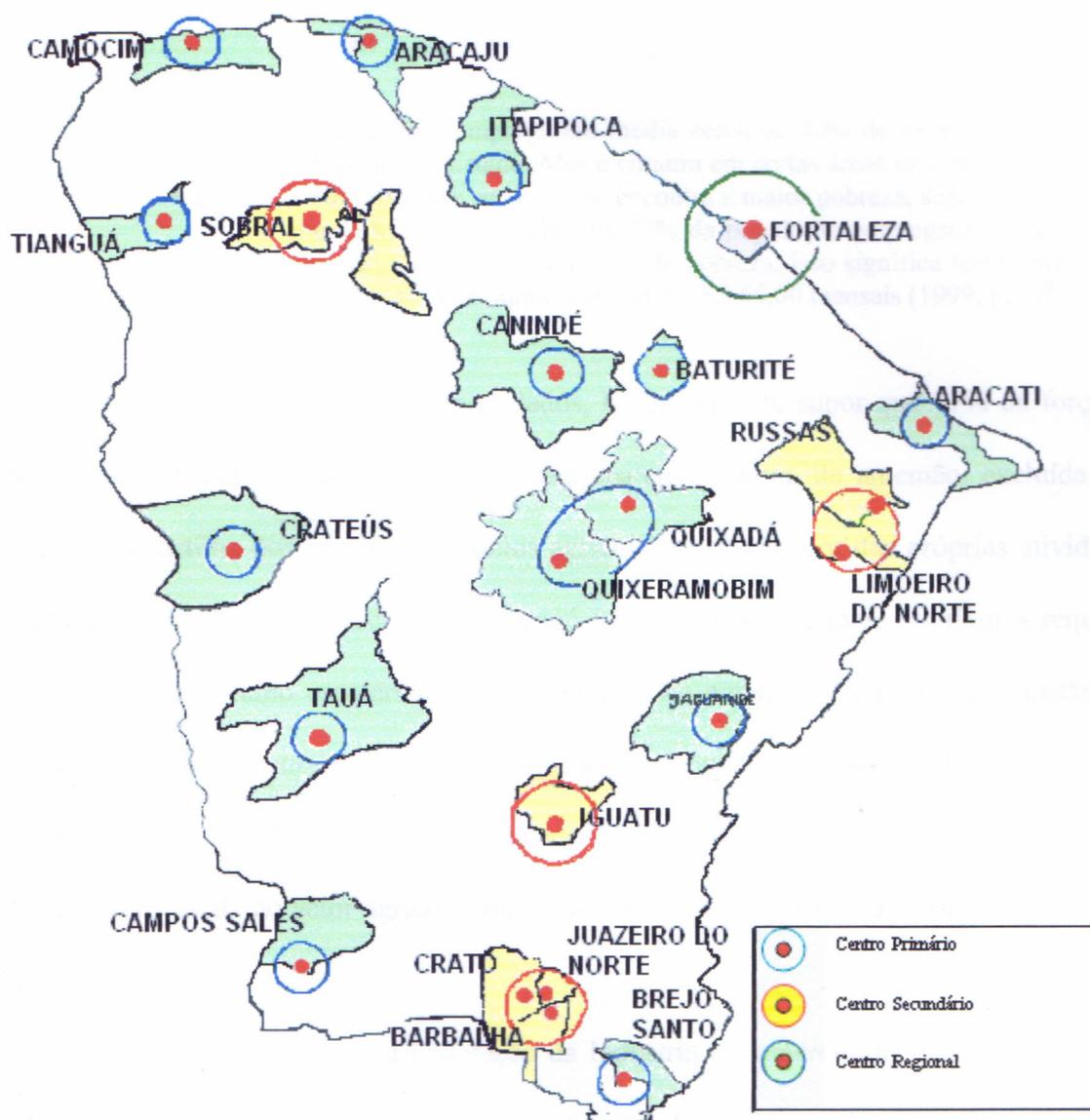
para absorver os benefícios provocados pelo crescimento da economia e das novas oportunidades de investimentos que estão surgindo no Estado do Ceará" (Idem, p. 64, grifo nosso).

Como alternativa apresenta a urbanização de determinadas cidades localizadas nas proximidades das áreas agrícolas, enquanto tenta introjetar a idéia de que serão as pequenas cidades urbanizadas o lugar em que se realizarão as grandes transformações e a realização do emprego. Estrategicamente visa impedir a retomada do processo migratório para as cidades metrópoles, através da política de desconcentração espacial do desenvolvimento socioeconômico, também denominada Rede de Cidades Estratégicas⁴⁵ (Ver Figura 3).

Para o Governo do Estado, as "Cidades Estratégicas" integram os municípios hierarquizados como indutores de mudanças tanto, na espacialização das atividades econômicas, como na construção de oferta de serviços. Ou seja, são cidades que, ainda, segundo as instâncias governamentais, estariam ocupando outras atividades que não as diretamente vinculadas aos bens originários da terra, integrando na sua dinâmica produtiva, a agropecuária moderna, baseada em *commodities* e articuladas às agroindústrias; as atividades não-agrícolas ligadas à moradia, ao lazer, e as atividades industriais e de prestação de serviços, bem como "novas" atividades agropecuárias localizadas em nichos de mercado. Enfim, cidades que, segundo a propaganda oficial, estariam com capacidade de absorver a força de trabalho "liberada" da atividade diretamente agrícola.

⁴⁵ Dos 22 municípios hierarquizados, Fortaleza corresponde ao Centro Econômico Primário; Limoeiro do Norte, Russas, Iguatu, Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte correspondem ao Centro Econômico Secundário. Os 15 municípios restantes passariam a corresponder ao Centro Econômico Regional. Vale salientar que, essa divisão está relacionada muito mais à dinâmica produtiva dos municípios do que ao tipo de atividade.

**FIGURA 3 – REDE DE CIDADES ESTRATÉGICAS
(HIERARQUIA DAS CIDADES). CEARÁ, 2003**



É preciso lembrar que essa população pobre, indigente, analfabeta e “desqualificada”, portanto, despreparada para absorver as oportunidades abertas no Estado com a política de investimentos na agricultura, é exatamente a mesma que, segundo a própria SDR, integra o maior contingente de pessoas que trabalha no Estado. Corresponde

empregados na produção do melão, melancia, mamão, abacaxi, banana, uva e manga são analfabetos e só trabalham informalmente (2003, p. 2).

Vale ressaltar que as cadeias produtivas citadas pela FIEC são exatamente aquelas que aparecem nos documentos governamentais, como os principais produtos do agronegócio irrigado, que, diga-se de passagem, são majoritariamente controlados pelas maiores empresas do setor, também chamadas empresas-âncoras. São empresas que detêm recursos financeiros e o arsenal técnico-científico para enquadrar-se às exigências e intransigentes normas do mercado mundial, em especial do mercado europeu, destino da maior parte do que é produzido na agricultura irrigada do Ceará⁴⁷.

Dito de outra maneira, a pauperização, o analfabetismo e a baixa qualificação da força de trabalho rural não foi empecilho para transformar a melhor parte do solo cearense em um “canteiro de obras” para usufruto dos “investidores”, contudo foram suficientes para manter os trabalhadores rurais, sejam eles assalariados ou pequenos produtores dependentes à lógica excludente que comanda o mercado mundial e subjugados aos grandes conglomerados agroindustriais em função dos quais são estruturadas as “Redes de Cidades Estratégicas” e os Agropólos.

3.2 Os Agropólos: a promessa (des) integradora

⁴⁷ Para garantir a exportação da produção realizada em território cearense, os produtos são submetidos ao Protocolo Europeu dotado de poder de certificação no agronegócio – a EUREPEGAP (Eurep – Euro Retailer Produce Working Group / GAP – Good Agricultural Practice, Sendo a Europa o principal destino da produção de frutas frescas produzidas no Brasil, para que seus produtores possam obter o selo de conformidade, precisam comprovar ter experiências em Produção Integrada de Frutas, cujos critérios constam nas Diretrizes Gerais e Normas Técnicas Gerais para a Produção Integrada de Frutas, oficializadas por intermédio da Instrução Normativa N° 20, publicada no Diário Oficial da União – DOU, no dia 15 out. 2001, Regulamento de Avaliação da Conformidade – RAC, definições e conceitos – PIF, Regimento Interno da Comissão Técnica – CTPIF, Formulário de Cadastro – CNPE e outros componentes. Ver também sobre o assunto *Semana Internacional da Fruticultura, Floricultura e Agroindústria – FRUTAL*, 2004. Fortaleza. *Anais....Fortaleza: Instituto Frutal/FIPP, 1998, CD-ROM*.

Há um consenso de que o sistema de irrigação e o arsenal tecnológico que o acompanha exercem papel fundamental para o aumento da produtividade agrícola. Dentre os benefícios do sistema, estariam a maior qualidade e padronização dos produtos agrícolas, permitindo a abertura de novos mercados, e a produção de culturas nobres (tomate, frutas e sementes), possibilitando elevar a renda do produtor rural. Soma-se a isso a possibilidade de integrar regiões serranas e semi-áridas no processo produtivo agrícola nacional, em grande escala.

Em que pese não sermos especialistas no assunto, temos de concordar, com base na literatura especializada e em observações empíricas, que em algumas áreas focais do semi-árido cearense, frutas, flores e hortaliças brotam da terra como num encanto. Contudo, não precisa ser um especialista para constatar que tais conquistas não se destinam ao atendimento das necessidades da maioria da força de trabalho que vive da atividade agrícola, também não visam alterar a velha concentração de terras que marca a história do Nordeste brasileiro. Utilizando-nos das palavras de Soares, as áreas destinadas à agricultura irrigada, são áreas com potencial de acumulação do capital. “onde o Estado socializou os custos necessários a essa acumulação” (2002, p, 103).

De acordo com os objetivos proclamados pelas instâncias governamentais, os Agropólos representam a grande e inovadora estratégia do “Governo das Mudanças” para impulsionar a agricultura irrigada. A divisão geográfica do Ceará em Agropólos estaria visando a otimização da produção agrícola irrigada, com foco nos potenciais de cada micro-região: flores, no Agropólo Ibiapaba; melões, no Agropólo Baixo Acaraú; coco e pimenta, no Agropólo Metropolitano; manga, no Cariri; melão, banana e mamão, no Agropólo Baixo Jaguaribe, e o estímulo a produção de culturas tradicionais por produtos de alto valor agregado no Centro Sul. Na sua dimensão política, os Agropólos são

apresentados pelo Estado como instrumento da “população” rural para capacitar, desenvolver a região e coordenar os elementos de desenvolvimento local.

Em síntese, os agropólos são áreas de concentração do agronegócio, onde se encontram grandes projetos públicos e privados de irrigação, as principais cadeias produtivas agrícolas, com potencial na análise de mercado, e as mais exitosas (sob a ótica empresarial) experiências de arranjos produtivos.

São 7 (sete) Agropólos, abrangendo 80 dos 184 municípios do estado, ou seja, um terço do território (ver Figura 4). A sua área de abrangência revela, por si só, os limites da política modernizadora do estado, ao excluir de partida 70% do território e 104 municípios dos benefícios do “desenvolvimento”. Se considerarmos seus objetivos estratégicos a área de atuação do “desenvolvimento” restringe-se ainda mais. Os agropólos visam, fundamentalmente, a agricultura de irrigação, sob a ótica do agronegócio, espalhada em alguns pontos focais do território cearense (ver Figura 5).

Para administrá-los foi criado, em 2002, o Instituto Agropólos do Ceará, moderna Organização Social de caráter privado, cuja missão seria atrair investidores, fomentar negócios e promover a aproximação entre pequenos, médios e grandes produtores.

Sobre a experiência dos Agropólos, analisa a SEPLAN:

[...] O Ceará está transformando as vantagens competitivas naturais em oportunidades concretas de negócios, caracterizando-se, também pela diversificação de produtos agrícolas de alto valor agregado. Isso, por contar com o apoio de parcerias de instituições públicas e privadas, ter construído sólida imagem entre os investidores nacionais e internacionais, empregar avançada tecnologia de produção e ser capaz de gerar divisas, emprego e renda (2002, p. 5, grifo nosso).

Aqui a SEPLAN responde quem, na realidade, absorve os "benefícios" das novas oportunidades de investimentos que estariam surgindo no Estado, haja vista que, em

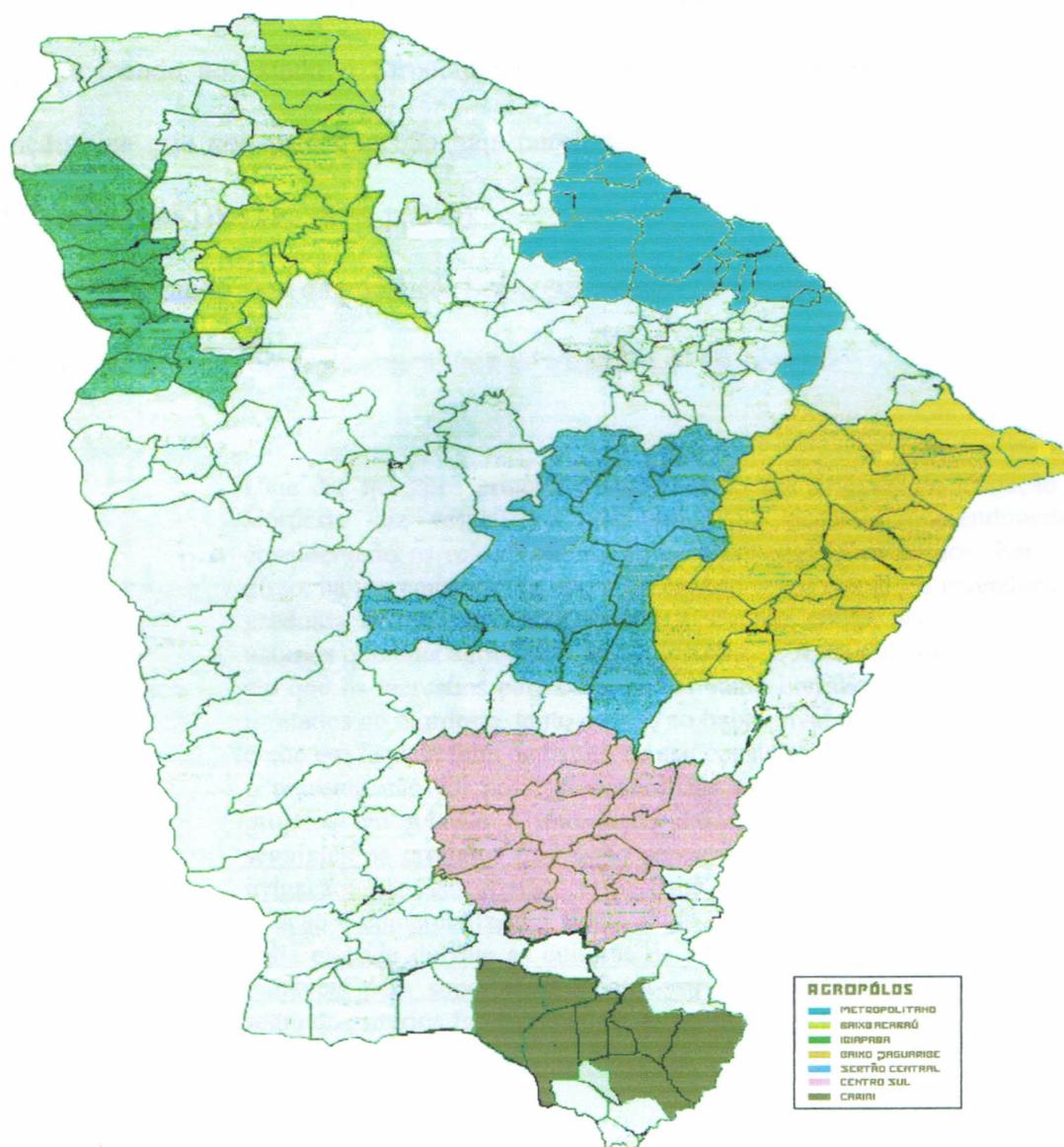
sua análise, a maioria da força de trabalho rural cearense estaria “despreparada” para absorvê-los.

Atualmente são 14 (quatorze) projetos públicos de irrigação, em nível diferenciado de funcionamento e de investimento do estado e da iniciativa privada (ver Figura 5). Segundo o DNOCS (2000), nessas áreas, geram-se 45,5 mil empregos diretos e absorvem 3.835 irrigantes, dentre os quais estão incluídos pequenos produtores, empresários, engenheiros agrônomos e técnico-agrícolas. Dos projetos públicos de irrigação se destacam o Projeto Jaguaribe-Apodi e o de Tabuleiro de Russas, no Agropólo Baixo Jaguaribe; o Projeto Acaraú e o Araras-Norte no Agropólo Baixo Acaraú, e o Projeto Curu-Paraipaba, no Agropólo Metropolitano, juntos totalizando 2.353 irrigantes, correspondendo a 61,3% do total, com uma área cultivada de 25.461,7 ha.

Na intensa atividade que mobiliza os agropólos coabitam a agricultura familiar (de sequeiro) e a agricultura irrigada; as pequenas, as médias e as grandes propriedades, o capital e o trabalho, que, sob circunstâncias diversas, se relacionam, tendo na agricultura de irrigação o “carro-chefe” e, nas áreas que margeiam os programas públicos e privados irrigados, a força de trabalho necessário para transformar o produto da terra em lucro.

São crianças, jovens, homens e mulheres, que diariamente se deslocam das áreas cobertas pela vegetação da caatinga para integrar-se às áreas irrigadas, seja no trabalho diretamente vinculado à agricultura e/ou agroindústria, seja na condição de diarista, de assalariado permanente, temporário ou sazonal. São crianças, jovens, homens e mulheres que costumam se misturar às complexas relações de trabalho e de propriedade que se forjam face à reestruturação produtiva em alguns pontos luminosos (usando a expressão de Milton Santos) do semi-árido cearense.

**FIGURA 4 - AGROPÓLOS DO CEARÁ
(ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DO AGRONEGÓCIO)**



3.3 A “empresarialização” dos programas públicos de irrigação no “novo” modelo “integrado” de desenvolvimento

Ao final da década de 70, o Banco do Nordeste, num estudo sobre a industrialização no Nordeste brasileiro, enfatiza que a viabilidade dos Programas Públicos de Irrigação estariam, intimamente, associado à atração de indústrias e de agroindústrias

para suas proximidades. Nessa análise, o mercado consumidor interno não teria demanda para produtos com elevada produtividade, como aqueles produzidos em nível de irrigação. Para o banco, a alternativa seria a criação de um pólo industrial nas áreas dos projetos de irrigação, cabendo ao estado o fornecimento regular de matérias-primas às indústrias, “condição *sine qua non* para que não haja paralisação de suas atividades operacionais” (BANCO DO NORDESTE, 1978, p. 256).

Reforçando esse diagnóstico, Leite, em meados da década de 80, sintetiza o real significado das grandes obras de engenharia de irrigação no Nordeste.

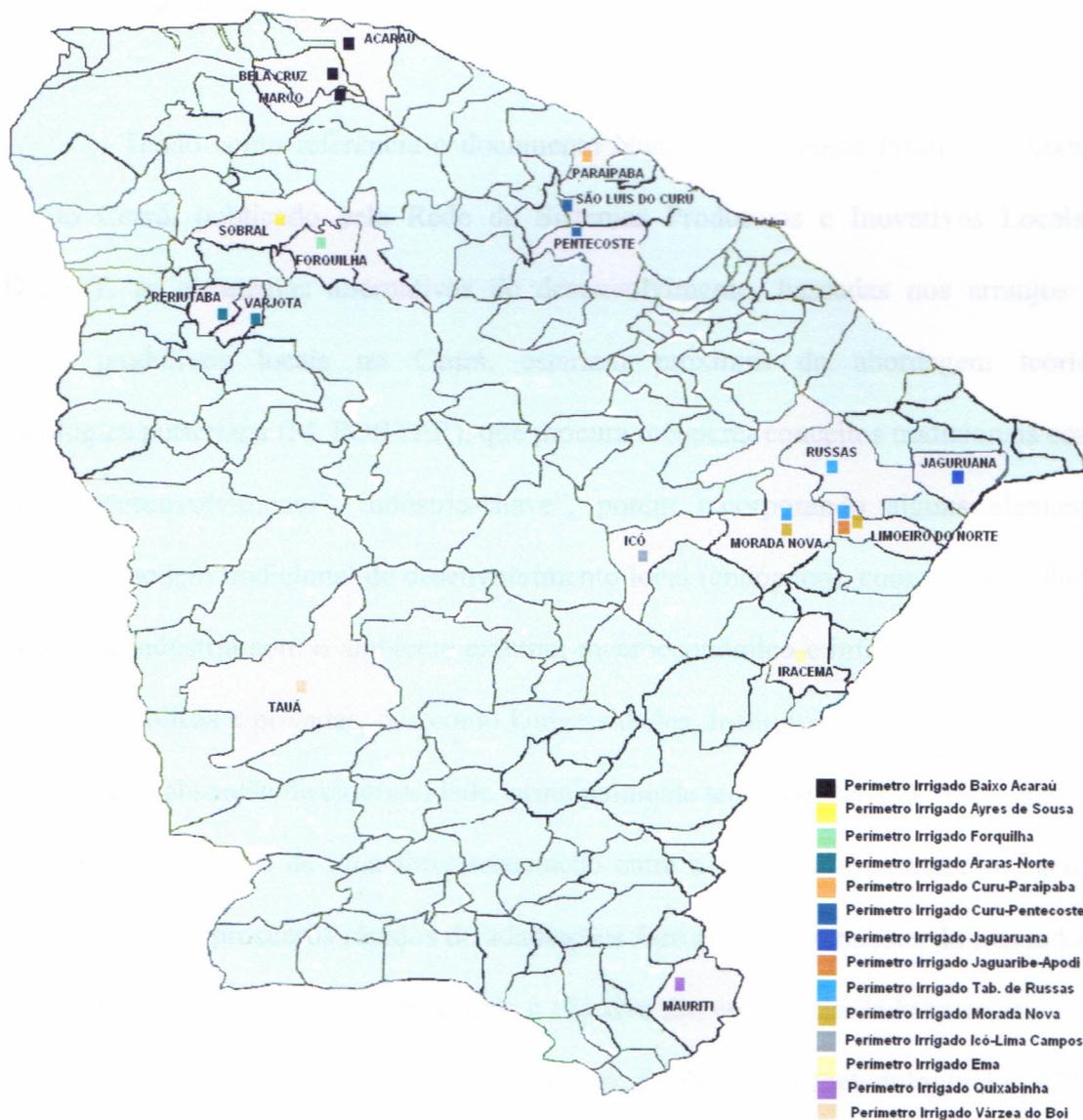
Uma das questões principais com relação aos projetos de irrigação do Nordeste diz respeito à economicidade desses empreendimentos, considerando os relativamente altos investimentos requeridos. Em vista disso, há um consenso de que é necessário o uso das áreas irrigadas com produtos de elevada rentabilidade a fim de compensarem os gastos naturais que uma agricultura desse tipo requer. A dificuldade está, porém, em que os mercados para os produtos como hortaliças e frutas são bem limitados no Nordeste, tanto devido ao baixo nível de renda da população como em face da falta de hábito no seu consumo. Por essa razão é que até o presente não foi possível concretizar os planos previstos para esses projetos em relação à introdução das mencionadas culturas. São os seguintes os produtos que estão sendo prioritariamente explorados sob irrigação: algodão, feijão, arroz, que são menos problemáticos com relação à comercialização. Trata-se de produtos com produtividade bem mais elevada do que as culturas de sequeiro, mas não suficientemente rentáveis para suportarem a infra-estrutura dos mencionados projetos, segundo critérios fundamentalmente econômicos (1984, p. 161-162, grifo nosso).

Quais serão, então, as conclusões desse raciocínio?

Em primeiro lugar, deve o estado desestimular a produção de culturas tradicionais, em favor de culturas com “potencial de mercado”, em segundo lugar, deve-se estimular os setores produtivos com acesso ao mercado agroexportador e com recursos para dotar a agricultura de irrigação do arsenal técnico-científico e tecnológico necessários, a fim de que sejam elevadas a produtividade, a qualidade e a rentabilidade das operações. Para articular os dois objetivos deverá o estado transformar parte das áreas rurais em pólos

de desenvolvimento industriais e agroindustriais, a fim de atrair “investidores” e inserir o Estado no cenário competitivo mundial.

FIGURA 5 – DISTRIBUIÇÃO DO PERÍMETROS IRRIGADOS PÚBLICOS DO CEARÁ, DE ACORDO COM OS MUNICÍPIOS



Logo, como analisa Soares, os “atores sociais escolhidos para cumprir essa nova tarefa não serão mais os pequenos capitalistas locais, pois somente o grande capital

apresenta as credenciais para sua realização” (2002, p. 106). Também não são os pequenos produtores do tipo familiar, uma vez que a produção deixa de ser a produção para o autoconsumo para integrar-se ao intercâmbio capitalista, no interior do qual as economias nacionais não exercem qualquer controle.

3.3.1 Arranjos Produtivos Locais: os “arranjos especiais” de sobrevivência das pequenas unidades produtivas

Tendo como referência o documento Núcleos e Arranjos Produtivos Locais: casos do Ceará, publicado pela Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais – REDESIST, as estratégias alternativas de desenvolvimento, baseadas nos arranjos ou sistemas produtivos locais no Ceará, estariam próximas da abordagem teórico-metodológica porteriana (M. PORTER), que procura recuperar conceitos tradicionais como “pólo de desenvolvimento”, indústria-chave”, porém incorporando alguns elementos ausentes no modelo tradicional de desenvolvimento local (endógeno), como (i) articulação sistêmica da indústria com o ambiente externo, macroeconômico e infra-estrutural, e com instituições públicas e privadas, tais como Universidades, Institutos de Pesquisa etc, a fim de maximizar a absorção de externalidade, principalmente tecnológicas; (ii) plasticidade na ação conseguida através de uma forte associação entre a indústria e os atores e agentes locais, que permita processos rápidos de adaptações face às transformações do mercado; e (iii) forte vocação externa, sempre buscando o objetivo das competitividade exterior.

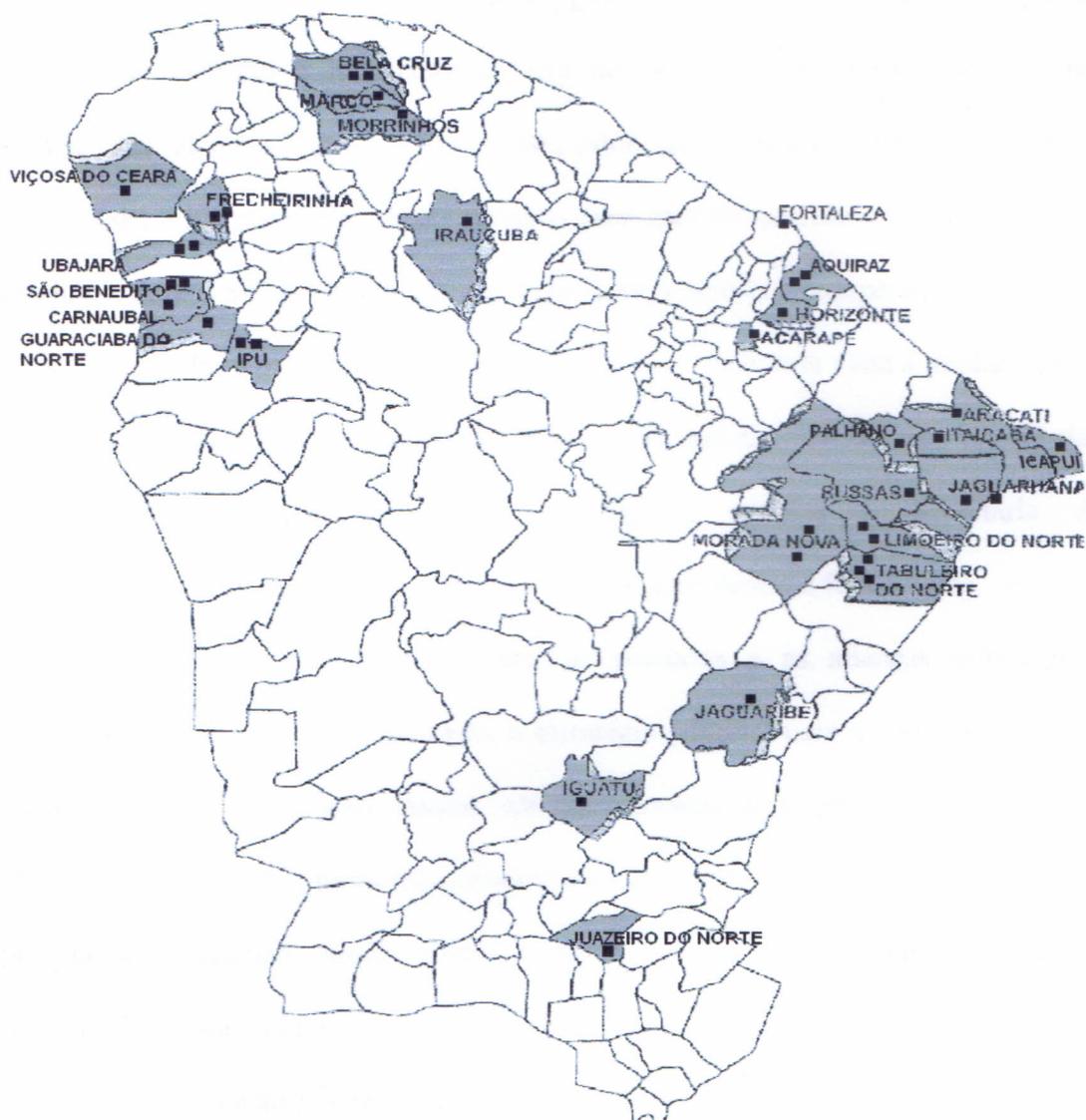
A gestão integrada de desenvolvimento, focalizada na metodologia dos APL's e das Cadeias Produtivas Integradas coloca como condição, para a sobrevivência das pequenas unidades de produção, a sua auto-organização, como efeito deve dispensar a intervenção direta do aparelho estatal. Com o afastamento do estado, como executor do

conjunto de políticas necessárias às pequenas unidades produtivas modernizadas, resta-lhes a sua integração às ações sistêmicas do *agribusiness*, que pressupõem a sua dependência às grandes empresas líderes de mercado e detentoras do arsenal técnico-científico necessário para a rentabilidade das operações que a agricultura tecnificada requer.

Segundo o IPECE, o Estado do Ceará conta hoje com 37 (trinta e sete) APL's distribuídos em 26 (vinte e seis) municípios, dentre os quais 23 (vinte e três) encontram-se em funcionamento, concentrando 6.861 produtores e gerando algo em torno de 35.828 empregos diretos. Desse total, em estudos realizados pelo Centro de Estratégias de Desenvolvimento do Ceará – CED constatou-se que as atividades produtivas teriam surgido a partir de sua auto-organização, isto é “sem a intervenção ou fomento do Poder Público”. Nesses arranjos, o CED teria confirmado a “existência de 6.861 pequenos produtores agrupados em pequenos núcleos e nas mais diversas áreas, gerando mais de 35.000 empregos diretos, que tiveram ‘custo zero’ para o Estado”. Porém, no mesmo estudo é enfatizado que os arranjos mais bem sucedidos no Ceará são aqueles que se articulam com instituições públicas e privadas, como a SEBRAE, secretarias de governo, centros tecnológicos, universidades, associações de classes, associações comerciais, empresas privadas, centros de treinamento e capacitação. Nessa condição foram identificados 1 (um) em emergência e 10 (dez) em ascensão, dentre os quais o APL da fruticultura irrigada do Projeto de Irrigação Público Jaguaribe-Apodi. Os 12 (doze) restantes estariam estagnados e/ou declínio (Ver Figura 6) ⁴⁸.

⁴⁸ Ainda segundo o IPECE, a maioria das unidades produtivas encontradas nessas aglomerações é composta por micro e pequenas empresas, havendo, em alguns casos, a presença de empresas de médio porte que, muitas vezes, exercem o papel de liderança de mercado. Os 26 APL's analisados pelo Instituto estão concentrados nos seguintes municípios, setor produtivo, número de produtores e empregos diretos: Acarape (confeccões, 4 produtores e 513 empregos diretos); Aquiraz (confeccões e artesanato diverso, 643 produtores e 650 empregos diretos); Aracati (camarão em cativeiro, 37 produtores e 70 empregos diretos); Bela Cruz (Móveis e cachaça, 30 produtores, 217 empregos diretos); Carnaubal (turismo, 1 produtor e 3 empregos diretos); Freicheirinha (confeccões e cachaça, 20 produtores e 14 empregos diretos).

**FIGURA 6 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS ARRANJOS PRODUTIVOS
LOCAIS DO CEARÁ, DE ACORDO COM OS MUNICÍPIOS**



Dentre os motivos da estagnação e/ou declínio dos núcleos produtivos, ainda segundo os mesmos estudos, estaria a carência de recursos tecnológicos, a dificuldade de acesso ao mercado, o excesso de produtores e a falta de assistência técnica. Em resumo, faltaria ao pequeno produtor uma visão mercadológica, dificultando a expansão de seus negócios. Daí que, na análise do CED, sua sobrevivência, não estaria, necessariamente,

relacionada ao seu tamanho ou escala de produção, mas, sobretudo, às dificuldades enfrentadas por elas em relação ao acesso ao mercado, à tecnologia e ao financiamento.

A consolidação da visão mercadológica estaria a requerer, portanto, que os arranjos institucionalizem e introjetem a idéia do associativismo/cooperativismo, das parcerias e das alianças estratégicas, pressupostos para expandir seus negócios, a competitividade, a lucratividade e obter recursos para garantir qualidade e certificação de seus produtos. Para o SETE (2000), através do associativismo e/ou cooperativismo, torna-se possível fomentar a organização de grupos empreendedores com vista à implantação e ao fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais e das Cadeias Produtivas. Através das parcerias e das alianças econômicas estratégicas, ressalta a Secretaria de Empreendedorismo, ampliam-se o acesso à novos mercados dentro e fora do país.

O associativismo/cooperativismo, as parcerias e as alianças estratégicas, tornam-se, pois, na avaliação de mercado, a estratégia possível para a sobrevivência das pequenas unidades de produção. Assim, são apresentadas duas possibilidades, que se articulam, para equação dos problemas relacionados ao acesso ao mercado, às tecnologias apropriadas à agricultura modernizada e ao financiamento, também denominada “Cooperação Induzida”: (1) a operação vertical coordenada por uma grande empresa (ver Gráfico 6); (2) a operação por intermédio da cooperação horizontal entre diversas firmas concentradas geograficamente e especializadas em determinadas cadeias produtivas, no interior da qual deve ser integrada o conjunto das instituições sociais, inclusive as instituições educacionais, científicas e tecnológicas (ver Gráfico 7).

Nesse cenário, três elementos são, no nosso entendimento, interessantes de observar, particularmente em relação aos APL's vinculados à economia agrícola.

O primeiro elemento está relacionado à cooperação verticalizada, traduzida na “irremediável” dependência desses arranjos em relação às grandes empresas, tanto no que

diz respeito ao acesso ao mercado exportador, como em relação ao arsenal tecnológico, necessário ao aumento da produção e da produtividade. O segundo, diz respeito a intervenção do Poder Estatal, seja em relação ao financiamento e a garantia da infraestrutura estratégica de apoio, seja em relação à mobilização institucional para os quais devem ser envolvidas todas as instituições sociais. E, finalmente, o associativismo/cooperativismo, enquanto estratégia de cooperação horizontal e pré-requisito para o alcance das alianças estratégicas.

É interessante observar que, nessa estranha teia econômica, aparentemente harmônica, é a grande “empresa-mãe” (líder de mercado) que detém e concentra o poder econômico e tecnológico para “abrir novos mercados” às pequenas unidades produtivas vinculadas aos *clusters* agrícolas.

Assim justifica o Plano de Desenvolvimento Sustentável 1999-2002, do “Governo das Mudanças”:

A indústria assumiu papel de destaque pelo crescimento gerado, como vetor de descentralização econômica espacial, gerador de emprego, indutor de qualificação profissional e, sobretudo, pela ação estruturante de programas que ensejarão a formação de complexos industriais verticalizados a partir de indústrias-âncora... (1999, p. 29).

Vê-se que, a idéia central é a de formar uma indústria-chave ou indústrias-chave numa determinada região, transformá-las em líderes de mercado, e fazer dessas empresas, a ponta de lança do desenvolvimento. No plano prático a mobilização “integrada” tem que ser vista com base no rol de exigências dos principais mercados, principalmente da Comunidade Européia, extremamente seletiva em requisitos de “qualidade” (ver Gráfico 8) e extremamente controladora dos insumos tecnológicos essenciais para assegurar tal qualidade. É dessa forma que é ampliada a interpenetração da ciência, da tecnologia e da atividade industrial e, como efeito, amplia-se também o controle

de poucos e grandes grupos econômicos sobre determinadas produções e, em alguns casos, sobre toda a cadeia de valor da qual necessitam para ampliar o seu domínio sobre o mercado nacional.

**GRÁFICO 8 – DINÂMICA (VERTICALIZADA) DE SOBREVIVÊNCIA
DOS APL's EM RELAÇÃO AO ACESSO AO MERCADO
E ÀS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS**

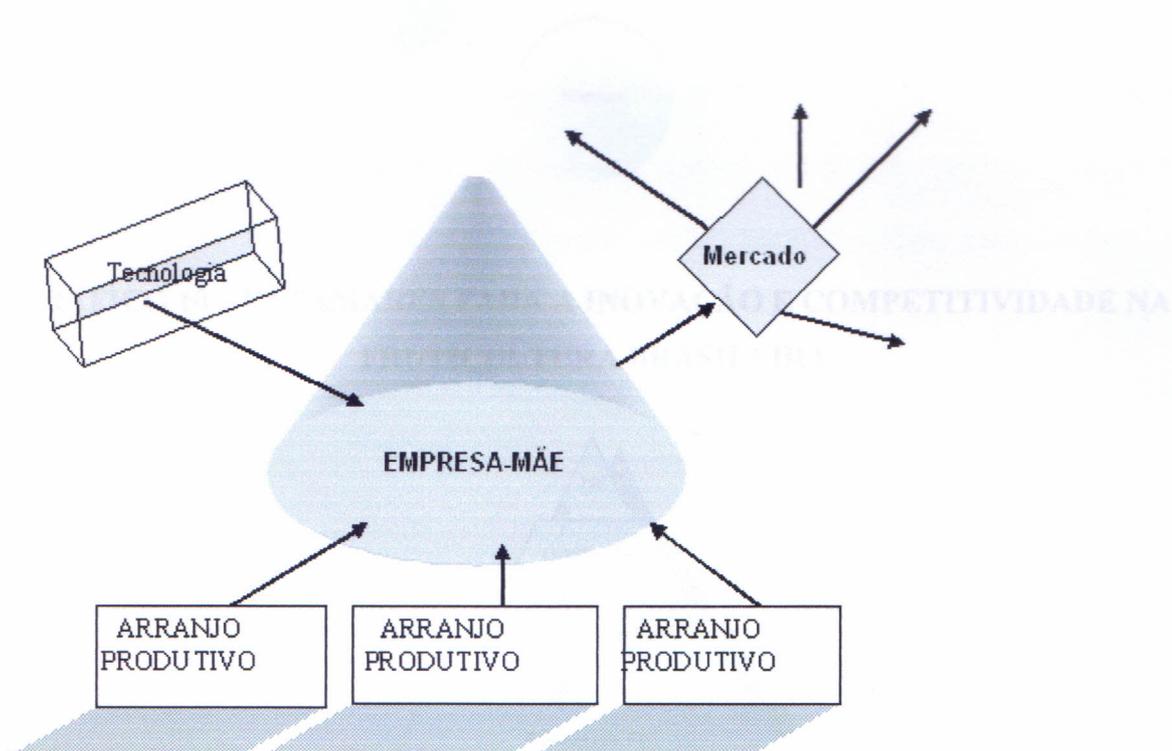
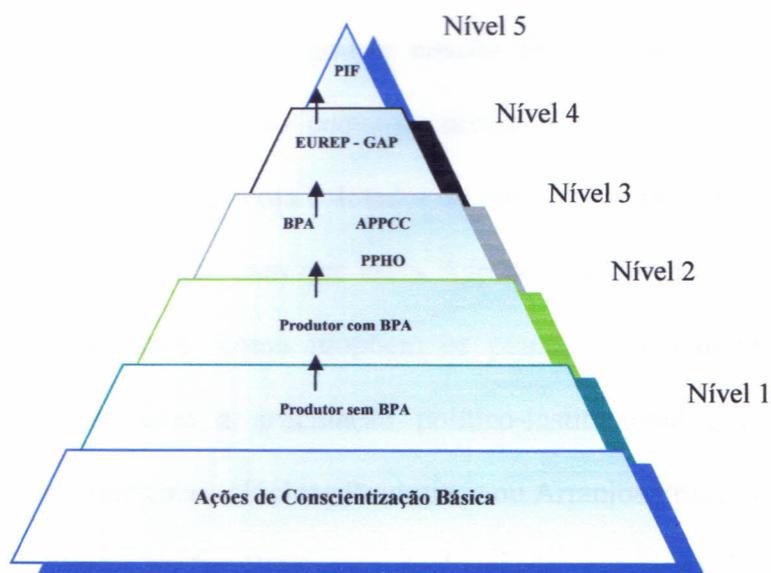


GRÁFICO 9 – DINÂMICA (HORIZONTALIZADA) DAS ARTICULAÇÕES POLÍTICO-INSTITUCIONAIS E DE PARCERIA, EM RELAÇÃO AOS APL's



GRÁFICO 10 – PATAMARES PARA A INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE NA FRUTICULTURA BRASILEIRA



Legenda:

PIF – Produção Integrada de Frutas

EUREP - GAP – Protocolo Europeu de Boas Práticas Agropecuárias

APPCC – Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle

PPHO – Procedimentos Padrões de Higiene Operacional

BPA – Boas Práticas Agropecuárias

CAPÍTULO 4 – O (DES) EQUILÍBRIO PACTUADO – O CASO DO APL DA FRUTICULTURA IRRIGADA DO PROJETO JAGUARIBE-APODI

Neste capítulo, ocupamo-nos em analisar as práticas “partilhadas” de poder no APL da fruticultura irrigada do Projeto Jaguaribe-Apodi, no Agropólo Baixo Jaguaribe. Nosso foco específico de análise são as articulações político-institucionais, as parcerias e as alianças econômico-estratégicas que movimentam a economia agrícola naquele arranjo posto, sob a ótica empresarial, como uma das mais bem sucedidas experiências de gestão pactuada entre Estado, Capital e Trabalho Agrícola. Buscamos identificar a organização da produção, da circulação e da distribuição dos resultados da produção (salário e lucro) no APL; quem participa e a dinâmica da participação; e as ideologias que circulam na definição dos processos de produção, circulação e distribuição dos resultados da produção.

Como já evidenciamos, conforme o Programa Cearense de Agricultura Irrigada (PROCEAGRI), os Agropólos teriam a grande missão de atrair investidores, fomentar negócios, promover a aproximação do pequeno, médio e grande produtor, em áreas consideradas com potencial hidroagrícola e dotadas de infra-estrutura à expansão do setor. Contudo, nos termos do Programa, para que esses Agropólos atinjam elevados níveis de produtividade e competitividade, como propõem os planos governamentais, uma das estratégias imprescindíveis seria a articulação político-institucional que garantisse a estabilidade dos *Clusters* Agrícolas (Núcleos Produtivos ou Arranjos Produtivos Locais).

Com a implantação dos Programas de Irrigação, a criação do Programa de Educação Profissional e Tecnológico, dos CENTEC's, dos Centros Vocacionais

Tecnológicos – CVT's⁴⁹ e dos APL's, estava dada a largada para a transformação das dificuldades naturais da região em oportunidades de negócios.

Para as instituições públicas e privadas tratava-se agora de realizar quatro outras grandes tarefas: a primeira era convencer os trabalhadores rurais de que as culturas tradicionais, responsáveis pelo abastecimento alimentar local e regional não são rentáveis, além de insustentáveis, por exigir um maior dispêndio de água para a sua produção. A segunda era convencer de que a liberação da força-de-trabalho agrícola (desemprego) seria acompanhada de sua absorção ao trabalho não-agrícola (serviços complementares as atividades produtivas e nas atividades industriais), a ser criado nos municípios hierarquizados na chamada “rede de cidades estratégicas”.

A terceira tarefa, associada à sustentabilidade política, seria o convencimento do empresariado da região e dos trabalhadores rurais de que o programa de atração de investimentos, promovido pelo governo estadual, não estaria representando uma ameaça à economia local, nem ao trabalho agrícola, mas o elo que faltava para complementar as cadeias produtivas e reanimar a agricultura local, em bases competitivas. A quarta e principal tarefa era estimular, no interior dos programas públicos de irrigação, a construção do capital social comunitário (amalgama para manter coesos o Estado, o Capital e o Trabalho), através do qual seria garantida a distribuição mais eqüitativa dos bens coletivamente produzidos. O Baixo Jaguaribe e, mais precisamente, o Projeto Público de Irrigação Jaguaribe-Apodi entra nesse cenário como um dos espaços do território cearense privilegiado à construção de novas territorialidades e institucionalidades adaptadas ao ajuste produtivo requerido pela agricultura modernizada.

⁴⁹ O CENTEC é uma organização social de caráter privado, criado através de Contrato de Gestão com o Governo do Estado. Sua Sede é localizada em Fortaleza, com três Unidades, distribuídas nos municípios de Limoeiro do Norte (Agropólo Baixo Jaguaribe), Sobral (Agropólo Baixo Acaraú) e Cariri (Agropólo Cariri), além dos CVT's, distribuídos em 40 municípios. Seu financiamento é obtido através de instituições públicas e privadas. Dos recursos obtidos dos cofres públicos, o CENTEC recebeu nos anos de 2003 e 2004, o montante aproximado de R\$ 20 milhões e R\$ 18 milhões, respectivamente. O objetivo da instituição é promover a educação tecnológica em áreas estratégicas, tais como hidroagrícola, agroindustrial, socioeconômica e ambiental.

4.1 O Agropólo Baixo Jaguaribe

O Baixo Jaguaribe, micro-região na qual se insere o APL da fruticultura irrigada do Projeto Público de Irrigação Jaguaribe-Apodi, corresponde à distribuição geográfica do Ceará em Agropólos – área de concentração do agronegócio. Com uma área total de 14.000 km², a micro-região concentra um pouco mais de 340 mil habitantes, distribuídos nos municípios de Icapuí, Aracati, Itaiçaba, Palhano, Jaguaruana, Russas, Quixeré, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Tabuleiro do Norte, São João do Jaguaribe, Ibicuitinga, Banabuiú, Jaguaretama e Nova Jaguaribara.

A micro-região, aqui selecionada, está entre as 33 (trinta e três) micro-regiões administrativas do Estado do Ceará, encravadas em terras semi-áridas do Nordeste Brasileiro. Talvez, por isso, passou da literatura oficial ao imaginário dos cidadãos das grandes metrópoles como uma terra inapta à civilização, mas motivo de filantropia e um problema de consciência pública.

Quem já ouviu falar das terras localizadas ao redor daquele que ficou conhecido como o maior Rio Seco do mundo – o Rio Jaguaribe – imediatamente imagina uma terra castigada pela seca, de catástrofes e de desolação, de miséria e devastação pintada pela incontrollável “mãe-natureza”, que, de vez em quando, não poupa uma vegetação que não seja a caatinga, e, se não destrói todas as vidas, seria por conta da fé e da teimosia do devoto e bravo “homem” nordestino.

De uma maneira geral é essa a realidade. Na maior parte das áreas do Baixo Jaguaribe, como também da maioria das micro-regiões do Estado, os trabalhadores que vivem da atividade agrícola são vítimas de constantes estiagens, que os tornam historicamente dependentes de ações emergenciais do Poder Público Estatal, nem sempre extensivas a todos os municípios e nem ao conjunto dos trabalhadores atingidos. Mas, essa

paisagem sócio-econômica e geográfica contrasta com uma outra, especialmente, estruturada pelas instâncias governamentais para receber os consórcios nacionais e internacionais do agronegócio, para os quais foi prometido um “oásis”⁵⁰ em meio à caatinga que nem mesmo as vicissitudes climáticas foram capazes de impedir o seu “pouso seguro”.

O potencial do Vale do Jaguaribe e, especialmente do Baixo Jaguaribe, já foi reconhecido muito antes da chegada na região de modernos complexos industriais e agroindustriais, em que pese todas as tentativas ideológicas, muitas vezes vitoriosas, de tentar negá-los.

Sousa (1955), num estudo realizado na década de 50 sobre o sistema educacional do Ceará, destaca que, há quatro séculos, quando da presença de colonizadores portugueses no Nordeste brasileiro, Martins Soares Moreno, em cartas dirigidas ao Rei de Portugal, referia-se às terras que cercam o Rio Jaguaribe como uma das melhores que já havia visto. No mesmo estudo, Sousa enfatiza o quão foi insuficiente e inadequada a educação do povo cearense e como era baixa a renda do trabalhador, mas não deixou de ressaltar a importância geográfica e econômica da região, especificamente do Baixo Jaguaribe.

Não há município do Baixo, onde não se plante, com proveito, nos anos de chuvas regulares, algodão, milho, feijão, abóboras, mandioca e batata doce, e onde não se criem, com lucro certo, em épocas normais, os gados bovinos, cavalos, ovinos, caprinos e suínos...(1955, p. 29-30).

Diz ainda Sousa sobre as terras que margeiam o Rio Jaguaribe.

[...] é conhecida a afirmação de P. O. Meara, estrangeiro autorizado que estudou o vale, quando diz serem as mesmas de tal fertilidade que bem

⁵⁰ O Oásis é uma região coberta de vegetação no meio de um grande deserto. É um lugar agradável entre outros que não o são.

poderiam ser exportadas como adubo. Não foi menos explícito o botânico sueco. A. Loefgren, ao declarar que não conhecia terras que pudessem rivalizar, em fertilidade, com a maior parte das que constituem o vale do jaguaribe. Análises de terras feitas, por ordem da Inspetoria de Obras Contra as Secas, na América do Norte, adianta Pompeu Sobrinho, confirmam esses conceitos (Sousa, p. 22).

Validando os estudos realizados por estrangeiros, Demócrito Rocha escreve, ainda na década de 20, o poema Rio Jaguaribe. Carregado de metáforas, o poema nos ajuda a revelar que a escassez hídrica do Ceará poderia muito bem ser amenizada se tivéssemos políticas governamentais capazes de “fechar as artérias abertas” do Rio Jaguaribe. “Artérias” que, em épocas invernosas, levam as águas a perderem-se no mar. Essa realidade, durante séculos, foi responsável pela corrente de “transumantes” nordestinos (e, cearenses em particular), que, em busca da sobrevivência, se dirigiam para as terras inóspitas do Norte ou para a promessa de vida próspera no eixo Rio - São Paulo.

Diz o Poema “O Rio Jaguaribe”.

O Rio Jaguaribe é uma artéria aberta por onde escorre
E se perde o sangue do Ceará.
O mar não se tinge de vermelho
Porque o sangue do Ceará é azul...
Todo o plasma, toda essa hemoglobina
Na sístole dos invernos vai perder-se no mar.
Há milênios...desde que se rompeu
A túnica das rochas na explosão dos cataclismos
Ou na erosão secular do calcário, do gnaisse,
Do quartzo, da sílica natural...
Quanto tempo perdido!
E o pobre doente – o Ceará –
Anemiado, esquelético, pedinte e desnutrido –
A vasta rede capilar a queimar-se na soalheira –
É o gigante com a artéria aberta
Resistindo e morrendo
Resistindo e morrendo.

Hoje, época de grandes transações financeiras jamais imaginadas em áreas semi-áridas, são os próprios documentos governamentais que insistem em ressaltar que o Vale do Jaguaribe, especialmente o Baixo Jaguaribe, detém recursos naturais em

disponibilidade, vantajosas condições climáticas (solo e água) e uma força de trabalho em abundância que fazem dela uma das terras mais férteis e produtivas do Estado, motivo pelo qual não cessa de atrair “investidores” que retornam às terras nordestinas para recolonizá-la⁵¹.

De fato, além da força de trabalho em abundância, as grandes obras de engenharia em irrigação, iniciadas entre as décadas de 60 e 70, abrem a possibilidade de fechar as “artérias abertas”, resolvendo, em certa medida, o problema da escassez hídrica, se não fosse, é claro, a opção dos sucessivos governos nacional e estadual de preservar a política de concentração fundiária e de transformar as áreas irrigadas num excelente negócio para usufruto da iniciativa privada, sobretudo, dos grandes complexos agroindustriais atraídos pelos programas governamentais de investimentos.

Ao final da década de 60 e início da década de 70, o Ceará foi beneficiado com 09 (nove) dos 27 (vinte e sete) Perímetros Públicos de Irrigação implantados no Nordeste, dentre os quais se destacam os Perímetros Públicos do Baixo Jaguaribe.

Segundo Soares,

A construção do Açude Orós, com suas obras concluídas em 1961, constitui o primeiro marco fundamental para a reorganização do campo no Vale do Jaguaribe, principalmente no seu médio e baixos custos. O discurso oficial apontava o açude como um dos grandes vetores de desenvolvimento do Ceará, pois seus impactos sobre o Médio e o Baixo Jaguaribe poderiam transformar aquela área num pólo de desenvolvimento agrícola. A agricultura irrigada racional já eram portanto, um elemento importante na justificação do grande açude. Irrigar e desenvolver o Vale do Jaguaribe era uma das metas a serem alcançadas. Efetivamente o açude valorizou as terras do Baixo e Médio Jaguaribe, principalmente as de várzeas. Foi de fato estratégico para as políticas públicas territoriais, fundamentalmente as de irrigação, que seriam implementadas posteriormente naquela porção do espaço cearense (2002, p. 91-92).

⁵¹ Por recolonização entendemos a apropriação pelo capital mundial da maior parte da renda nacional. Nesse caso particular, da maior parte da renda do estado, obtida com a economia agrícola, contando para tal com as pressões e chantagens dos organismos multilaterais para obtenção do controle da política e da economia nacional.

Hoje, o Baixo Jaguaribe é considerado o maior agropólo em cultivo de irrigação do Estado do Ceará, com ênfase na fruticultura de irrigação tipo exportação. Contando com importantes projetos públicos implantados pela SEAGRI e com uma infraestrutura montada pelo DNOCS, em seu interior, são também reservadas grandes áreas de irrigação com projetos privados para a produção de frutas, flores e grãos, das quais só os Grupos Del Monte – de capital transnacional e uma das maiores produtoras de frutas do mundo – detém cerca de 2,5 mil ha de área plantada, distribuída entre melão, melancia e abacaxi, nos municípios de Quixeré e Limoeiro do Norte.

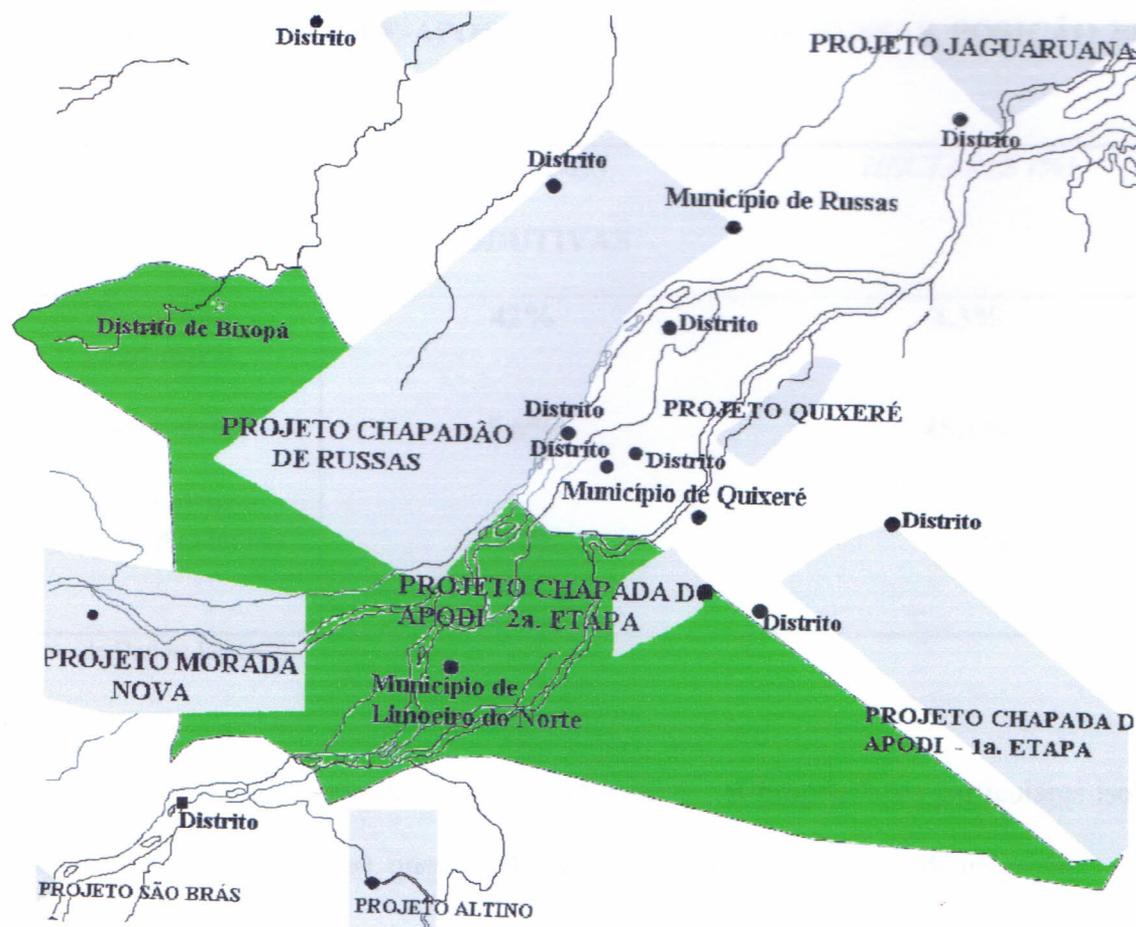
Em Limoeiro do Norte, começa a diversificação da produção, com o Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi; o Perímetro de Morada Nova, abrangendo os municípios de Morada Nova e Limoeiro do Norte, e o Perímetro de Tabuleiro de Russas, abrangendo os municípios de Russas, Limoeiro do Norte e Morada Nova. No município de Jaguaruana encontra-se ainda o Perímetro Irrigado Jaguaruana, além de projetos privados (Ver Figura 7).

Nas áreas públicas irrigadas, o Agropólo conta atualmente com 19.896 ha de área implantada e cultivada, distribuída em 04 (quatro) perímetros públicos de irrigação, dentre os quais se destacam, do ponto de vista do agronegócio, os Projetos Jaguaribe-Apodi, com 5.394 ha, e o Projeto Tabuleiro de Russas, com 10.564 ha.

De acordo com o DNOCS, na diversificada cadeia produtiva que mobiliza esses dois grandes Programas Públicos de Irrigação, existem cerca de 1.738 irrigantes, envolvidos com o cultivo de frutas, flores e grãos, correspondendo a uma área total de 13.408 ha. Desse total 5.807 ha correspondem às áreas vinculadas às pequenas unidades produtivas, distribuídas entre 730 produtores, numa área média de 7,0 ha. No contraponto, o setor empresarial detém 6.053 ha, distribuídos entre 98 empresários, com uma área média de 61 ha; e, 1.548 ha distribuídos entre 88 engenheiros agrônomos e técnico-agrícolas,

correspondendo a uma área média de 17 ha⁵². Ou seja, a pequena produção corresponde a 42% das propriedades rurais na agricultura irrigada, ocupando apenas 4,3% da área total. Já o setor empresarial detém 5,6% das propriedades, contudo controla 45,1% da área total (ver Tabela 5).

FIGURA 7 - MAPA DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE E PROGRAMAS DE IRRIGAÇÃO DO AGROPÓLO BAIXO JAGUARIBE



⁵² Na definição do DNOCS, a "categoria" de produtor/irrigante é dividida em pequenos produtores, empresários, técnico-agrícolas e engenheiros agrônomos. Nessa classificação desaparece conflitos e classes sociais, transformando pequenos produtores e grandes empresários numa única classe, enfim todos capitalistas.

Vê-se que, considerando os dois grandes projetos públicos de referência no agronegócio, as terras irrigadas (implantadas e cultivadas) são majoritariamente destinadas ao setor empresarial, que se somam às grandes áreas privadas irrigadas e às inúmeras propriedades (fora das áreas irrigadas) que, ao longo de 14.000 km², fazem do Agropólo uma paisagem econômica e geográfica singular, em relação às demais micro-regiões do Estado.

TABELA 5- NÚMERO TOTAL DE UNIDADES PRODUTIVAS E ÁREA TOTAL OCUPADA, SEGUNDO O TIPO DE PRODUTOR. PROJETOS IRRIGADOS PÚBLICOS JAGUARIBE-APODI E TABULEIRO DE RUSSAS. POSIÇÃO 2000.

PRODUTOR	UNIDADES PRODUTIVAS	HECTARES (%)
Pequenos Produtores	42%	4,3%
Empresários	5,6%	45,1%
Engenheiros e Técnico-Agrícolas	5,0%	11,5%

Fonte de Dados: DNOCS

O Baixo Jaguaribe é uma região coberta por propriedades particulares isoladas (produtivas e improdutivas), que cercam os focos públicos e privados de irrigação.

Como já observamos nas Tabelas 1 e 3, os 80 (oitenta) municípios inseridos nos 7 Agropólos do Ceará ocupam 48,1% do total de propriedades rurais espalhadas no território cearense, o que corresponde a 40,5% da área total. Em relação aos agropólos, o Baixo Jaguaribe ocupa 22,4% do número total de propriedades, correspondendo a 22,1%

de sua área total. Essa concentração territorial de propriedades também se verifica naquelas com até 10 ha., e entre aquelas com mais de 500 ha.

O Agropólo Baixo Jaguaribe ocupa 27,1% do número total de propriedades dos agropólos com até 10 ha., concentrando 26,7% da área total. Já as grandes propriedades com mais de 500 ha. ocupam 25,8% de propriedades, concentrando 27,4% de sua área total. Quer dizer, quem pretender contar a história fundiária do Baixo Jaguaribe não pode começar pelos conflitos entre trabalhadores rurais sem-terra e latifúndio, apesar de uma estrutura fundiária concentradora. Pode-se começar, porém, a pensar nas tensões sociais que são anunciadas com as novas relações sociais que são abertas no campo, levando a coabitar no mesmo espaço político-econômico e geográfico o latifúndio, o capitalista agroindustrial, o pequeno produtor do tipo familiar, o “micro-empresário rural” e o trabalhador rural assalariado.

O Censo Agropecuário de 2000 estima um número total de 14.572 propriedades rurais na micro-região, o que corresponde a 838.041 ha. distribuídos em 15 municípios (ver Tabela 6). Desse número total, as propriedades com até 10 há somam 6.294 ocupando 28.662 ha. da área total, com uma área média de 4.5 ha. No contraponto, as propriedades com mais de 500 ha. somam 1.315 concentrando 267.652 ha., com uma área média de 20.3%.

Nessa paisagem econômica e geográfica que separa a economia agrícola da estrutura fundiária, o sucesso do agronegócio, da qualidade de vida da força humana que trabalha a terra, cresce, lado a lado com o pequeno produtor do tipo familiar novos “personagens”: o chamado “micro-empresário rural” e o trabalhador rural assalariado, construindo um novo cenário político em terras semi-áridas cearenses, e, como efeito, novos desafios para as organizações independentes dos trabalhadores da cidade e do campo.

**TABELA 6 – NÚMERO E ÁREA DE IMÓVEIS RURAIS DE ATÉ 5 E MAIS DE 500 HECTARES,
SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO AGROPÓLO BAIXO JAGUARIBE. CEARÁ, POSIÇÃO 2000.**

AGROPÓLO	MUNICÍPIOS	CLASSES DE ÁREA											
		TOTAL		Até 10		Mais de 10 a 50		Mais de 50 a 100		Mais de 100 a 500		Mais de 500	
		Imóveis	Área (ha.)	Imóveis	Área (ha.)	Imóveis	Área (ha.)	Imóveis	Área (ha.)	Imóveis	Área (ha.)	Imóveis	Área (ha.)
Baixo Jaguaribe	Aracati	1885	70.552	1.173	4.385	472	11.424	134	9.611	90	17.570	16	27.562
	Icapuí	413	11.460	226	1.514	158	3.479	19	1.346	8	1.630	2	3.491
	Itaiçaba	237	13.504	95	459	99	2.344	22	1.535	16	2.561	5	6.605
	Palhano	569	25.788	247	1.416	248	6.007	43	3.010	26	5.272	5	10.083
	Jaguaruana	1.048	71.702	411	2.120	455	10.440	90	6.335	72	15.465	20	37.342
	Russas	1.977	84.925	1.204	5.116	505	11.204	136	9.556	106	24.412	26	34.637
	Quixeré	1.139	31.971	846	3.248	216	4.527	28	1.973	35	7.285	14	14.938
	Morada Nova	2.124	171.941	295	1.904	997	26.769	444	31.663	342	65.619	46	45.986
	Tabuleiro do Norte	1.114	60.466	461	2.092	440	10.601	98	6.756	99	20.060	16	20.957
	Ibicuitinga	337	30.909	53	339	169	4.653	53	3.820	48	10.363	14	11.734
	Limoeiro do Norte	1.598	42.360	968	4.161	482	10.156	82	5.903	54	11.625	12	10.515
	S. J. do Jaguaribe	564	16.916	160	861	338	7.938	44	3.066	21	3.541	1	1.510
	Jaguaretama	676	96.507	59	315	214	6.468	169	12.383	206	43.796	28	33.545
	Nova Jaguaribara	312	42.714	33	187	121	3.151	63	4.657	73	16.504	22	18.215
	Banabuiú	579	66.226	63	405	234	6.413	137	9.985	119	21.949	26	27.474
	Total	14.572	837.941	6.294	28.622	5.148	125.574	1.562	111.599	1.315	267.652	253	304.594

Ao lado das 14.572 mil propriedades, o Agropólo reúne mais de 28.000 mil trabalhadores rurais assalariados (em atividade). Analisando os dados de sua evolução, observa-se que, entre os anos de 1999 a 2002 houve um acréscimo de 11.532 trabalhadores nessa condição, o que corresponde ao aumento de 17.332 mil trabalhadores, em 1999, para 28.864 mil, em 2002, com uma variação de 66,6%, no mesmo período. Na distribuição da força de trabalho assalariada nos municípios, observa-se também que a maior concentração está, exatamente, nos municípios hierarquizados na chamada “rede de cidades estratégicas”, incluindo aqui o município de Quixeré, posto pela política de desconcentração espacial do desenvolvimento econômico do Governo do Estado como Centro de Polarização Intermediário, ou seja, uma das 15 (quinze) cidades do Agropólo com capacidade de absorver o “estoque” de força de trabalho disponível (ver Tabela 7).

Assim, para efeito dessa análise, destacamos Limoeiro do Norte e Quixeré, municípios que concentram os principais projetos de irrigação públicos e privados do Estado, além dos maiores grupos vinculados ao setor fruticultor.

Como podemos observar na Tabela 7, é em Limoeiro do Norte em que se registra, no ano de 2002, o maior contingente de trabalhadores assalariados, em atividade no Agropólo, com uma variação entre os anos de 1999 a 2002, de 68,9%. Já Quixeré foi o município que, comparativamente, mais cresceu na micro-região, no mesmo período, com uma variação de 398,4% de trabalhadores assalariados (em atividade).

De partida, podemos adiantar que o *status* alcançado pelos dois municípios só vale se comparado à realidade da maioria do estado, cujos índices de desenvolvimento humano decrescem em relação aos anos estudados. A propalada urbanização modernizadora e inclusiva não chegou, nem mesmo, nas áreas restritas por onde circulam as grandes transações econômicas, comerciais e financeiras.

TABELA 7 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE TRABALHADORES RURAIS ASSALARIADOS OCUPADOS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO AGROPÓLO BAIXO JAGUARIBE. CEARÁ. POSIÇÃO 1999 A 2002.

MUNICÍPIOS	Trabalhadores Rurais Assalariados (ocupados)		
	1999	2002	Var. %
Aracati	3.210	5.757	79,3
Banabuiú	456	407	- 10,7
Ibicuitinga	480	651	35,6
Icapuí	460	1.463	218,0
Itaiçaba	353	484	37,1
Jaguaretama	465	522	12,2
Jaguaribara	355	1.104	210,9
Jaguaruana	1.414	1.749	23,6
Limoeiro do Norte	2.070	3.497	68,9
Morada Nova	2.871	3.383	17,8
Quixeré	569	2.836	398,4
Russas	3.505	5.672	61,8
São João do Jaguaribe	305	306	0,32
Tabuleiro do Norte	819	1.033	26,1
TOTAL	17.332	28.864	66,5

Fonte de dados: SIDRA/IBGE.

Assim, para efeito dessa análise, destacamos Limoeiro do Norte e Quixeré, municípios que concentram os principais projetos de irrigação públicos e privados do estado, além dos maiores grupos vinculados ao setor fruticultor.

Como podemos observar na Tabela 7, é em Limoeiro do Norte em que se registra, no ano de 2002, o maior contingente de trabalhadores assalariados, em atividade no Agropólo, com uma variação entre os anos de 1999 a 2002, de 68,9%. Já Quixeré foi o município que, comparativamente, mais cresceu na micro-região, no mesmo período, com uma variação de 398,4% de trabalhadores assalariados (em atividade).

De partida, podemos adiantar que o *status* alcançado pelos dois municípios só vale se comparado à realidade da maioria do estado, cujos índices de desenvolvimento humano decrescem em relação aos anos estudados. A propalada urbanização modernizadora e inclusiva não chegou, nem mesmo, nas áreas restritas por onde circulam as grandes transações econômicas, comerciais e financeiras.

Se considerarmos os últimos Indicadores de Desenvolvimento Municipal – IDM, Limoeiro do Norte mantém-se entre os 10 municípios que alcançaram os melhores desempenhos ao nível do Estado, sem que, no entanto, tenha resolvido alguns de seus problemas fundamentais.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que em 2000, ano de referência em que o município obteve a melhor classificação nos indicadores gerais de desenvolvimento, credenciando-o como “Cidade Estratégica”, foi o ano em que também classificou-se com os piores índices demográficos e econômicos (desempenho médio inferior). Isso significa dizer que Limoeiro do Norte alcançou um desempenho regular em relação a densidade demográfica, a taxa de urbanização, o percentual do PIB municipal sobre o PIB total do Estado, a receita orçamentária per capita, o número de chefes de domicílios com rendimento superior a 1 salário mínimo, o consumo de energia industrial e comercial sobre o consumo total, o PIB do setor industrial sobre o PIB total e, o PIB do setor de serviços sobre o PIB total.

Em segundo lugar, de acordo com a classificação realizada pela defesa Civil da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, 10 mil famílias, residentes no município, têm renda inferior a R\$ 90 per capita. Dados cadastrais do Projeto INCRA-FAO revelam também que do total de 4.815 dos trabalhadores em estabelecimentos familiares, 41,2% são de trabalhadores “quase sem renda”. Quadro admitido também pela FIEC, como já citamos na página 132.

Finalmente, são os próprios números institucionais que nos indicam que o aumento da força de trabalho assalariada não pressupõe, necessariamente, a eliminação do trabalho agrícola diretamente vinculado à terra. Ao contrário, as unidades produtivas, com até 10 ha. espalhadas em cerca de 6.294 propriedades, tentam permanecer em suas terras apesar da progressiva ocupação pelo novo capitalista agroindustrial.

Contudo, se o governo chama de “Cidade Estratégica” aquela que atrai, detém e transforma parte importante dessa força de trabalho em parceiros subalternos dos grandes complexos agroindustriais e/ou em uma leva de proletários da agroindústria, talvez tenha razão. Aqui merece ainda uma atenção especial o município de Quixeré.

Sobre o assunto, ressalta Ananias Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte:

“Quixeré é a capital dos assalariados, mas esses 2.000 trabalhadores da Del Monte nas propriedades deles eles são agricultores e lá eles são assalariados, mas o governo conta tudo como assalariado. Mas, mesmo assim, são trabalhadores rurais, pois grande parte trabalho no campo [...]. Na minha opinião, o trabalho na agricultura não tá acabando não. Ele pode até ta se modernizando em alguns lugares, mas acabando não. Tem até agricultor se achando empresário, só que ele continua fazendo o trabalho de agricultor.

E acrescenta:

...por exemplo, a Del Monte Abacaxi, aqui em Limoeiro, a gente sabe que vai precisar de mão-de-obra na colheita, na embalagem da fruta, mas algumas vão pra o formato da caixa. Isso aí não tem máquinas que faça esse trabalho. A máquina também não aumenta a produtividade, mecaniza, mas o homem sempre tem, porque aumenta a produção tem a questão da comercialização. O homem às vezes deixa a enxada para vender o produto. Existe uma infinidade de forma de modificar o trabalho do agricultor, mas continua sempre tendo o homem agricultor.

Em 1995, Quixeré concentrava 584 propriedades rurais com até 5 ha. saltando para 620 e 623 propriedades nos anos de 1999 e 2000. São números que revelam, não só a manutenção da atividade agrícola diretamente vinculada à terra, mas um pequeno aumento desse tipo de atividade, acréscimo extensivo às grandes propriedades com mais de 500 ha. Estas passaram de 12 propriedades, em 1995, para 13, em 1999 e 14, em 2000. Simultaneamente, observamos um sensível aumento da força de trabalho assalariada.

O município de Quixeré absorve 9,8% do total da força de trabalho ocupada no Agropólo Baixo Jaguaribe, passando de 569 trabalhadores em 1999, para 2.836 em 2002. Do percentual total de trabalhadores ocupados, 6,2% estão em atividade no grupo transnacional Del Monte Fresh, correspondendo aproximadamente a 1.800 trabalhadores rurais assalariados ⁵².

Como já explicitamos, no capítulo 2, o grupo Del Monte é a principal empresa agroexportadora de frutas instalada no Estado, sendo responsável, em 2003, por mais de 50% dos *containers* de melão (cadeia produtiva chave do agronegócio cearense) exportados, preferencialmente, para o mercado europeu. A presença dessa empresa no município é, sem dúvida, responsável pelo significativo aumento do trabalho assalariado, porém, sob nenhuma hipótese, esse crescimento estaria a pressupor o fim, pelo menos por enquanto, da força de trabalho agrícola nem a melhoria da qualidade de vida da força de

⁵² Segundo representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte e dos trabalhadores rurais do Grupo Del Monte Melão entrevistados, o número de trabalhadores empregados/assalariados do Grupo ultrapassa o anunciado pelas instâncias governamentais (aproximadamente 1.800). De acordo com essa avaliação o número seria superior a 2.000 trabalhadores, entre o trabalhador agrícola e aqueles lotados na indústria.

trabalho absorvida no setor industrial e agroindustrial. Os dados existentes não estariam, nem mesmo, indicando a melhoria da qualidade de vida do município em questão.

Quanto ao desempenho municipal, segundo os indicadores do IPLANCE, ano de referência 2000, Quixeré entra no *ranking* estadual com os piores desempenhos nos indicadores demográficos e econômicos (desempenho inferior). Nos indicadores fisiográficos, fundiários e agrícolas, sociais, de infra-estrutura e de apoio, é classificado com desempenho médio inferior. Se compararmos com os anos anteriores vê-se ainda que os lucros obtidos, nos últimos anos, pelo grupo transnacional com a produção de frutas, não corresponde com a melhoria das condições de trabalho e de salários de seus trabalhadores nem do município no qual se instala.

Na análise governamental a geração de emprego seria o elemento que justificaria a política de atração de investimentos como eixo econômico do desenvolvimento rural sustentável, contudo, para os trabalhadores rurais empregados pela empresa, a propalada geração de emprego se corporifica na precarização das relações de trabalho e na intensificação da exploração de sua força de trabalho.

Durante entrevistas realizadas com 15 (quinze) trabalhadores Grupo Del Monte Fresh, as queixas realizadas às condições de trabalho foram unânimes. Os trabalhadores rurais reclamam do intenso trabalho, dos gastos com alimentação (muitos deles se deslocam de municípios vizinhos) e ainda do desconto na folha de pagamento do horário de repouso (almoço).

É o que diz um dos trabalhadores do Grupo:

...aqui tem todo tipo de trabalho. Tem carteira assinada, sem carteira assinada, sazonal, temporário, permanente...tem supervisor, engenheiro, peão e tem também o capataz. Em comparação com o técnico, ele, o peão-capataz, manda em uma área de 10 peão mais ou menos, aí divide as turmas. Aí cada turma de 40 tem o capataz pra mandar na gente... Tem vezes que o capataz quer crescer em cima do peão, mas às vezes quer

crescer em cima só porque não vai com a cara da pessoa. Ele às vezes não gosta de você e pega pesado...

A figura do capataz é um dos problemas que ganha em importância dentre os elementos relacionados ao trabalho na agricultura como aquele diretamente na indústria. O capataz, segundo os entrevistados, representa a pessoa responsável pelo controle da produção, mas também de intimidação e de ameaça do desemprego.

E acrescenta:

...o que eu acho pior é descontar nossa hora de repouso. Tá vendo o contra-cheque? Eles colocam na carteira o salário integral. Eles descontam 19,5% do salário, desconto de repouso 6 reais... Aí é melhor não repousar! Né? Não sei como funciona na indústria, mas o pessoal do campo é descontado... Eles dizem que é porque a gente não fez hora-extra [...]. Já pensou.... Dia de terça-feira eles dão a sua folga, até domingo eu tenho que ir... Esse período de agora tem muita fruta. É 120 a 110. Aí tem vez que o horário de almoçar é de 11:30 a 12:00, às vezes tem muita fruta e num dá tempo porque a fruta num pode esperar... porque o melão, ele amadurece, aí eles dão meia-hora e o horário certo era uma hora para almoçar... A gente tem que fazer, né? Senão perde o trabalho...

Em síntese, contrariando todos os discursos governamentais e empresariais, de acordo com os trabalhadores entrevistados, não há relação entre o trabalho realizado e o grau de escolaridade exigido. Revelam ainda que, atualmente, para o ingresso nas empresas do grupo, é necessário comprovar uma escolarização mínima, cujo nível estaria na dependência do tipo de atividade, porém foram unânimes em admitir que não existe, necessariamente, relação entre o trabalho executado e o nível de escolaridade requerido para a sua contratação. Quando perguntamos a relação entre a escolaridade e o tipo de trabalho realizado, um deles respondeu: “no meu num precisa não, té um doido faz....”. Ainda com suas palavras: “Pra entrar aqui tive que mostrar o diploma de 2º. Grau, mas no

meu setor tem na faixa de 40 pessoas, mais ou menos, e 2º. Grau terminado o máximo que tem é uns três”⁵³.

É nesse cenário marcado pela concentração de terras, pelo crescimento econômico restrito, pela proletarização e exploração da força de trabalho rural, em que se intensifica a reestruturação produtiva nos espaços agrícolas e são construídas a chamada “cooperação induzida”, as parcerias e as alianças estratégicas em função das quais são construídos os APL’s, tendo nas grandes empresas do setor, inclusive a Del Monte os principais “atores políticos”.

No Agropólo Baixo Jaguaribe, registram documentos governamentais, a existência de 10(dez) APL’s, mobilizando 4.440 mil produtores, distribuídos em 9 (nove) municípios, destacando-se o APL da Fruticultura Irrigada do Projeto Irrigado Jaguaribe-Apodi, no município de Limoeiro do Norte.

Nos Arranjos, segundo o IPECE (2000), são mobilizados 26.807 empregos diretos envolvidos com a produção de redes, calçados, fruticultura irrigada, mel de abelha, leite bovino, artesanato (palha), cerâmica, doces, metal-mecânico e cachaça. Porém, na análise institucional, os produtos considerados como prioritários na análise de potencial de mercado são, exatamente, aqueles controlados majoritariamente pelos complexos empresariais do setor que, na estrutura organizacional dos APL’s, se apresentam como “empresas-parceiras” ou “empresas-âncora”, dentre as quais se destacam a Fazenda Frutacor (de economia local), no município de Limoeiro do Norte, e o Grupo Del Monte Fresh (de capital transnacional), no município de Quixeré.⁵⁴ Essas empresas, sob

⁵³ Os trabalhadores também fizeram referência ao aumento do trabalho feminino na empresa e questionaram o desconto em folha do imposto sindical, ocasião em que revelaram que desconhecem a existência de algum dos trabalhadores na empresa filiado ao Sindicato, contudo consideram importante discutir o assunto da sindicalização.

⁵⁴ Os Grupos Del Monte Abacaxi e Melancia estão localizados no próprio Projeto Jaguaribe-Apodi, no entanto, até o momento, só a Del Monte Melão, no município de Quixeré, mantém articulações político-econômicas com o APL da Fruticultura Irrigada.

circunstâncias diferenciadas, atuam e intervêm no Projeto Irrigado Jaguaribe-Apodi, construindo aquilo que se convencionou chamar de alianças estratégicas.

4.2 O Projeto Irrigado Jaguaribe-Apodi: o “oásis” do capital agropexportador

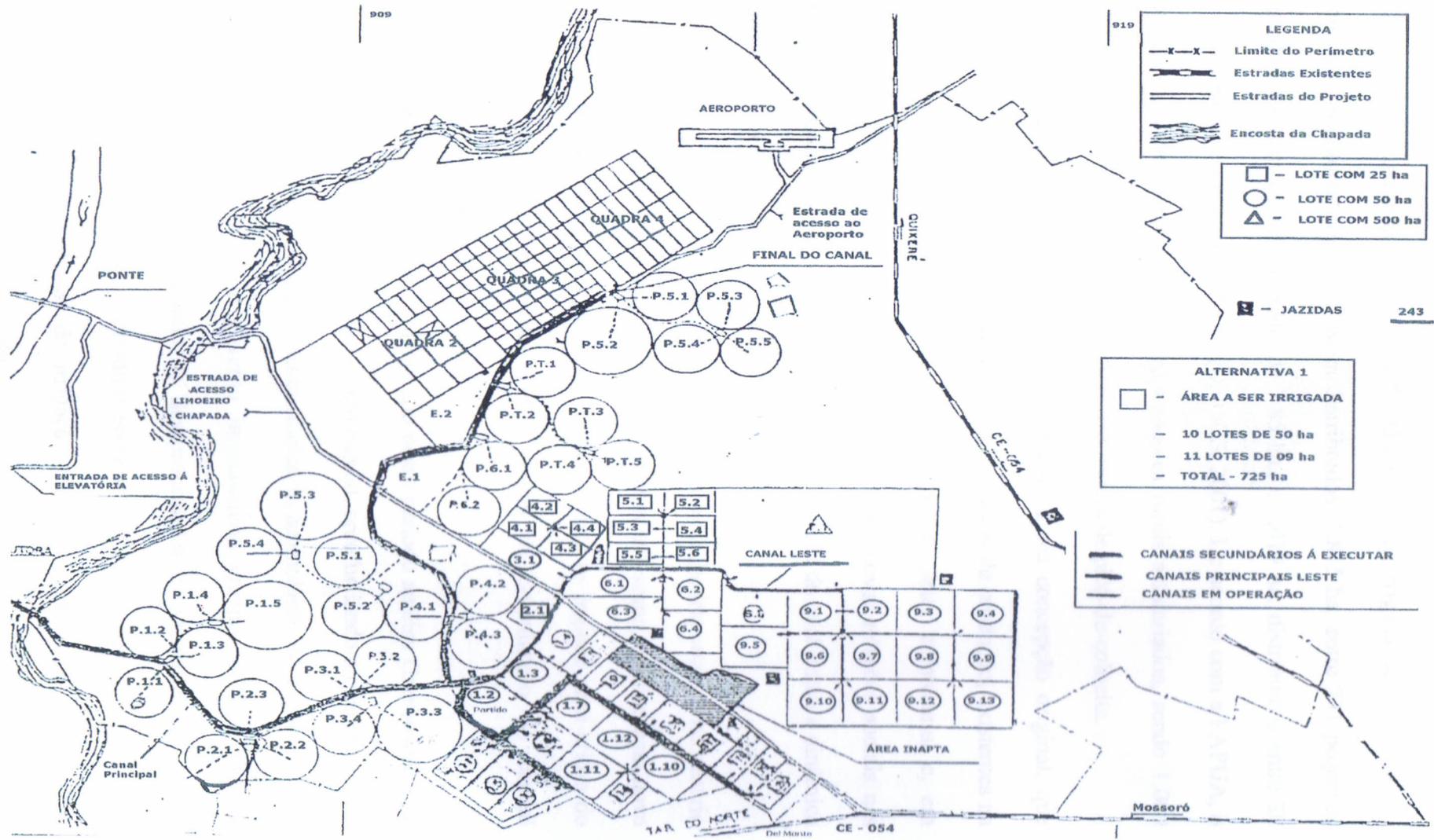
O APL da Fruticultura Irrigada se insere no Projeto Irrigado Jaguaribe-Apodi, na parte cearense da Chapada do Apodi, no município de Limoeiro do Norte. Sua estrutura organizacional é realizada pela Federação dos Produtores do Projeto Irrigado Jaguaribe-Apodi – FAPIJA, entidade responsável pela administração, organização, operação e manutenção de infra-estrutura de irrigação. Atualmente, reúne 29 (vinte e nove) associações de produtores, dentre as quais 06 (seis) são de produtores vinculados ao APL da fruticultura irrigada, localizado nas Quadras 2, 3 e 4, conforme Figura 8.

O Projeto, criado em 1989, sob a Coordenação do DNOCS, tendo passado por longa crise e denúncias de irregularidades ⁵⁵, volta a se integrar ao contexto de reanimação da agricultura centrada no agronegócio. Cercado por “gigantes da agroindústria”, em seu interior, encontra-se uma diversificada cadeia produtiva ⁵⁶, que, sob condições diversas, mantém articulações político-institucionais, de parceria e de trabalho, com o Estado, com as instituições científicas e tecnológicas e, sobretudo, com as chamadas Empresas-Âncoras.

⁵⁵ Em 2001, o Tribunal de Contas da União – TCU identificou vários problemas no Projeto, dentre eles o contrato firmado com a Companhia Brasileira de Projetos e Obras (responsável pelas obras de infra-estrutura do Projeto). Na ocasião o TCU determinou que o DNOCS encerrasse o contrato com a empresa, pois, segundo os órgãos de fiscalização, teria havido um acréscimo de 2,5 mil ha. no Projeto, além da prorrogação, sem licitação, 20 vezes o contrato com a empresa.

⁵⁶ Atualmente as cadeias produtivas no Projeto são banana, melão, abacaxi, milho verde, goiaba, ata, melancia, pimentão, graviola, algodão herbáceo, feijão vigna, sorgo e capim de corte.

FIGURA 8 - PROJETO IRRIGADO JAGUARIBE-APODI. CHAPADA DO APODI, LIMOEIRO DO NORTE, AGROPÓLO BAIXO JAGUARIBE



O Projeto ocupa uma área total de 5.393 ha. de área irrigada, sendo 2.834 mil ha. ocupados por produtores/irrigantes, assim distribuídos: 1.815 ha. entre 231 pequenas unidades produtivas, com uma área média de 7.85 ha., e 1.019 ha. distribuídos entre 20 empresas, com uma área média de 50,95 ha (DNOCS, 2001). De acordo com a FAPIJA, o projeto mobiliza aproximadamente 2.500 trabalhadores rurais assalariados, sendo 1.000 diretos e 1.500 indiretos, estes últimos absorvidos em épocas de pico-de-colheita.

Essa estrutura do Projeto altera radicalmente a sua concepção original, que previa como prioridade o assentamento das pequenas unidades de produção, existentes na época das desapropriações. No entanto, com a inserção do setor empresarial e, em decorrência do trabalho assalariado, começa a se consolidar novas relações sociais nas áreas públicas de irrigação. Surge a “empresa-âncora” em função da qual giram a dinâmica da produção e a comercialização do Projeto.

As décadas de 60/70 marcam um período de mudanças importantes no cenário nordestino. Ao lado das secas, das migrações, dos conflitos no campo, emerge uma nova orientação para o desenvolvimento regional, em especial para as regiões semi-áridas do nordeste brasileiro, a qual Grzybowski (1987) chama de colonização do capital agroindustrial através dos programas de irrigação.

O processo “modernizador” inaugurado nesse período analisa Grzybowski, “foi a reforma agrária ao avesso, a reforma para e pelo capital, aprofundando a concentração e subordinando o trabalho na agricultura às necessidades da acumulação do capital” (1987, p. 7). Como parte dessa política, o governo implementou grandes obras estatais e programas de colonização, acompanhado de desapropriações e assentamentos, porém mediante estratégias capazes de sufocar, dividir e esvaziar a luta camponesa.

As grandes obras públicas de irrigação foram acompanhadas de medidas democratizantes de acesso à terra, contudo os efeitos econômicos são segundo Singer

(1998), traduzidas tanto em situações de mudanças quanto de estagnação. No primeiro caso, introduzem relações de produção capitalistas, visando o aumento da produtividade do trabalho e a redução do nível de emprego. Essas relações levaram à expropriação de camponeses, à expulsão de agregados, parceiros e agricultores não proprietários. No segundo caso, houve pressão populacional sobre áreas cultiváveis disponíveis, limitadas pela insuficiência física de terra aproveitável e pela monopolização de grande parte dessa terra pelos grandes proprietários.

O Estado passa, então, a atuar em várias frentes. Atende aos interesses das oligarquias agrárias, abre as áreas rurais para expansão do capitalismo agroindustrial, penetra nos sindicatos, via fundos assistenciais, e busca integrar os trabalhadores rurais/colonos na implementação das políticas oficiais, através das cooperativas.

Nos perímetros públicos irrigados são divididos e distribuídos pequenos lotes (em torno de 5 ha.) entre aqueles trabalhadores rurais selecionados nos programas de desapropriação. Esses trabalhadores tornam-se, na perspectiva governamental, os novos agentes sociais das áreas rurais, no entanto, como analisa Diniz,

...com a introdução desse novo agente, produzido através da agricultura irrigada, despontam os primeiros sintomas de modificação no panorama natural. Surgiu um contraste físico, uma área verde e bem arrumada no sertão semi-árido. Nesse caso, os perímetros se apresentam como um oásis naquele território seco, enquanto nas suas imediações só se vê a vegetação cinzenta da caatinga (2002, p. 47).

Vale salientar que esses “novos agentes sociais” não detinham qualquer tipo de autonomia, nem na produção nem na comercialização. Sob o argumento do baixo nível cultural, de talentos e a ausência de “valores autênticos” do trabalhador rural, o Estado, através do DNOCS, não só elaborava os planos plurianuais de exploração agrícola, como também determinava todos os processos da produção, as tecnologias que deveriam ser

empregadas, a quantidade de recursos a serem utilizados, até a definição do mercado que deveria ser destinada à produção.

De características rígidas, detalhadas e obrigatórias, o não cumprimento pelos trabalhadores rurais/irrigantes das normas determinadas para garantir a produção e a produtividade requerida implicaria na perda de prioridade de assessoria e apoio técnico, bem como a perda dos direitos de utilização dos meios de produção e comercialização dos produtos. Nesse sentido, os trabalhadores rurais (colonizados) eram forçados a adaptar-se aos padrões modelares previamente estabelecidos pelo estado.

Para Leite, a verdadeira concessão da autonomia de gestão e de decisão sobre os processos de produção e de comercialização poderia levar ao comprometimento da eficácia dos programas, haja vista que os programas de capacitação/treinamento implementados não atendiam às exigências postas pelos modelos de produção modernizados.

A pressão para a obtenção do desenvolvimento precoce e rápido da economia rural é de tal sorte que os governos se sentem compelidos a intervir e antecipar-se à iniciativa dos colonos os quais se tornam dependentes e submissos, como sempre o foram no sistema agrícola tradicional. Dessa maneira, se não existirem atitudes, talentos e valores autênticos de desenvolvimento econômico e social, tais empreendimentos podem fracassar, como indica a experiência histórica (19983, p. 220).

Essa relação de dependência, ou como resume Ananias Silva “de controle total” do Estado em relação às cooperativas e sobre os cooperados/colonos. É assim questionada por Marcondes Maia, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte e agricultor familiar da área de sequeiro, no Baixo Jaguaribe.

Quando o DNOCS chegou aqui, no Projeto Irrigado de Morada Nova e no Projeto Irrigado Jaguaribe-Apodi, disse que sua permanência era por tempo determinado. Daí ele, o DNOCS, ia gerenciar por tempo determinado até que os trabalhadores estivessem preparados para

gerenciar por si próprios as cooperativas, através de programas de capacitação. Só que o DNOCS saiu e não capacitou o trabalhador. A dificuldade foi essa.⁵⁷

Nessas circunstâncias foram construídas as cooperativas de produção, que se tornaram um mecanismo privilegiado, utilizado pelo Estado, de disciplinamento e de “colaboração” do trabalhador rural/irrigante em relação às políticas previamente definidas pelo poder estatal. É o que admite Leite: “[...] A organização da cooperativa é geralmente mencionada como o instrumento apropriado para transformar a população pobre e analfabeta em colaboradora ativa da política de desenvolvimento rural” (1983, p. 203).

Essa relação social conta com outras importantes limitações para o alcance da, então, propalada autonomia gestionária. Ainda de acordo com Leite, ao mesmo tempo em que o colono é direcionado para a escolha tecnológica a ser usada, o tipo de cultivo e a quem vender a produção, ele era “livre” para decidir pelo trabalho próprio (agricultura familiar) ou pela contratação de trabalhadores assalariados. Ou seja, ele era “livre” para decidir se continuaria como produtor do tipo familiar, portanto, voltado para atender às suas necessidades imediatas e de sua família, ou assumia a posição de empresário rural. Atentamos para o fato de que, em vista da obrigatoriedade de cumprir os planos rígidos de produção e de produtividade (uma condição para ocupar a área desapropriada), os pequenos produtores (irrigantes) não tinha outra alternativa que não fosse a utilização da força de trabalho assalariada. Na análise de Leite, seria aliás, “uma das vantagens que o colono vê no perímetro, isto é, tornar-se empresário e não mais trabalhar diretamente no campo, livrando-se do baixíssimo “status” social de trabalhador agrícola” (1983, p. 203).

No Estado do Ceará, o estímulo à introdução nos programas públicos de irrigação é intensificado em meados da década de 90, combinando-se com a progressiva

⁵⁷ Entrevista realizada em março de 1983, com quatro dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte, Ananias Secundo Silva e Marcondes Maia. Os dois entrevistados são sindicalistas desde a década de 70 e pequenos produtores do tipo familiar no Distrito de Bixopá (área de sequeiro, no Limoeiro do Norte).

transferência de sua gestão para os produtores/irrigantes, dentre os quais estão incluídos os setores empresariais.

Como resultado dessa política, em espaços em que predominam pequenas unidades produtivas do tipo familiar, vai surgindo um movimento econômico-social e político de subordinação da pequena produção às grandes propriedades de capitais agroindustriais, o aumento da força de trabalho rural assalariada e uma progressiva atrofia da posição de comando do Estado.

Para efeito desse estudo, nos interessa destacar, como amostra, a realidade observada no APL da fruticultura irrigada, posto na avaliação governamental como uma das experiências mais exitosas do Estado de desenvolvimento local, focalizado nas parcerias, nas alianças estratégicas e nas práticas partilhadas de poder.

4.2.1 O APL da Fruticultura Irrigada: o (des) equilíbrio pactuado entre os “atores do desenvolvimento”

Ao centro urbano do município de Limoeiro do Norte à Chapada do Apodi passamos, inevitavelmente, por uma área coberta pela vegetação da caatinga. Até aí nenhuma novidade, afinal estamos no semi-árido cearense. A surpresa começa quando chegamos no “Chapadão” e encontramos trabalhadores falando em produção, produtividade, parceria, empresas e negócios. São pequenos produtores que produzem sob condições diferentes, mas que vivem o mesmo dilema frente as pressões institucionais para integrar-se ao cenário competitivo mundial, sob a base das alianças estratégicas.

Como identificamos na Figura 8, o APL da Fruticultura Irrigada se divide em 3 (três) quadras com 106 lotes e 28 ha., assim distribuídos: Q2, com 20 lotes de 16 ha.; Q3, com 54 lotes de 4 ha.; Q4, com 32 lotes de 8 ha. Em sua concepção original os lotes

deveriam ser distribuídos entre 148 pequenos produtores do tipo familiar, porém como esclarece o IPECE

...com o tempo, alguns proprietários venderam seus lotes para outros produtores que detêm hoje mais de um lote. É comum, também, que esses produtores maiores que tem melhor acesso ao mercado, comprem toda a produção dos menores e a comercializem em troca de uma porcentagem da venda (2000, p. 2).

Apesar da estrutura original permanecer a oficial, inclusive nos documentos internos do Projeto, a realidade demonstra mudanças importantes nas relações entre os produtores. Originalmente, o arranjo dirige-se às pequenas unidades produtivas (assentadas entre as décadas de 70/80, pelo programa de colonização do Governo Federal), mas, no momento em que alguns pequenos produtores passam a concentrar 3, 4 ou mais lotes e o projeto abre-se para os grandes complexos agroindustriais, começam a se configurar novas divisões sociais do trabalho e novas contradições na gestão do Projeto.

Assim temos compondo a organização da produção, e integrando-se ao processo de comercialização das principais cadeias produtivas:

1) O pequeno produtor do tipo familiar, cuja produção é voltada fundamentalmente para o consumo estando, pois, numa situação marginal em relação ao agronegócio;

2) O pequeno produtor, responsável pela maior parte da produção utilizando-se do trabalho assalariado e associado às “empresas-âncoras”, em regime de subcontratação;

3) A “empresa-âncora” de economia local, vinculada ao APL;

4) A “empresa-âncora” de capital nacional e transnacional, que assume tanto a posição de subcontratadora quanto de interlocutora junto ao Estado das pequenas unidades produtivas;

5) O trabalhador rural assalariado (permanente, sazonal, temporário) inserido tanto nas unidades produtivas locais quanto nas “empresas-âncoras”.

A saída progressiva do Estado da gerência do Projeto é um dos elementos importantes dessa nova composição do Projeto, que afeta diretamente os Arranjos Produtivos. Até então o Estado, via DNOCS, adotada uma intervenção direta no Projeto, seja através das cooperativas, seja através dos cursos de capacitação do produtor/irrigante, a cujas características podemos brevemente nos reportar no início deste capítulo. Com a intensificação da política de descentralização da ação estatal e de interiorização da indústria, fortalecida, particularmente na gestão “mudancista”, o DNOCS vai paulatinamente se desobrigando de sua gestão, transferindo-a para a complexa relação de poder que começa a ser forjada no Projeto. Dito de outra maneira, o governo “publiciza” o projeto público irrigado e transfere a sua gerência para o controle da iniciativa privada.

É nesse cenário que o governo anuncia a “emancipação” do Projeto. Ressalte-se que tal “emancipação” pressupõe, segundo o Programa de Transferência de Gestão do Ministério de Integração Nacional, a capacidade técnica e administrativa dos pequenos produtores, além da conquista de autonomia e de auto-suficiência em relação à produção e à comercialização e, evidentemente, a capacidade de abrir novos mercados para escoar a sua produção.

Para a agricultura de irrigação centrada no agronegócio, a auto-suficiência pressupõe ter acesso ao arsenal tecnológico necessário à agricultura modernizada, apoio técnico especializado e permanente e, é claro, o título de posse da propriedade, condição, inclusive, para garantir financiamentos bancários, com vistas ao aumento da produção e da produtividade. Coisa que, aliás, o governo ainda não resolveu.

Como esclarece o IPECE (2000), apesar do Projeto Jaguaribe-Apodí contar com a parceria do Banco do Nordeste, o banco exige como critério para financiamentos,

garantias reais e eles não possuem os títulos de posse de terra e nem a tecnologia apropriada para aumentar a produção e a produtividade.

Nesse cenário se situam as estratégias de cooperação das pequenas unidades produtivas com os grandes complexos agroindustriais, sendo, muitas vezes, representadas pelo desequilíbrio na correlação de forças entre os “parceiros do desenvolvimento”. A cada produção realizada para o mercado, o produtor reduz sua capacidade de realizar ações autônomas, tornando-se cada vez mais dependentes das alianças econômicas, no interior da qual estão sempre cedendo terreno.

4.2.1.1 Alianças estratégicas em uma comunidade de unidades produtivas particulares isoladas

Como já nos referimos no primeiro capítulo às alianças estratégicas, na retórica governamental e empresarial representam ações externas das comunidades locais visando à comercialização da sua produção. A construção dessas alianças, por sua vez, requer a consolidação de relações de cooperação tendo como objetivo estimular a gestão empreendedora e criadora, ou melhor ainda a competição criativa.

Nesse sentido, os “Arranjos” são apresentados como estratégia metodológica de desenvolvimento local associada à integração da pequena produção no agronegócio, tendo como pré-condição a construção de relações de cooperação e o associativismo, as articulações político-institucionais e, como efeito, a consolidação das alianças estratégicas, mecanismo capaz de inserir o pequeno produtor no cenário agroexportador mundial.

A consolidação do “espírito” cooperativo torna-se, pois, condição *sine qua non* para o êxito das práticas partilhadas de poder. Contudo, na avaliação das instâncias governamentais do Ceará, um dos problemas dos “Arranjos” é a ausência da cultura

cooperativa. Para o IPECE, por exemplo, mesmo o APL do setor irrigado fruticultor, que conta com um desempenho mediano em relação à concorrência e ao empreendedorismo, é deficiente nas relações de cooperação internas.

Analisando essa realidade, enfatiza:

a experiência dos produtores com o cooperativismo é bastante negativa, pois, no passado, o DIJA, foi gerenciado por uma cooperativa central que não atendeu às necessidades dos produtores e, além disso, entre outros motivos, foi uma das causas do quase colapso do Projeto DIJA, existindo, inclusive, indícios de corrupção que tornou-se escândalo de repercussão nacional. Atualmente, existe uma nova experiência de organização dos produtores, que envolve uma federação que é composta por cerca de 29 associações de produtores, inclusive, seis associações de produtores de frutas. Essas associações seriam responsáveis tanto pela organização da produção como pela comercialização dos produtos. Contudo, segundo relato dos produtores, na prática, os produtores trabalham isoladamente (2000, p. 2).

De fato, a dinâmica do Arranjo não se baseia na cooperação, pelo menos tal como se constituiu originalmente. Aliás, diferentemente da expectativa mencionada pelo IPECE, lembramos que, na definição do DNOCS, o papel da federação não é exatamente a idéia do cooperativismo, restringindo-se à administração, organização, operação e manutenção da infra-estrutura. Essa definição reflete as especificidades que assume a agricultura irrigada, e também a mudança de enfoque quanto ao seu objetivo estratégico, hoje direcionado para uma agricultura do tipo empresarial.

Nesse sentido esclarece um dos dirigentes da FAPIJA quando perguntamos acerca das atuais funções da federação e a sua relação com os pequenos produtores.

O modelo agora é diferente. É bem enxuto. Antes tinha quase 400 funcionários pra hoje um modelo que tem no máximo 12 pessoas. Então hoje a pessoa faz só a parte da administração do perímetro e dos convênios que vêm através do Conselho Federal, Estadual, Municipal. Convênios de administração, de recuperação de estruturas...todo tipo de coisa que a gente acha que merece na parte ampla do projeto.

Quanto à relação da federação com os produtores, ressalta:

A gente dá o apoio no caso da parceria. Ou seja, você arranja pessoas para lidar com os produtores pra saberem se eles querem essa parceria e não vir criticar essa produção. Tem uma taxa fixa no Projeto, mas é uma taxa independente se você ta produzindo ou não, ela é fixa pra todo o período de um ano. Então a FAPIJA perde mais na parte de apoio aos produtores dentro da cooperativa. Antes ela tinha que receber o produto, se recebia um valor, às vezes até mais baixo do que era produzido e ela fazia essa articulação e sempre o produtor ficava naquela desconfiança. “Será que ele vendeu por aquele preço, será que é aquele preço?” Então, por isso que o modelo de hoje é diferente. Agora ele tem o poder de barganhar, de discutir os preços, ele mesmo o produtor. Tem umas empresas já que os recebem, mas eles mesmos que discutem o preço, ele fica aberto pra fazer negociação com qualquer pessoa, independente, mas se a gente puder dar um apoio, a gente dar, mas a gente não insiste. Cada um trabalha isolado (grifo nosso).

“Cada um trabalho isolado”. É exatamente assim que se organiza a produção no arranjo: uma comunidade de pequenas unidades produtivas isoladas, que, para aumentar a sua produção e a produtividade, costuma contratar a força de trabalho das áreas ou municípios periféricos ao Projeto, seja na condição de temporário (pico de colheita), seja na condição de trabalhador permanente.

Essa divisão das atividades produtivas, facilitadas pela diversificação das cadeias produtivas, não significa a ausência de relações de cooperação. Aliás, na atual dinâmica organizativa do Projeto Jaguaribe-Apodi, a cooperação é um dos fatores determinante nas atuais relações entre os produtores, sobretudo entre aqueles que ocupam posições diferenciadas no sistema de cooperação competitiva, também chamada de parceria estratégica.. Ela consiste, exatamente, na subordinação das pequenas unidades de produção aos maiores “empreendedores” do setor, sob a forma da subcontratação.

Assim relata dois produtores vinculados ao sistema de parceria do APL da Fruticultura Irrigada.

A gente tem que fazer parceria porque a gente não tem tecnologia...Só os grande têm tecnologia. E aqui na irrigação tem que ter tecnologia senão não produz e acaba perdendo a terra...

...é que nós não têm título de posse de terra. E o banco pra emprestar tem que ter título de propriedade. Têm outros que tá devendo o banco...Trabalhar na irrigação é de custo alto.

Algumas das maiores dificuldades que enfrenta o pequeno produtor particularmente aquele vinculado ao APL da Fruticultura Irrigada estão relacionadas ao acesso ao mercado, a falta de capital de giro e aos problemas de manutenção e melhoramento da infra-estrutura dos lotes. Preso a engrenagem organizacional do novo modelo gestor do Projeto, não lhe resta outra alternativa do que recorrer às “empresas-âncoras” tanto em relação ao apoio técnico quanto em relação a comercialização do produto.

Contudo, na análise sobre as transformações no modelo de gestão, especialmente do Arranjo, percebemos uma ambigüidade na fala dos produtores entrevistados, particularmente quando se referem à inserção e ao controle das maiores unidades de produção na comercialização de seus produtos. Por um lado, todos os entrevistados foram unânimes na crítica ao controle dos movimentos político e econômico do Projeto pelas “empresas-âncoras”, com destaque para a Fazenda Frutacor.

Assim resume um pequeno produtor, vinculado ao setor fruticultor:

...tem um empresário, o João Teixeira, da Frutacor, tem uma parceria com 50 pequenos proprietários que produz altamente bem de boa qualidade a banana. Agora nesses 50 que tão produzindo em parceria com o João Teixeira, quem aparece com toda essa produtividade de alta tecnologia é o João Teixeira, os 50 que trabalha com ele não é reconhecido [...]. É dependência e pronto. Esses 50 estão produzindo na dependência de um só. O João Teixeira é que tem o poder aquisitivo, comercial, é que tem o mercado na mão e faz o controle. Essas 50 pessoas estão agradecendo porque são todos pequenos...

A Fazenda Frutacor reúne, aproximadamente, 300 trabalhadores rurais assalariados. Seu proprietário, integrado ao Arranjo na condição de pequeno produtor, aparece nos documentos governamentais como líder dos produtores da Quadra 2 e, nessa

condição, sua empresa se coloca como uma das mais importantes “empresa-âncora” de economia local.

Com a “desistência” dos lotes pelos antigos produtores assentados, a empresa passou a incorporá-los, através de compra, a sua terra ⁵⁸. Com mais terras, tecnologia e trabalhadores permanentes disponíveis, a empresa passou a dominar a maior parte da cadeia produtiva da banana. Com essas condições torna-se uma das maiores exportadoras da fruta do Estado e uma das maiores exportadoras do Nordeste, sendo parte dessa produção extraída das pequenas unidades produtivas vinculadas à referida cadeia produtiva, sob a base da subcontratação ⁵⁹.

É sob essas circunstâncias que o pequeno produtor é integrado na dinâmica produtiva do Arranjo. O depoimento seguinte ilustra essa situação.

As pessoas entram aqui com o pensamento totalmente adverso, aí os grandes começaram a ter um pensamento mais elevado e começa a tomar dos pequenos o que ele produziu. Hoje tem muitas áreas que eram de pequenos nas mãos de banqueiros de São Paulo, daqui e de outros estados. Eu conheço mais de 100 hectares de um dono só. Agora num posso provar, porque não ta no nome dele, aluga alguém para botar o nome deles...

Convém lembrar que à época das fronteiras sem barreiras, de desregulamentação dos Estados-Nação e, como parte desse processo, de subordinação dos governos nacionais às exigências do hipersensível mercado mundial, os grandes “investidores” associados aos centros oligopólicos do setor agroexportador são os únicos “atores” participantes da cooperação sistêmica. Nessa condição, tornam-se extremamente

⁵⁸ Como já nos referimos, formalmente os lotes destinados à pequena produção mantêm a distribuição original, não podendo ultrapassar a um lote por produtor. Contudo, na prática existem vários produtores com mais de um lote. É o caso da Frutacor.

⁵⁹ Segundo informações da EMBRAPA, o Nordeste é o maior produtor da fruta, ficando o Ceará na 7ª. Posição. A produtividade da banana do APL da fruticultura irrigada é considerada como a mais competitiva do Estado do Ceará, onde são obtidas 40 t/ha/ano com o cultivo da fruta. Ver mais sobre o assunto EMBRAPA. Cultivo da banana no agropólo baixo Jaguaribe. Ceará. Disponível em: <http://sistemasdeprodução.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Banana/BananaCeará/importanciaeconômica>. Acesso em: 03 nov. 2004.

controladores das importantes redes comerciais de distribuição dos produtos com potencial de mercado.

A dinâmica que movimenta o mercado mundial estabelece, de imediato, barreiras de entrada para as economias que não integram o seu seletivo grupo de “investidores”. Nesse sentido, até mesmo os setores produtivos nacionais que se destacam como líderes de mercado encontram grandes obstáculos para integrar-se ao cenário competitivo mundial, limites agravados frente aos grandes oligopólios que se instalam em áreas vizinhas. As grandes corporações transnacionais, além de deterem o domínio quase absoluto da pesquisa e das inovações tecnológicas, detêm o conjunto das vantagens comparativas para explorar os recursos naturais e humanos onde lhe for conveniente, sem que seja necessário comprometer-se com qualquer país, região, localidade ou setores produtivos. O resultado desse movimento é o desmonte de regiões inteiras e de suas economias, em função de um comércio sensivelmente concentrado.

Para Antunes,

Quanto mais se avança na competição intercapitalista, quanto mais se desenvolve a tecnologia concorrencial em uma dada região ou conjunto de países, quanto mais se expandem os capitais financeiros dos países imperialistas, maior é a desmontagem e a desestruturação daqueles que estão subordinados ou mesmo excluídos desse processo, ou ainda que não conseguiram acompanhá-lo, quer pela ausência de base interna sólida, como a maioria dos pequenos países asiáticos, quer porque não conseguem acompanhar a intensidade do ritmo tecnológico hoje vivenciado, que também é controlado pelos países da tríade. São crescentes os exemplos de países excluídos desse movimento de reposição dos capitais produtivos e financeiros e do padrão tecnológico necessário, o que acarreta repercussões profundas no interior desses países, particularmente no que diz respeito ao desemprego e à precarização da força humana de trabalho (2002b, p. 33).

Na década de 90, o Estado do Ceará, sob o auspício do governo “mudancista”, recebe o grupo transnacional Del Monte, uma das três maiores produtoras de frutas do

mundo. No discurso governamental, a política de atração de investimentos visa favorecer a complementaridade das cadeias produtivas, melhorar os índices de qualidade de vida da população, principalmente dos municípios receptores dos investimentos industriais e criar oportunidades de inserção da economia local no intercâmbio agroexportador mundial.

Para os trabalhadores rurais assalariados, à presença dessas empresas, em particular da Del Monte são alternativas de emprego, face à ausência de políticas estaduais de geração de emprego e renda, porém uma fonte, sem controle, de exploração de sua força de trabalho. Para os trabalhadores rurais vinculados à agricultura irrigada, a sua presença é a única alternativa para aumentar a produção, a produtividade e escoar a sua produção. Um importante “parceiro econômico”, diz um dirigente da FAPIJA, face, sobretudo, a ausência do Estado no apoio à pequena produção. Porém, também representa uma ameaça ao trabalho agrícola local, inclusive à pequena produção líder de mercado.

O relato de um dirigente da FAPIJA resume da seguinte forma o lugar ocupado pela Fazenda Frutacor, frente à presença, no Projeto, de grandes complexos agroindustriais de capital transnacional, em especial da Del Monte ⁶⁰.

Aqui no Projeto a empresa grande mesmo é a Del Monte. É uma coisa que eu digo...é um laboratório, essa empresa, e ela é cultura mais complementar a nossa, abacaxi, e ela tornou viável, mas precisa uma empresa provar a região se for pequeno produtor ele quebra, porque a tecnologia é diferente, porque a tecnologia que produz um milho, uma banana, uma goiaba é tudo diferente duma pra outra, então tem muita gente que iniciou uma cultura achando que ia dar certo e devido não ter tecnologia boa, aí quebrou...Aí eu acho que a Del Monte é uma abertura, a Del Monte é uma abertura de portos pra você conseguir fazer uma exportação, até um tempo desse num exportava banana e a Del Monte tá pegando banana do João Teixeira e tá exportando.

A Fazenda Frutacor, além de exercer uma forte influência entre as instâncias governamentais domina o mercado interno e a tecnologia necessária à expansão da cultura

⁶⁰ Os grupos Del Monte aqui citados estão distribuídos em duas grandes unidades independentes tanto em termos de produção como de pessoal contratado. Para efeito das relações com as pequenas unidades produtivas, centraremos na Del Monte Abacaxi, localizada no Projeto Jaguaribe-Apodi.

da banana, tornando-se, pois, um empecilho para os interesses expansionistas da Del Monte, pelo menos na parte cearense da Chapada do Apodi já que o grupo transnacional domina a produção da fruta na parte da Chapada, concentrada no município de Mossoró. Daí, talvez, o interesse do Grupo Del Monte de manter relações de parceria a empresa local. Por outro lado, a estrutura organizacional do Projeto já define os limites à pequena produção nessa aliança econômica estratégica.

Nesse sentido esclarece o mesmo dirigente da federação:

O Projeto hoje é um projeto que tem retorno, e na área de pequenos produtores só tem direito a um lote. Então é difícil você concorrer com os grandes que estão chegando. O pequeno produtor não pode ter 10, 20 lotes no projeto, você tem que colocar em cada lote o nome de uma pessoa diferente. Então ele prefere investir fora do perímetro. Acho que o João Teixeira tá com problemas no projeto hoje. Mas ele colaborou muito com o seu trabalho aqui..., mas precisa vir uma empresa da Itália e de outros países, pegar uma grande área da chapada, pra provar que dava certo uma certa cultura. Vai um pequeno produtor fazer isso que ele quebra.

Os grupos Del Monte ocupam uma faixa de área aproximada de 3.250 ha. de área cultivada só com o melão e o abacaxi em uma das terras mais férteis do Brasil – a Chapada do Apodi. No Estado controla ainda a produção da melancia nos municípios de Limoeiro do Norte, mobilizando no total mais de 2000 trabalhadores assalariados, conforme estimativa dos trabalhadores e pequenos produtores entrevistados.

Segundo o dirigente da Federação, as empresas vinculadas a Del Monte não têm demonstrado interesse em estabelecer “relações de cooperação” econômica, com a pequena produção, exceção feita para a Fazenda Frutacor, pelos motivos acima alencados. Esclarece, ainda, que a parceria do Grupo, com os demais produtores do APL da Fruticultura Irrigada, é fundamentalmente de caráter político que, diga-se de passagem, é vista como “uma parceira política forte”, ressalta.

É uma parceira de respaldo no lado político das coisas. Político que eu digo é a relação com o Ministério, em relação com o Governo do Estado. Ela é uma parceira de projeto, é uma parceira de negociação de futuras verbas para a infra-estrutura, vamos dizer assim. Depois que ela entrou no Projeto muita coisa mudou aqui. Muitas coisas que veio através do Projeto, veio através da Del Monte.

A fala do dirigente da FAPIJA revela-nos quem é o principal “ator” político da reestruturação política no Agropólo. Seu depoimento seguinte, também revela os limites dessa relação de cooperação.

A Del Monte é uma empresa integradora na parceria com o abacaxi. Teve até uma reunião dos pequenos produtores com o gerente, falando da questão da parceria do abacaxi e ele foi muito honesto que não teria nenhum problema de ter parceiros numa safra de abacaxi, só que tinham iniciado o plantio, nem sabiam como iria se comportar, como é que teriam um parceiro e a tecnologia seria muito alta, aí se desse errado e ela quebrasse? Por isso não tão pensando nessa questão agora...

Lembramos que, conforme a SEAGRI, os primeiros anos do novo século foi o marco nas exportações de abacaxi do Brasil, tendo o Ceará como o maior exportador do país e o único exportador brasileiro regular para a Europa, performance de responsabilidade do Grupo instalado no Projeto Jaguaribe-Apodi.

Daí que, na nossa análise os motivos alegados para a não existência de alianças com a pequena produção relacionam-se, fundamentalmente, a quatro fatores: 1) os Grupos vinculados a Del Monte não têm concorrência interna para os seus produtos em decorrência da diversificação da produção, logo não há necessidade de estimulá-la, através das subcontratações; 2) detêm todo o arsenal técnico-científico e tecnológico necessário capaz de suportar, sem interferências externas, a produção e a comercialização de seus produtos; 3) contam com uma abundante e barata força de trabalho rural atuando tanto na agricultura como na indústria; e, finalmente, 4) contam com a infra-estrutura e o apoio necessários, fornecidos pelo Estado, para escoar sua produção, sem custos e sem riscos.

A cultura da banana é a exceção na política geral de não cooperação econômica. Ressaltamos que essa parceria se efetiva nos limites previamente estabelecidos pelos “Tribunais” de Comércio Mundial. Noutros termos, na “competição cooperativa”, o campo de ação da Fazenda Frutacor restringe-se ao mercado regional, alcançando no máximo o mercado nacional. Sua expansão para o mercado mundial se efetiva na condição de aliada subalterna, única forma possível para escoar e integrar a sua produção na competição intercapital. Já as demais unidades produtivas servem unicamente como instrumento de pressão sobre o Estado, a fim de garantir a ampliação da infra-estrutura estratégica de apoio necessária ao aumento da rentabilidade de suas operações. Eis os limites integradores que, na nossa análise, assumem os grandes grupos transnacionais na região, em particular os Grupos Del Monte.

Para o grande empresário, o que realmente interessa é garantir a disposição do poder público estatal de investir diretamente nas pesquisas no interior das empresas, fomentar a infra-estrutura estratégica para escoar a sua produção e garantir os dispositivos político-ideológicos que assegurem a subordinação da força de trabalho ao “rolo” compressor do capital. Nesse aspecto, e somente nesse, as parcerias do Capital com o Estado e suas instituições sociais, integram as necessidades do ajuste estrutural do capital.

Aqui talvez esteja o ponto das tensões que, de partida, ameaçam a estabilidade do modelo gestor focalizado nas práticas “consertativas”.

4.2.1.2 O reordenamento político-ideológico do capital e o reagrupamento da força humana que trabalha à terra

Existe um mito construído pelas políticas de desenvolvimento de que entre os fatores determinantes da baixa produtividade dos Arranjos Produtivos no Ceará, inclusive

no APL da Fruticultura Irrigada, estariam o baixo nível de escolarização/qualificação dos pequenos produtores e uma reduzida capacidade inovativa e, como efeito, dificuldades de introjetar uma mentalidade empresarial. Por ocasião do nosso contato com os produtores do setor fruticultor, os problemas apontados caminham noutra direção.

Se queixam da falta de capital de giro, das dívidas com os bancos credores e a ausência de apoio das instituições públicas estatais no fornecimento regular da infraestrutura requerida para a agricultura irrigada, porém negam qualquer relação entre a capacidade e o desempenho produtivo e a escolarização/qualificação.

Segundo os produtores, a banana produzida no arranjo é colocada como a mais competitiva do Estado, apesar do baixo nível de escolaridade de seus produtores. Indicadores econômicos registram ainda que “a produtividade do arranjo, em alguns casos, é superior à média nacional, como por exemplo, a produtividade média do mamão que é de 170 ton/ha/ano contra uma média nacional de 120 ton./ha./ano” (IPECE, 2001, p. 2).

Nas nossas visitas realizadas aos lotes e quadras do Projeto, registramos, no entanto, questionamentos aos valores estabelecidos pelas “empresas-âncoras” para que garantam a comercialização de seus produtos. Alguns ameaçam sair do sistema de parcerias, outros dizem já terem abandonado. No geral, percebemos uma forte insatisfação do produtor com o modelo gestionário, em vigor no Projeto.

Na avaliação de um dos dirigentes da FAPIJA, alguns desses problemas alencados pelos pequenos produtores estariam relacionados à falta de visão sobre os mecanismos de produção e comercialização. Ressalta que o pequeno produtor entra no sistema de parceria desconfiando das empresas-parceiras, o que, segundo ele, dificulta a ampliação de mercados.

Com suas palavras:

É o que to dizendo. A questão da parceria é muito difícil. Eu sinto que o pequeno quer sempre ganhar. Eu digo pra eles que esse negócio de comercialização é muito difícil. No mais que você acha que ta sendo honesto, mas sempre tem alguém que acha que você ta sendo desonesto...Então é coisa difícil. A comercialização do projeto, ta certo, que a maior parte é de um pequeno grupo que discute as coisas, é um grupo que se entende, quando ta lá em cima, o valor. Mas o outro que fica aqui embaixo só quer ganhar. E aí o que acontece? Um dia ele diz: “eu vou vender mesmo por aqui, porque aqui eu vou ganhar mais...”. Só que quando o preço fica lá embaixo, ele quer voltar pra parceria com os grandes. Aí chega: “Dá pra colocar eu na parceria?” Esse tipo de gente, ele mesmo ta saindo do processo, acaba não acreditando em ninguém. Quando é bom eles querem ficar só e quando ta ruim eles querem ficar unido...

O depoimento seguinte resume a visão do dirigente da federação em relação aos pequenos produtores do Projeto.

Falta uma mentalidade empresarial entre os pequenos produtores. Eles não têm noção do que gastam e do que precisam gastar. Não existe uma contabilidade pra saber se estão lucrando, se estão perdendo...É isso que precisa mudar pra que possam ter melhor condições de competir lá fora. A gente conquistou o direito de ser dono do próprio negócio, pois antes era tudo controlado pela cooperativa, mas tem produtor que não aprendeu a dominar a mentalidade do negócio, da comercialização ⁶¹.

Destaca, no entanto, que a introdução de grandes empresas no Projeto, tem permitido ao pequeno produtor introjetar uma “nova mentalidade” superando a perspectiva tradicional (produção para o consumo). No seu entendimento, “hoje, o pequeno produtor tem uma mentalidade diferente, ‘mais empresarial’. As pessoas que foram entrando deram um modelo diferente de o que é irrigação”.

Vê-se que, na análise do dirigente da FAPIJA aparece uma nova perspectiva sobre o lugar ocupado pelo pequeno produtor/irrigante no processo produtivo. Há também

⁶¹ Segundo um dos Técnicos Agrícolas do Projeto, a contabilidade geralmente é feita pelos próprios técnico-agrícolas, assim mesmo com dificuldades, pois não há, na prática, uma visão de negócios entre os pequenos produtores. Para o Técnico, a maioria dos produtores, apesar de produzir para o mercado, ainda não incorporou à “visão empreendedora”, de “negócios”, que, segundo ele, é fundamental para abrir de forma autônoma novos mercados, sem necessidade de “empresas-âncora”. Ressalta, ainda, que somente àqueles produtores com melhor acesso tecnológico detêm mais autonomia e controle sobre suas receitas e despesas.

uma avaliação positiva da inserção dos grandes complexos agroindustriais na dinâmica produtiva do Projeto.

Quando perguntamos, como se reconhece, atualmente, o pequeno produtor do Projeto Irrigado, ele resumiu prontamente: “um micro-empresário rural”. Aliás, essa caracterização ganha “corpo” entre os pequenos produtores, o que talvez justifique a sua não participação nos organismos sindicais ⁶², com repercussão importante no plano político-organizativo dos trabalhadores rurais na micro-região.

Contudo, as contradições que hoje impulsionam o reordenamento espacial, institucional e ideológico do capital, no Estado do Ceará não se resolveram, aliás, no período recente, têm se colocado como fonte potencializadora para a reunificação dos trabalhadores agrícolas e dos assalariados rurais, da cidade e do campo. Reunificação possível, exatamente pelas características extraordinariamente excludentes, seletivas, discriminatórias e, principalmente, pela incompatibilidade de interesses que estão na base das práticas pactuadas de poder, como registramos no decorrer deste estudo.

⁶² Do total de produtores entrevistados, nenhum é sindicalizado. Quando perguntamos o porquê, as respostas foram do tipo “não sei”, “não pensamos nisso”. Segundo um dos dirigentes da Federação, do total de vinte produtores do APL da Fruticultura Irrigada, talvez dois ou três são sindicalizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma circunstância histórica marcada por uma crise sem precedentes das sociedades fundadas na propriedade privada dos meios de produção, o mundo é tomado por um arsenal teórico-ideológico, que, camuflando os empreendimentos desagregadores do ajuste estrutural do capital, proclama a emergência de uma nova era, marcada por uma corrente revolucionária de caráter participativo, assentada não mais nos conflitos entre classes, mas no diálogo construtivo que estaria se articulando e sendo articulado por uma “outra” globalização, um “outro” projeto de desenvolvimento, de estado e de sociedade.

Nessa revolução paradigmática das idéias emergem as políticas e estratégias de desenvolvimento focalizadas nas parcerias, nas alianças estratégicas e no pacto de cooperação, no interior das quais os trabalhadores estariam seduzindo os capitalistas e seus “tribunais” de comércio mundial para a construção de uma sociedade consentânea, em que capital e trabalho, de antagônicos entre si, estariam assumindo papéis complementares.

No decorrer deste estudo, procuramos valorizar o “solo” real onde essas idéias ganham materialidade. Assim buscamos questionar a capacidade dessas formulações teórico-ideológicas de dar conta da realidade quando negligenciam, na sua leitura do mundo, a atividade sócio-histórica objetiva dos homens. Dirigimo-nos ao semi-árido cearense: espaço sócio-econômico e geográfico, que, não tendo superado as atividades estritamente necessárias à satisfação de seus níveis tradicionais de consumo, é cada vez mais aprisionado às forças do mercado mundial e seu sistema de idéias.

Nosso esforço orientou-se no questionamento das práticas instituídas de “conservação”, enquanto estratégia política do governo “mudancista” no Ceará, para acelerar a reestruturação produtiva do Estado, com ênfase na agricultura de irrigação do tipo empresarial.

No início da década de 90, governo e empresários cearenses anunciaram a criação do Pacto de Cooperação do Ceará, cujo objetivo é intervir na reestruturação da economia cearense, a fim de que possa ajustar-se com êxito ao atual cenário competitivo mundial. No plano político a ênfase recai na quebra de preconceitos entre capital e trabalho, propondo em seu lugar um mutirão do planejamento participativo, para acelerar o desenvolvimento político, econômico, social e ambiental sustentável, tarefa para a qual estão pressionadas as instituições educacionais, científicas e tecnológicas, os trabalhadores e suas organizações sindicais.

Para orientar o desenvolvimento deste estudo, definimos como objetivo a análise das políticas e estratégias de desenvolvimento em bases sustentáveis, impulsionadas entre os anos de 1998 a 2003 no Estado do Ceará, adotando como foco específico de análise as parcerias, as alianças estratégicas e as articulações político-institucionais que movimentam o agronegócio cearense. Para efeito de nossa investigação empírica privilegiamos o APL da fruticultura irrigada no Projeto de Irrigação Jaguaribe-Apodi, no Agropólo Baixo Jaguaribe, área em que concentram as experiências mais exitosas para o agronegócio transnacional em território cearense.

No Ceará, o apelo ao investimento privado e à inserção empresarial nas áreas rurais, especificamente nas áreas de irrigação, é um objetivo claramente anunciado ao final da primeira metade da década de 90. Nas políticas e planos governamentais, os sistemas de irrigação aparecem como a redenção do Ceará e como objetivo que deveria ser perseguido pelas instituições empresariais e pelos diversos segmentos sociais. Nessa ocasião é reeleita para o Governo do Estado uma concepção de política e de desenvolvimento regional, centrada não mais pela via do Estado, mas pela do mercado.

Nosso propósito principal foi somar as contribuições teóricas, que, ao longo de mais de uma década, procuram analisar as contradições do discurso “mudancista” sobre as

possibilidades de coesionar os interesses dos grandes grupos transnacionais, atraídos pelo programa governamental de investimentos, e as necessidades elementares da força humana que trabalha à terra.

No Ceará, entre os anos de 1998 a 2003 assistimos a aceleração das políticas de racionalização da participação do aparelho público estatal na economia, eufemisticamente chamada de descentralização da ação estatal. É o momento em que o governo intensifica o estímulo à atração de investimentos, à privatização dos espaços públicos e, como efeito, perde o controle de setores econômicos estratégicos, inclusive de comercialização agrícola para os grandes “investidores”. Como desdobramento desse processo, aprofunda-se a deteriorização das condições de vida da força humana que trabalha, verificável na transferência de mais da metade dos municípios cearenses para os piores desempenhos nos índices de desenvolvimento humano ao nível do Estado.

Nos espaços rurais o foco é a agricultura de irrigação, posta pelas instâncias governamentais como “núcleo agrícola eficiente” de irradiação do crescimento econômico com desenvolvimento social”. Porém, como podemos analisar, se, por um lado, a política de atração de investimentos agroindustriais, pode ser traduzida no sucesso comercial das culturas de exportação, quadro que podemos validar se considerarmos o recorde obtido no setor fruticultor, temos, no contraponto, o sensível desequilíbrio na correlação de forças entre os chamados “parceiros do desenvolvimento”.

Preliminarmente, podemos adiantar que, passada quase uma década de intensificação das políticas de atração de investimentos e das iniciativas locais de desenvolvimento, o elemento visível é o progressivo distanciamento dos grandes complexos industriais e agroindustriais de qualquer iniciativa integradora. Esse distanciamento se efetiva com a mesma intensidade com que se apropria da maior e melhor parte das terras mais férteis do semi-árido cearense.

Dentro daquilo que consideramos como preocupação central deste estudo, podemos concluir que, nos dezesseis anos que nos separam do “Governo dos Coronéis” – como foram denominados os governantes que antecederam o grupo empresarial que assumiu a gerência do aparelho estatal no Ceará – o crescimento econômico cearense não é dirigido para o conjunto de seus municípios. Esse quadro se agrava nas áreas rurais, especialmente no setor agrícola. As miseráveis condições de vida dos trabalhadores agrícolas contrastam com o “oásis” que o poder público estatal preparou para o capital nas áreas semi-áridas cearenses. Ou seja, enquanto são construídos novos espaços de lucros para o agronegócio, cresce o endividamento e cai a renda dos trabalhadores rurais, aumenta o desemprego, subemprego e a superexploração do trabalho agrícola, uma vez subjugado pela cadeia de valor, sob o controle do grande capital agroindustrial.

A dinâmica que movimenta as cadeias produtivas nos espaços rurais se realiza sob a ótica do capital, que não pode dispensar o trabalho agrícola, porém suas características desagregadoras acabam por aprofundar o agravamento das condições de vida do trabalhador, acirrando as contradições no campo. Nessa circunstância, as práticas partilhadas de poder entre Estado, Capital e Trabalho visam sustentar política e ideologicamente, as políticas neoliberalizantes de desnacionalização das economias, de “liquidação” das conquistas sociais e democráticas dos trabalhadores. Visam fragmentar os trabalhadores e suas lutas em “fatias” menos complexas, a fim de tentar conter a “explosão” de conflitos sociais que a reestruturação produtiva do capital provoca. Tal empreendimento conta com o Estado, que, nesse processo, permanece mais do que nunca pressionado entre o agravamento das condições de vida da força humana que trabalha e suas reais possibilidades de contê-lo, face às pressões que o sistema mundial de comércio realiza.

Assim, ao contrário da eliminação do trabalho agrícola e sua imediata relação com a desqualificação, o que se evidencia nos espaços rurais e na agricultura irrigada, em particular, é a radicalização da subordinação dos trabalhadores agrícolas aos grandes complexos agroindustriais, ao tempo em que se intensifica, nas áreas focais do agronegócio, a proletarização, sob a base da precarização das relações de trabalho, da concentração de renda e da mercantilização da terra.

O novo século, mostra, à luz do dia, o aprofundamento das contradições do sistema produtor de mercadorias, traduzido no aprofundamento de sua crise estrutural e em novos ataques contra a força humana que trabalha, hoje extensiva aos mais distantes espaços agrícolas.

Nesse cenário, cabe aos trabalhadores rurais cearenses, sejam agrícolas ou assalariados, urbanos ou rurais, decidirem juntos quem dará a última palavra sobre o destino de nossa terra, hoje, sob o controle do sistema de comércio mundial livre de qualquer vínculo territorial. Enfim, a realidade social objetiva mostra que, para aqueles que trabalham à conquista da autonomia só será possível com o reagrupamento dos trabalhadores e de suas organizações na luta pelo controle de seu trabalho. Para as universidades resta a decisão de colocar o conhecimento como instrumento para as grandes transformações sociais ou de prostrar-se frente às necessidades imediatamente postas pelo mercado.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, F. **Desenvolvimento econômico local e distribuição do progresso técnico : uma resposta às exigências do ajuste estrutural.** Traduzido por Antônio Rubens Pompeu Braga. Fortaleza: BNB, 1998.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho – ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 6ª ed. São Paulo: Boitempo, 2002a.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? – ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho.** 8ª. ed. São Paulo: Cortez, Campinas, SP : Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2002b.

BAUMAN, Z. **Globalização – as conseqüências humanas / Zygmunt Bauman.** Tradução Marcus Penchel. – Rio de Janeiro: Jorhe Zahar Ed., 1999.

BEZERRA, J. E. B. **A intenção e o gesto.** 1996, 350 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará.

_____. Descentralização, gestão compartilhada: democratização ou corporativismo totalitário? In: **Universidade e Sociedade /** Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – Ano XIII, N. 32 (mar 2004).

BORON, Atilio A. Os “novos leviatãs” e a polis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In: **Pós-neoliberalismo II – que estado para que democracia? /** Atilio A. Boron...[et al]; Emir Sader e Pablo Gentili (Orgs), - Petrópolis, RJ : Vozes, 1999.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

CAVALCANTI, C. **Na direção de uma noção de etno/eco-desenvolvimento**. Revista Ciência & trópico, v. 20, n 1, 1992.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DINIZ, A. S. A construção dos perímetros irrigados e a criação de novas territorialidades no sertão. In: **Modernização excludente** / Denise Elias, José Levi Furtado Sampaio (orgs.); Aldiva Sales Diniz...[et al.] – Fortaleza : Edições Demócrito Rocha, 2002.

DOWBOR, L. **O que é poder local?** Coleção Primeiro Passos. São Paulo: Cortez, 1994.

ELIAS, D. Integração competitiva no semi-árido. In: **Modernização excludente** / Denise Elias, José Levi Furtado Sampaio (orgs.); Aldiva Sales Diniz...[et al.] – Fortaleza : Edições Demócrito Rocha, 2002.

GENRO, T. A democracia no mundo contemporâneo e a gestão participativa de políticas públicas – palestra de Tarso genro por ocasião do III Fórum CONTAG de cooperação técnica. In: **III Fórum CONTAG de cooperação técnica – gestão participativa para o desenvolvimento sustentável**. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura/CONTAG, Porto Alegre/RS, 2000.

GRYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. – Petrópolis: Vozes, 1987.

LASTRES, H. M. M. et al. **Núcleos e arranjos produtivos locais: casos do Ceará. Reposição de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais de micro-pequenas e média empresas** / Coordenadores do Projeto: Helena M. M. Lastres, José Eduardo Cassiolato, Marina Szapiro, Sarita Albagli, Liz-Rejane Legey, Cristina Lemos e Maria Lúcia Maciel. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais, setembro, 2002.

LEHER, R. A. A política educacional do Banco Mundial: uma análise crítica. In: **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para o alívio da pobreza**. Tese de doutorado. São Paulo: Hucitec, 1998.

LEITE, P. S. **Desenvolvimento harmônico do espaço rural**. Fortaleza, BNB, 1983.

LIMA, S. J. de. Democratização do poder local. In: **GAZETA ABERTA**, nº 7 Ano 10. Educação – participação – desenvolvimento. Escola de Formação Quilombo dos Palmares. EQUIP, julho de 2003.

LUXEMBURGO, R. **Reforma social ou revolução? – Prólogo à edição brasileira**. EMIR Sader. 2. ed., Rio de Janeiro: Global Editora, 1990.

MARX, K. **O capital – edição resumida**. / Tradução de Julian Borchardt. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos** / Karl Marx; seleção de textos de José Arthur Gianotti; traduções de José Carlos Bruni... (et al.). – 4. ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1987.

_____. **Manifesto comunista**. Edição Comemorativa dos 150 anos do Manifesto do Partido Comunista, de K. Marx e F. Engels. Edição Luiz Paulo Gnecco e Cláudio Soares: São Paulo, Maio de 1998.

MARX, K., ENGELS. **A ideologia alemã**. 8ª. ed. Editora HUCITEC, São Paulo, 1991.

MENDES, R. B. Estratégia de gestão para inserção da agricultura familiar no mercosul. In: **III Fórum CONTAG de cooperação técnica – gestão participativa para o desenvolvimento sustentável**. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura/CONTAG, Porto Alegre/RS, 2000.

MÉSZÁROS, I. A crise estrutural do capital. In: **Outubro**. Revista do Instituto de Estudos Socialistas. São Paulo, 2002.

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil.** / Ariovaldo Umbelino de Oliveira. 3. ed. – São Paulo: Contexto, 1997.

_____. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: **A questão agrária hoje.** / organizado por João Pedro Stédile. – Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 1994.

REBOUÇAS, O. (Org.). **Gestão compartilhada – o pacto do Ceará** / Osmundo Rebouças...[et al.]. – Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 1994.

SANTOS, M. O retorno do território. In: **Território – globalização e fragmentação** / Milton Santos, Maria Adélia A. de Sousa, Maria Laura Silveira (orgs.). 5ª ed., São Paulo: Hucitec, 2002.

SILVA, J. G. da. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento?: In: **Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento. José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário / Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável / Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2001.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade; uma introdução às teorias do currículo** / Tomaz Tadeu da Silva. – Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SIZE, P. **Dicionário da globalização: a economia de “a” a “z”.** Obra Jurídica Editora, IBERT – Instituto Brasileiro de Estudos de Relações de Trabalho, Florianópolis, SC, 1997.

SOARES, H. dos S. Agricultura e modernização socioespacial em Limoeiro do Norte. In: **Modernização excludente** / Denise Elias, José Levi Furtado Sampaio (orgs.); Aldiva Sales Diniz...[et al.] – Fortaleza : Edições Demócrito Rocha, 2002.

_____. Tabuleiro de Russas: o mito do desenvolvimento sustentável regional. In: **O martelo – um informativo a serviço do movimento social organizado.** Nº 12m Limoeiro do Norte – junho de 2003.

SOUSA, J. M. de. **Sistema educacional cearense**. MEC-INEP. Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife, 1955.

TEIXEIRA, F. J. S. Globalização e reestruturação produtiva: transformações estruturais e relações de trabalho na economia cearense. In: **Globalização e mercado de trabalho no estado do Ceará: transformação da organização da produção das relações de trabalho e do padrão demográfico no estado do Ceará**. – Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 1999.

_____. **Pensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de O Capital** / Francisco José Soares Teixeira. – São Paulo: Ensaio, 1995.

VEIGA, J. Eli da, et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento** / José Eli da Veiga et ali, Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD). 2001.

Referências Documentais

ACORDO CONSTITUTIVO DA OMC. **Ata final em que se incorporam os resultados da Rodada de Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT**. Organização Mundial do Comércio, 1994.

AGENDA 21. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992: Rio de Janeiro). Resolução N° 44/228 da Assembléia Geral da ONU, de 22-12-89: a Agenda 21. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995.

AGENDA 21 – perguntas e respostas. / coordenado por Maria do Carmo de Lima Bezerra. Brasília: MMA/Banco do Nordeste, 2000.

AGENDA 21 BRASILEIRA. Ações prioritárias. Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. 2ª. Ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CEARÁ. Estrutura fundiária – 1998. Fortaleza, Ceará, 1998.

_____. **Trabalho e rendimento – 2002/2003**. Fortaleza, Ceará, 2003.

ATLAS eletrônico dos recursos hídricos e meteorológicos do Ceará. Sistema de Irrigação e Recursos Hídricos – SIRH/CEARÁ, 2004.

BALANÇO anual 1995. Gazeta Mercantil, Ceará. Setembro de 1995, Ano I, Nº 1, 1995.

_____. Gazeta Mercantil, Ceará. Setembro de 1997, Ano II, Nº 3, 1997.

BANCO DO NORDESTE. Projeto **pólos de desenvolvimento integrado – balanço social 1998-2001: pólo Baixo Jaguaribe**. / Trabalho elaborado por Tânia Maria Lacerda Maia. Et al. / Coordenação de Francisco Mavignier C. França. Banco do Nordeste, 2001.

_____. **Industrialização rural no Nordeste do Brasil. Banco do Nordeste do Brasil**. Colaboração da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), Centro de Estudos de Colonização Rural e Urbana de Rehovot. Fortaleza, 1978.

BIRD/DEPARTAMENTO DO BRASIL. **O banco mundial no Brasil – uma parceria de resultados**. Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento / Banco Mundial. Washington, D. C., EUA, 2000?.

BIRD. **Sumário do relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000-2001 – luta contra a pobreza (Panorama Geral)**. Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento / Banco Mundial. Washington, D.C., EUA, 2001a.

_____. *O mundo do trabalho numa economia sem fronteiras*. Banco. Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento / Banco Mundial. Washington, D.C., EUA, 2001b.

_____. **Confronto e colaboração: relações entre a sociedade civil, o governo e o banco mundial no Brasil**. / John W. Garrison. Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento / Banco Mundial. Washington, D.C., EUA, 2000.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola: **as regras e disciplina para o comércio agrícola internacional e a organização mundial do comércio – OMC**. Brasília, 2001.

BRASIL/CNA. **Indicadores rurais**. Confederação Nacional da Indústria. Edição Outubro/Novembro, 2002. Disponível em: <http://www.cna.org.br/indicadoresrurais/2002/Out/Nov/PIB.htm>. Acesso em: 09 jan. 2003.

_____. Decreto N° 1.355, de 30 de dezembro de 1994. Promulga a Ata Final que Incorpora os resultados da Rodada de Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais e do GATT. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 de Dez. 1994. seção I, Suplemento ao N° 248-A.

_____. Decreto Legislativo N° 30, de 15 de dezembro de 1994. Aprova a Ata Final da Rodada de Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, as listas de concessões do Brasil na área tarifária (Lista III) e no setor de serviços e o texto do Acordo Plurilateral sobre Carne Bovina. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 de dezembro de 1994, Seção I, pág, 19.889.

CÂMARA DOS DEPUTADOS/NÚCLEO AGRÁRIO DO PT. A agricultura na rodada do milênio da OMC. Partido dos Trabalhadores – PT, Liderança da bancada na Câmara dos Deputados. Núcleo Agrário, Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.pt.org.br/assessor/milênio.htm>. Acesso em : 18 jul. 2003.

CEARÁ. Nova política industrial do Ceará. Anexo ao Ato Normativo FDI – 01/2002. Fortaleza, 2002.

CEARÁ/PORTAL DE SERVIÇOS E INFORMAÇÕES. Discurso proferido pelo Governador Lúcio Alcântara no Latin American Leadersh. Washington, EUA, 2003. Disponível em: http://ceara.gov.br/noticias_detalhes.asp/sTipoConsulta=mensagemgovernador&nCodigoNoticia=981. Acesso em: 10 jun. 2003.

CPT/NACIONAL. **Conflitos no campo 2002.** / Comissão pastora da terra – nacional, 2003. Disponível em: <http://cptnac.com.br/conflitos/conflitos/2002/index.htm>. Acesso em:

_____.
DNOCS/BRASIL. **Projetos públicos de irrigação.** Departamento Nacional de Obras contra as Secas / Governo do Brasil, 200?. Disponível em: <http://www.dnocs.gov.br/~dnocs/lang/br/ppi/ce>>. Acesso em: 06 nov. 2004.

DN/REGIONAL. Diário do Nordeste, Fortaleza, p. 4, 6 jun. 2001.

_____. Diário do Nordeste, Fortaleza, p. 3, 16 mar. 2003.

DN/OPINIÃO. Diário do Nordeste, Fortaleza, p. 2, 14 nov. 2003.

DN/OPINIÃO. **Desenvolvimento técnico-científico eleva PIB. Entrevista com o Secretário de Ciência e Tecnologia – Hélio Barros.** Jornal Diário do Nordeste, Opinião, Fortaleza, Ceará, 29 de junho de 2003.

FIEC. **Informativo.** Artigo – Estrada beneficia escoamento da produção do melão. Federação da Indústria e Comércio do Ceará, 2002. Disponível em: http://www.fiec.org.Br/ceara/estrada_escoamento.htm. Acesso em 3 nov. 2004.

FRUTISÉRIES 2 CEARÁ – MELÃO. Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica, Departamento de Desenvolvimento Hidroagrícola. Brasília, Setembro, 2003.

GATT. **Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio – Rodada de Uruguai,** Marrakesh, 1994.

GOVERNANÇA GLOBAL E CULTURA DA PAZ. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Brasília-DF, 2000.

IBGE. **Pesquisa por amostra de domicílios.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1999.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. **Banco de Dados Agregados**. Disponível em: <http://eee.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?z=t&o=3&i=P>>. Acesso em: 3 out. 2004.

INCRA/BRASIL. **Novo retrato da agricultura familiar 1995/96: o Brasil redescoberto – totais Ceará**. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Governo do Estado do Ceará. 1996.

INEP/MEC. **O mapa do analfabetismo no Brasil**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Ministério da Educação. Brasília, 2004.

IPECE/CEARÁ. **Arranjos produtivos locais**. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, 2004. Disponível em: http://www.ipece.ce.gov.br/estudos_setoriais/ArranjosProdutivos/Arranjos_Analisados.1... Acesso em: 06 nov. 2004a.

IPECE/CEARÁ. **Contas trimestrais – produto interno bruto a preços básicos (indicadores de volumes) – 2º. Semestre de 2003**. Governo do Estado do Ceará, Secretaria do Planejamento e Coordenação, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, Fortaleza, setembro de 2003.

IPLANCE/IPECE. **Índice de desenvolvimento municipal – Ceará 2002**. Instituto de Planejamento do Ceará, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, Governo do Estado do Ceará, Fortaleza, 2004.

IPLANCE/SEPLAN. **Índice de desenvolvimento municipal – IDM 1997**. Instituto de Planejamento do Ceará, Secretaria de Planejamento e Coordenação, Governo do Estado do Ceará. Fortaleza, Edições IPLANCE, 1999.

JORNAL MST. Jornal dos trabalhadores rurais sem-terra. **Edição Especial**, Nº 4 – agosto de 2001.

MAPA. **Áreas de conflito no Ceará**. Instituto de Desenvolvimento agrário do Ceará – IDACE, Fortaleza, 2000.

MAPA produção do melão no Brasil e nos agropólos de desenvolvimento agrícola do Ceará. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Secretaria de Agricultura e Pecuária. Ceará.

NOSSA COMUNIDADE GLOBAL. – **Relatório da comissão sobre governança global**. Ed. da FGV, Rio de Janeiro, 1996.

PNUD. **Relatório do desenvolvimento humano 1996 – crescimento econômico e desenvolvimento humano**. Programa das Nações Unidas, Organização das Nações Unidas, 1996. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/rhd>. Acesso em 5 mar 2004.

_____. **Relatório sobre desenvolvimento humano 2003 – um pacto entre as nações para eliminar a pobreza humana**. Programa das Nações Unidas, Organização das Nações Unidas, 1996. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/rhd>. Acesso em 5 mar 2004.

PLENÁRIA. **O parlamento em revista**. Assembléia Legislativa do Ceará, Instituto de Estudos e Pesquisas sobre Desenvolvimento do Estado do Ceará, 1996.

REVISTA TEÓRICA DA QUARTA INTERNACIONAL. **“Alterglobalização”: uma inovação teórica do secretariado unificado**. A Verdade. Número 32. setembro de 2003.

SDE/CEARÁ. **Ceará para investidores – considerações gerais**. Secretaria de desenvolvimento econômico, Governo do Estado do Ceará, 2001. Disponível em: <http://www.sde.ce.gov.br/per1.htm>. Acesso em: 07 nov. 2002.

SDR/CEARÁ. **Desempenho 1995-1998**. Secretaria de Desenvolvimento Rural, Governo do Estado do Ceará, Fortaleza, 1998. Disponível em: <http://www.seplan-ce.gov.br/plano/plano.htm>>. Acesso em: 05 nov. 2002.

_____. **Rumo ao desenvolvimento rural. II plano indicativo de desenvolvimento rural do Ceará 1999-2002**. Governo do Estado do Ceará, Secretaria de Desenvolvimento Rural, Fortaleza, 1999. Disponível em: <<http://www.sdr.ce.gov.br/rumodesenvol.htm>>. Acesso em 3 mai. 2004.

SEAGRI/CEARÁ. **O agronegócio da agricultura irrigada no Ceará (1999 a 2003) – frutas do Ceará.** Secretaria da Agricultura e Pecuária, Sistema de Informação Gerencial Agrícola, Coordenadoria de Irrigação. Fortaleza, 2003a.

_____. **Produção e exportação do melão no Ceará – safra 2003/2004.** Governo do Estado do Ceará, Secretaria da Agricultura e Pecuária, Fortaleza, Setembro de 2003b.

_____. **Exportações do abacaxi – uma nova cadeia produtiva do Ceará,** 2003c. Disponível em: <<http://www.todafruta.com.br/todafruta/institucional.asp?menu=645>>. Acesso em: 25 nov. 2004.

_____. **As exportações do agronegócio cearense em 2003.** Secretaria da Agricultura e Pecuária, Sistema de Informação Gerencial Agrícola, Coordenadoria de Irrigação. Fortaleza, 2004a.

_____. **Informações agrícolas: a agricultura na economia do Ceará.** Secretaria da Agricultura e Pecuária, Sistema de Informação Gerencial Agrícola, Coordenadoria de Irrigação. Fortaleza, 2004b.

SEMANA INTERNACIONAL DA FRUTICULTURA, FLORICULTURA E AGROINDÚSTRIA – Frutal 2004, 11, 2004. Fortaleza. Anais...Fortaleza: Instituto Frutal/FIPP, 1998. CD-ROM.

SEPLAN/CEARÁ. **Consolidando o novo Ceará – plano de desenvolvimento sustentável 1999 – 2002.** Secretaria de Planejamento e Coordenação / Governo do Estado do Ceará, Fortaleza, 1999.

_____. **Mensagem à Assembléia Legislativa – 2000: abertura da sessão legislativa.** Secretaria de Planejamento e Coordenação do Ceará, Governo do Estado do Ceará. Fortaleza, 2000. Disponível em: <<http://www.seplan.ce.gov.br/mensagem3.htm>>. Acesso em: 07 nov. 2003.

_____. **Mensagem à Assembléia Legislativa – 2002: abertura da sessão legislativa.** Secretaria de Planejamento e Coordenação do Ceará, Governo do Estado do Ceará.